

Relatório de Gestão

2018

BANCO CENTRAL DO BRASIL



Relatório de Gestão

2018

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Unidade jurisdicionada: Banco Central do Brasil

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que o Banco Central do Brasil está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da IN TCU 72/2013, da DN/TCU 170/2018, da DN/TCU 172/2018, da Portaria TCU 369/2018, e dos acórdãos 1.059/2014 e 482/2012, proferidos pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

Brasília-DF

Maio/2019

SUMÁRIO

Mensagem do **Presidente Ilan Goldfajn**, 7
Mensagem do **Presidente Roberto Campos Neto**, 10
Sobre o **relatório**, 13
Avisos ao **leitor**, 14
Materialidade, 15

POR DENTRO DO **BCB**
- O Banco Central do Brasil, 17
- Governança e relacionamento, 21
- Planejamento estratégico, 32
- Gestão de riscos e controles interno, 35
- Contexto externo, 38

RESULTADOS DA GESTÃO
- Considerações sobre cadeia de valor e Agenda BC+, 43
- Riscos que podem afetar os resultados, 44
- Agenda BC+, 44
- Mais cidadania financeira, 46
- Legilação mais moderna, 48
- SFN mais eficiente, 53
- Crédito mais barato, 60
- Desafios e perspectivas em curto e médio prazo para ações da Agenda BC+, 63
- Programas e projetos, 64
- Indicadores de gestão, 66

CONFORMIDADE E **EFICIÊNCIA** DA GESTÃO
- Mensagem da Diretora de Administração, 73
- Gestão orçamentária e financeira, 75
- Pessoas, 84
- Licitação e contratos, 92
- Infraestrutura e patrimônio, 94
- Tecnologia da Informação, 95
- Custos, 102
- Sustentabilidade ambiental, 103

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- Declaração do Contador, 107

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
- Recomendações dos órgãos de controle, 110
- Centrus, 110
- Companhia América Fabril, 113

APÊNDICE
- Declaração de integridade, 117
- Lista de siglas e abreviações, 118

ÍNDICE DE **ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Matriz de Materialidade, 15

Figura 2 – Orientações estratégicas, 17

Figura 3 – Ciclo de geração de valor, 18

Figura 4 – Cadeia de valor, 19

Figura 5 – Estrutura organizacional, 20

Figura 6 – Pirâmides de governança e gestão, 21

Figura 7 – Sobre o Copom, 23

Figura 8 – Sobre o Comef, 24

Figura 9 – Atores externos de governança, 24

Figura 10 – Linhas de defesa, 25

Figura 11 – Atividades de correição, 26

Figura 12 – LAI competência BC, 28

Figura 13 – BacenJud, 28

Figura 14 – Satisfação com o atendimento, 30

Figura 15 – Principais interações, 31

Figura 16 – Ciclo de planejamento, 32

Figura 17 – Relação PPA x Plano estratégico, 33

Figura 18 – Mapa integrado, 34

Figura 19 – Matriz de riscos, 35

Figura 20 – Distribuição dos riscos, 36

Figura 21 – Matriz de riscos estratégicos, 37

Figura 22 – Crédito, 41

Figura 23 – Cadeia de Valor, 43

Figura 24 – O presidente do BCB, Ilan Goldfajn, e o presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, assinam o memorando de entendimento, 48

Figura 25 – Fundos Constitucionais, 49

Figura 26 – Relacionamento BCB × TN, 50

Figura 27 – Exemplo de arranjo de pagamento, 54

Figura 28 – Conta salário, 58

Figura 29 – Concorrências, 86

Figura 30 – Saúde Ocupacional, 89

Figura 31 – Modelo de governança de TI, 95

Figura 32 – Custos por programa governamental, 102

Gráfico 1 – Atendimentos registrados, 28

Gráfico 2 – Ações trabalhistas, 37

Gráfico 3 – Taxa de câmbio, 39

Gráfico 4 – Selic, 39

Gráfico 5 – Inflação, 40

Gráfico 6 – PIB trimestral, 41

Gráfico 7 – Orçamento de projetos, 65

Gráfico 8 – Dotação Final BCB 2018 – R$ milhões – Fonte: Tesouro Gerencial, 75

Gráfico 9 – Evolução do Limite de Pagamento das Despesas Discricionárias do BCB em 2018 – R$ milhões – Fonte: Tesouro Gerencial, 75

Gráfico 10 – Comparativo 2018/2017 das Despesas Realizadas pelo BCB por Grupo de Despesa, 75

Gráfico 11 – Execução por grupo e elemento de despesa, 76

Gráfico 12 – Realização das Despesas Discricionárias por Ação – BCB 2018, 77

Gráfico 13 – Execução física e financeira das ações da LOA, 77

Gráfico 14 – Arrecadação e quantidade - Fonte: GSM, 81

Gráfico 15 – Fundo da Reserva Monetária, 82

Gráfico 16 – Detalhamento da despesa de pessoal, 85

Gráfico 17 – Contratações por finalidade, 93

Gráfico 18 – Custo de folha de pagamento de servidores ativos em 2018 e 2017 por área, 102

Gráfico 19 – Execução físico-financeira das ações do PPA, 103

Gráfico 20 – Evolução do consumo de energia, água e papel, 104

Quadro 1 – IDPort, 65

Quadro 2 – Proagro, 82

Quadro 3 – Remunerações médias, 87

Quadro 4 – Quadro de pessoal, 87

Quadro 5 – Servidores por área, 87

Quadro 6 – Servidores por praça, 87

Quadro 7 – Faixa etária dos servidores, 87

Quadro 8 – Servidores por sexo, 87

Quadro 9 – Grau de escolaridade dos servidores, 90

Quadro 10 – CAF composição acionária e capital social, 114

Tabela 1 – Tabela – Resumo da Execução das Receitas e Encargos, 79

Tabela 2 – Execução das Despesas Primárias até dezembro de 2018, 80

Tabela 3 – Encargos com Administração do Meio Circulante, 80

Tabela 4 – Gestão de precatórios, 83

Tabela 5 – Remuneração da DC, 87

Tabela 6 – Ações de QVT, 88

Tabela 7 – Evasão de servidores (posição em dez/2018), 91

Tabela 8 – Afastamentos e licenças (posição em dez/2018), 92

Tabela 9 – Envelhecimento do quadro de servidores, 92

Tabela 10 – Recursos aplicados em TIC, 96

Tabela 11 – Gastos por natureza de despesa, 96

Tabela 12 – Gastos por cadeia de valor, 96

Tabela 13 – Contratações mais relevantes de TIC, 97

Tabela 14 – Centrus – PBB, 110

Tabela 15 – Centrus – PCD, 111

Tabela 16 – Centrus – Contribuições, 111

Tabela 17 – Centrus – *Superavit* atuarial, 112

MENSAGEM DO **PRESIDENTE ILAN GOLDFAJN**



A atuação do BCB no cumprimento de sua missão institucional reduz os riscos e os juros estruturais, contribuindo assim para o crescimento da economia.

Assim como sua missão institucional, os objetivos estratégicos do BCB também norteiam a atuação da Instituição. Constituem objetivos para o quadriênio 2016-2019: (i) assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); (ii) manter a solidez, a eficiência e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e da infraestrutura do mercado financeiro; (iii) promover a cidadania financeira e fortalecer o relacionamento com a sociedade e os poderes públicos; (iv) aprimorar o arcabouço legal para o cumprimento da missão institucional; (v) fortalecer o relacionamento e a inserção internacional do BCB; e (vi) aprimorar a governança, a estrutura, a gestão e a comunicação interna da Instituição.

Nos últimos anos, o enfrentamento da crise econômica doméstica – caracterizada por uma forte redução da atividade econômica, que perdurou por cerca de dois anos, e pelo aumento da inflação – representou o principal desafio enfrentado pelo BCB no cumprimento de sua missão. Para fazer frente a essa crise, a política econômica doméstica mudou de direção a partir de meados de 2016, com reformas e ajustes que fortaleceram os fundamentos da economia brasileira. O BCB adotou uma estratégia rigorosa de combate à inflação e de ancoragem das expectativas, perseguindo as metas de inflação mesmo diante da alta persistência da dinâmica inflacionária.

Essa estratégia rendeu bons resultados. Desde o início de 2017, a conjuntura doméstica tem sido caracterizada pela conjunção de três fenômenos: a redução da inflação, a queda das taxas de juros e a gradual recuperação da economia brasileira.

Em 2018, várias economias emergentes, inclusive o Brasil, foram afetados por um cenário externo, caracterizado pelo processo de normalização das condições monetárias

nas economias avançadas e pelas incertezas causadas por disputas comerciais. No Brasil, as incertezas relativas ao processo eleitoral e a paralização dos caminhoneiros em maio também contribuíram para exacerbar a volatilidade nos mercados. A ação firme e transparente do BCB foi fundamental para limitar a volatilidade e evitar movimentos disruptivos do mercado e suas consequências sobre a economia doméstica.

A contenção desses eventos de alta volatilidade garantiu espaço à atuação da política monetária, o que nos permitiu o cumprimento da meta de inflação, a manutenção da ancoragem das expectativas de inflação e a consolidação da taxa de juros básica da economia em seu menor nível da história — 6,5% ao ano.

A manutenção da taxa básica de juros em seus mínimos históricos colaborou para que a economia brasileira continuasse em sua trajetória de recuperação, mesmo que em ritmo mais gradual do que o esperado no início do ano, em face à volatilidade enfrentada. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu no quarto trimestre de 2018 em relação ao trimestre anterior, representando o oitavo trimestre consecutivo de expansão.

Além das ações para garantir o controle da inflação e a estabilidade financeira, em 2018 o BCB prosseguiu em sua agenda de reformas microeconômicas para o SFN, denominada **Agenda BC+**.

Além das ações para garantir o controle da inflação e a estabilidade financeira, em 2018 o BCB prosseguiu em sua agenda de reformas microeconômicas para o SFN, denominada Agenda BC+.

Essa é uma agenda dinâmica, aperfeiçoada de modo permanente, cujas ações – conduzidas de modo sinérgico e integrado – contribuem para que o BCB cumpra a sua missão institucional e seus objetivos estratégicos.

Ao todo, 22 ações da Agenda BC+ foram concluídas em 2018. Algumas dessas ações são citadas a seguir.

Uma medida importante para a eficiência do SFN foi a edição da Resolução 4.656, de 26 de abril de 2018, que regulamenta a atuação de empresas que usam tecnologia de forma intensiva na oferta de produtos e serviços financeiros no mercado de crédito, conhecidas como *fintechs* de crédito. A norma confere maior segurança jurídica a essas operações, fomenta a inovação, aumenta a concorrência e permite a atuação de novas instituições financeiras.

Outra medida foi a aprovação de resolução que facilita a transferência de recursos da conta salário para uma conta de depósitos que o titular detenha em outro banco, operação chamada portabilidade de salário. A medida tem como objetivo ampliar as opções à disposição do cliente, propiciar maior comodidade ao beneficiário e estimular a concorrência entre as instituições financeiras.

Promovemos também maior competição na oferta de serviços de pagamento, por meio da aprovação da Resolução 4.649, de 28 de março de 2018, que veda aos bancos limitar ou impedir o acesso de instituições de pagamento e de outras instituições autorizadas às seguintes operações: (i) débitos em conta autorizados pelo titular; (ii) emissão de boletos de pagamento; (iii) transferências entre contas no âmbito da mesma instituição; (iv) Transferência Eletrônica Disponível (TED); e (v) Documento de Crédito (DOC).

Em março de 2018, foi homologado, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), acordo entre as instituições financeiras e as entidades que representam os poupadores, com potencial para pôr fim a milhares de processos que discutiam a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão e Collor II, de modo a encerrar importante contencioso e, assim, aumentar a eficiência do SFN. O BCB e a Advocacia Geral da União (AGU) conduziram as negociações entre as instituições financeiras e as entidades de poupadores para se chegar ao acordo.

Para reduzir o custo do crédito, concluímos, em 2018, a regulamentação da Letra Imobiliária Garantida (LIG), fomentando o desenvolvimento do mercado de crédito imobiliário com novo instrumento para captação de recursos pela instituição emissora, com baixo risco. Também estabelecemos limite para cobrança de encargos no caso de atraso no pagamento das faturas de cartão de crédito e o fim da cobrança de valores diferenciados nas situações de atraso de pagamento das faturas.

Além das ações entregues em 2018, há outras em andamento, sejam em colaboração com o Congresso, nas alterações legais, sejam em colaboração com o restante da equipe econômica, nas alterações infralegais. Entre essas ações, estão os projetos de lei que tratam da autonomia do BCB, do relacionamento entre o BCB e o Tesouro Nacional, e do Cadastro Positivo, entre outros. Assim, em 2019, o BCB continuará reunindo esforços na execução e no aprimoramento de sua agenda estruturante, a Agenda BC+.

Com relação à economia global, em 2019 o cenário deve permanecer desafiador, com possibilidade de maior aversão ao risco nos mercados financeiros globais, devido a temores de desaceleração da atividade econômica no mundo. Além disso, embora tenham diminuído mais recentemente, permanecem os riscos associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e às incertezas referentes ao comércio mundial.

Todavia, a atual conjuntura doméstica e as contas externas brasileiras nos dão capacidade de absorver um possível revés no cenário internacional. Contamos com uma situação confortável no balanço de pagamentos, um sistema financeiro sólido, inflação baixa e expectativas de inflação bem ancoradas, e um robusto estoque de reservas internacionais.

Não obstante, em um cenário de maior aversão ao risco para as economias emergentes, as reformas e ajustes se tornam ainda mais necessários. O Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e reformas, em especial as medidas de ajuste fiscal, com destaque para a reforma da Previdência, a fim de manter a inflação baixa, a queda da taxa de juros estrutural e a recuperação sustentável da economia.

Ilan Goldfajn
Presidente do Banco Central do Brasil
no exercício de 2018

MENSAGEM DO **PRESIDENTE ROBERTO CAMPOS NETO**



O Banco Central do Brasil (BCB) presta serviços de valor inestimável à sociedade brasileira, os quais estão registrados em sua missão institucional. Nessa nova gestão, manteremos o trabalho incansável na busca do cumprimento da missão do BCB: assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, entendida como o cumprimento da meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e um sistema financeiro sólido e eficiente.

A experiência brasileira evidencia como são elevados os custos de uma política econômica que não se compromete com a estabilidade da moeda. A estabilidade monetária é um patrimônio de toda a sociedade e, quando bem conduzida, a política monetária tem ajudado a criar as condições necessárias para o crescimento econômico sustentado, para a proteção da renda das famílias e para o alongamento dos horizontes de planejamento.

O mandato de defesa da estabilidade financeira dá à autoridade monetária a competência para que possa defender e fomentar um sistema financeiro funcional e estável, com canais ativos de transmissão da política monetária. De fato, a crise financeira global de 2007/2008 e seus desdobramentos tornaram clara a importância de um sistema financeiro sólido e eficiente para o desempenho da economia real.

Seguindo a agenda de reformas estruturais, o BCB organizou suas ações por meio da Agenda BC+, que trouxe transparência ao necessário e constante processo de modernização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e se mostrou uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade. Essa agenda de reformas já apresentou resultados notáveis, e muitas de suas ações ainda terão seus efeitos plenamente sentidos ao longo do tempo.

É importante mantermos os ganhos recentes alcançados tanto na condução da política monetária, que tem se baseado na cautela, na serenidade e na perseverança, quanto na Agenda BC+, em seus quatro pilares. Mas, além de trabalhar para manter as conquistas, é necessário avançar, e um BCB autônomo estará mais bem preparado para essa tarefa.

A transparência da comunicação da política monetária deve seguir avançando, sempre com vistas a garantir o acesso de todos às decisões e ações do BCB. É necessário também aprofundar a Agenda BC+ para promover um amplo processo de democratização financeira.

Até o presente, esse processo se focou na garantia de acesso a serviços de pagamento e ao mercado de crédito. Precisamos agora prosseguir em outras dimensões, fundamentais para o desenvolvimento pleno do mercado financeiro brasileiro e, em colaboração com outros órgãos de governo, dar um foco especial no mercado de capitais.

Mais especificamente, precisamos avançar em quatro dimensões:

1. Inclusão, que significa facilidade de acesso ao mercado a investidores e tomadores, nacionais e estrangeiros, pequenos e grandes;

2. Precificação adequada, garantida por instrumentos de acesso competitivo aos mercados;

3. Transparência no processo de formação de preços e nas informações de mercado; e

4. Educação financeira, dando estímulos para a participação de todos no mercado e para a formação de poupança.

Essa democratização é fundamental porque amplia a capacidade do mercado financeiro de prover recursos para o setor produtivo em condições justas, melhorando a alocação e gerando benefícios para todos. A literatura demonstra uma clara correlação positiva entre o tamanho do mercado de capitais e o PIB de uma economia.

Mais recentemente, os resultados da criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) e da mudança de foco na atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deram início a uma mudança no perfil do mercado de capitais, demonstrando que, quando o governo abre espaço, a iniciativa privada floresce. O mercado precisa se libertar da necessidade de financiar o governo e se voltar para o financiamento ao empreendedorismo. Por essas razões, é necessário avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento de nosso mercado de capitais.

Em relação às quatro dimensões de atuação mencionadas – inclusão, precificação, transparência e educação financeira –, importa ressaltar as linhas gerais de um plano de ação para cada uma delas.

A transparência da comunicação da política monetária deve seguir avançando, sempre com vistas a garantir o acesso de todos às decisões e ações do BCB. É necessário também aprofundar a **Agenda BC+** para promover um amplo processo de democratização financeira.

Na dimensão de inclusão, visando ampliar a participação nos mercados, duas importantes ferramentas para a promoção de novos avanços são os programas de microcrédito e o estímulo ao cooperativismo. Experiências internacionais demonstram o sucesso dessas políticas. Por isso, promoveremos grupos de estudos junto a participantes do mercado e à sociedade civil para que possamos nos espelhar nos exemplos bem sucedidos e buscar adequá-los à realidade de nosso país e de cada uma de nossas regiões.

Outra área promissora na dimensão da inclusão é o fomento à difusão de plataformas digitais de crédito – a exemplo das *fintechs* de crédito, as Sociedades de Crédito Direto (SCD) e as Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP), como o BCB já vem trabalhando desde a gestão anterior.

Além de iniciativas nessas áreas, está atualmente em discussão entre o BCB, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Economia (ME) um conjunto de medidas visando à redução do custo burocrático e à simplificação das regras tributárias e de acesso aos mercados. Essas medidas facilitarão a criação de mais

instrumentos financeiros, tanto para quem quer investir quanto para quem quer captar recursos.

Para fomentar uma adequada precificação dos produtos e serviços do SFN, além dos instrumentos já à disposição, devemos avançar em várias áreas, entre as quais: (i) o sistema de pagamentos instantâneos, importante mecanismo de democratização dos meios de pagamentos, no qual o BCB vem trabalhando; (ii) as fintechs que, por trazer fortes incentivos à competição, devem continuar a ser exploradas; (iii) os mecanismos de Open Banking, com o objetivo de reduzir as barreiras à entrada; (iv) a tecnologia de Blockchain, que apresenta elevado potencial no mercado de intermediação; e (v) as centrais de garantias, que proporcionam meios para redução da volatilidade dos mercados, contribuindo para uma melhor precificação.

Nesse sentido, é importante reduzir os custos operacionais e burocráticos e facilitar a entrada de pequenas e médias empresas e de investidores estrangeiros. Além disso, para garantirmos a inserção do país no mercado internacional, é preciso fomentar, por meio de uma agenda de simplificação, a disponibilização de ferramentas de hedge cambial voltadas a investimentos de mais longo prazo.

Quanto à dimensão da transparência do SFN, o país tem trabalho a realizar tanto no setor público quanto no setor privado. É preciso transparência e avaliação de resultados. Os subsídios existentes nas modalidades de crédito direcionado devem ser explicitados, criando um novo modelo de fomento à atividade rural e modernizando os mecanismos de captação e alocação de recursos na construção civil.

Em relação à dimensão da educação financeira, além de aprofundar as ações empreendidas junto a agentes de mercado e a outros órgãos governamentais, devemos nos valer das cooperativas e dos agentes de distribuição de microcrédito para criar um amplo programa de estímulo à educação financeira.

Temos bem definido aonde queremos chegar. Queremos manter a inflação baixa e controlada, dando seguimento à ótima atuação da condução da política monetária, manter o sistema financeiro sólido e eficiente. Queremos também reduzir o custo de intermediação financeira, tornar o mercado mais aberto para os estrangeiros e reduzir o papel do governo, hoje um grande ator do sistema financeiro.

Em suma, o desenvolvimento do país e de um sistema financeiro moderno e inclusivo exige trazer ao centro do palco o indivíduo – as famílias, as empresas – e reduzir o papel do Estado como um grande ator de mercado.

Roberto Campos Neto
Presidente do Banco Central do Brasil

SOBRE O **RELATÓRIO**

O objetivo deste Relatório é mostrar de que maneira o Banco Central do Brasil (BCB) está organizado, como se planeja e como aloca seus recursos para gerar valor à sociedade, assegurando a estabilidade do poder de compra de nossa moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Até o ano passado, o *Relatório de Gestão* buscava abarcar todos os temas determinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), trazendo os principais destaques do ano anterior. Neste ano, adotou-se o modelo preconizado pelo TCU, inspirado na forma do Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Isso quer dizer que o processo de produção deste Relatório visou, além de obedecer aos normativos vigentes, melhorar a transparência e a conectividade das informações, demonstrando como valores são gerados ao longo do tempo.

O Relatório está organizado em quatro principais seções:

1. **Por dentro do BCB**: informa a estrutura, a governança, a cadeia de valor, o contexto em que estamos inseridos, o planejamento estratégico e como se dá a gestão de riscos;
2. **Resultados da Gestão**: mostra, por meio de entregas concretas, os desafios enfrentados, assim como inovações e aprendizados;
3. **Conformidade e Eficiência da Gestão**: demonstra o nível da gestão de pessoas, orçamento, contratos, patrimônio, tecnologia da informação e custos, sem esquecer os esforços de responsabilidade socioambiental; e
4. **Demonstrações Financeiras**: apresentam os dados de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e determinadas em nossa legislação.

Este Relatório foi validado pela Diretoria Colegiada do BCB, responsável pela alta governança do Órgão e aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, as informações aqui contidas foram avaliadas por auditoria independente (KPMG), sob a ótica das normas de auditoria relativas às demonstrações financeiras do ano de 2018.

Boa leitura!

AVISOS **AO LEITOR**

As previsões contidas neste Relatório são apenas expectativas de nossa administração. Quaisquer termos que remetam a essas previsões – como "projeta", "espera", "prevê" – envolvem incertezas e podem ou não se realizar. O BCB se desobriga de atualizar tais previsões.

Destacamos que alguns dos temas de relevância elencados pelo TCU para a elaboração deste Relatório não se aplicam ao BCB. Quais sejam:

- não há qualquer tipo de renúncia de receitas praticada pelo BCB;
- não há uma política de remuneração de administradores e membros de colegiado. Presidente e diretores do BCB fazem jus aos subsídios previstos em lei;
- o BCB é uma autarquia federal, não aufere lucros e, portanto, não há uma política de participação em resultados para seus servidores e administradores;
- não há projetos e programas financiados com recursos externos.

• Envie suas dúvidas e sugestões sobre o Relatório e ajude-nos a melhorar a próxima edição.
• Fale Conosco

• Para consultar os valores atuais dos subsídios, visite nosso site em ***Acesso à informação do BCB/Institucional/Espaço do servidor***

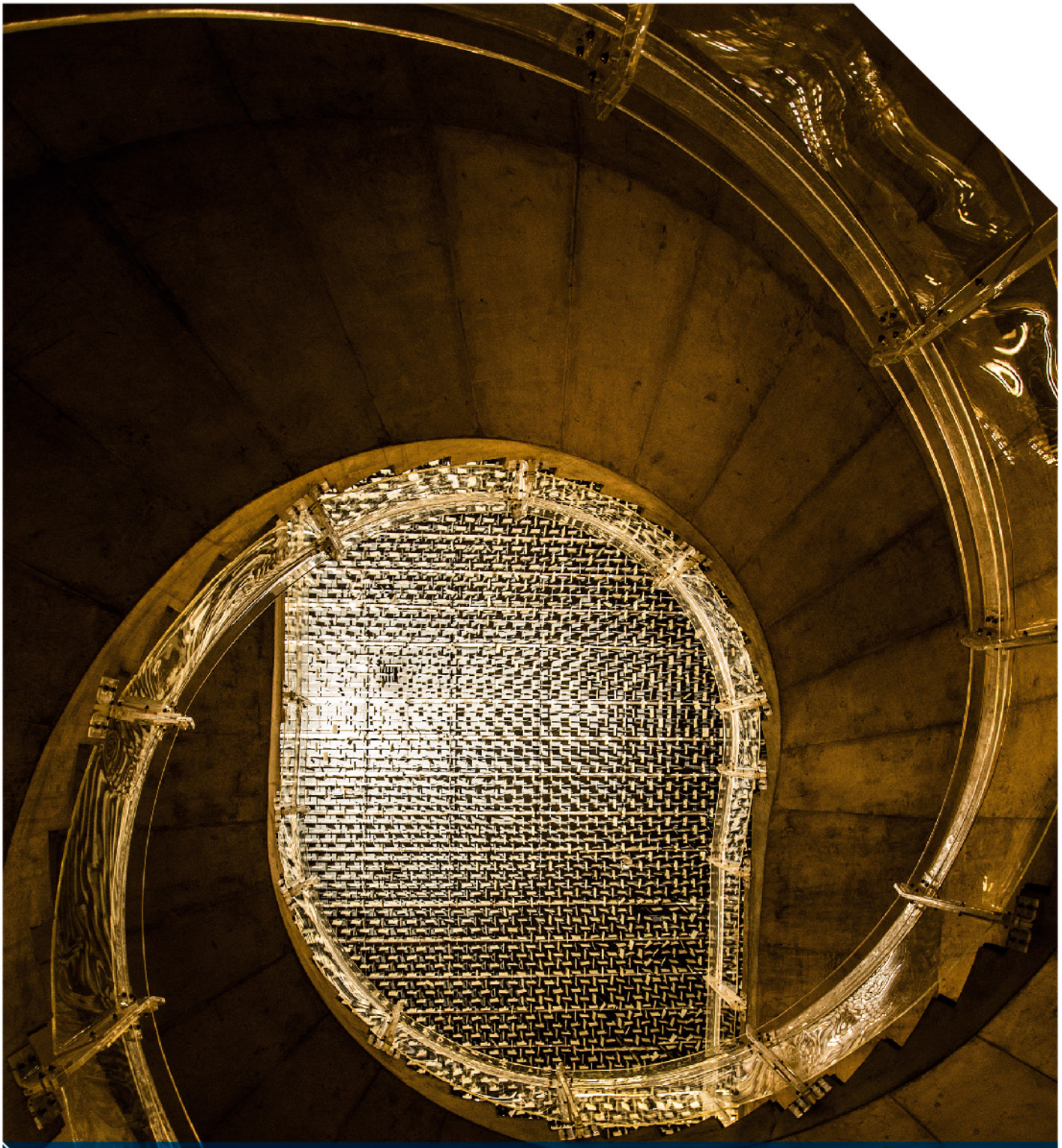
MATERIALIDADE

A identificação dos temas considerados relevantes em 2018 se deu por diversas fontes, todas elas interligadas. Desde a missão institucional, que mantém sempre presente o tema "cumprimento da meta de inflação", até os objetivos estratégicos, que foram reunidos nos temas estruturantes que deram origem à Agenda BC+. Eles formam o núcleo da matriz de materialidade junto com os valores organizacionais "integração", "transparência", "excelência" e "sustentabilidade ambiental", os mais lembrados em pesquisa de clima efetuada em 2018. Temas relevantes também surgem de questões urgentes, demandas externas ou porque ganham ênfase contextual e acabam entrando em pauta e recebendo alguma prioridade da administração, como a "autonomia" e "governança" do BCB. Por fim, também são temas relevantes aqueles oriundos do dever de prestar contas, do zelo com a coisa pública e do compromisso com a eficiência e a economicidade, que devem estar presentes na admistração de todo órgão público, como gestão de pessoas, de contratos e patrimônio, entre outros.

Todos esses temas relevantes, capazes de afetar a capacidade do BCB de gerar valor no curto, médio e longo prazo, estiveram no foco da administração ao longo do ano de 2018, com diferentes níveis de prioridade. Justamente por isso, formam a matriz de materialidade que norteia este Relatório.

Figura 1 *– Matriz de Materialidade*





Por Dentro do **BCB**

O BANCO CENTRAL DO BRASIL

O BCB é uma autarquia federal vinculada – mas não subordinada – ao Ministério da Fazenda, e foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Sua motivação é assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, por meio de uma atuação autônoma e de excelência, baseada em valores firmes.

Múltiplas atividades

Inflação baixa e estável

Manter a inflação sob controle, ao redor da meta, é objetivo fundamental do BCB.

A estabilidade dos preços preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o BCB utiliza a política monetária, que se refere às ações do BCB que visam afetar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro (condições de liquidez) na economia.

Sistema financeiro seguro e eficiente

Faz parte da missão do BCB assegurar que o sistema financeiro seja sólido (tenha capital suficiente para arcar com seus compromissos) e eficiente.

Banco dos bancos

As instituições financeiras precisam manter contas no BCB. Essas contas são monitoradas para que as transações financeiras aconteçam com fluidez e não apresentem saldo negativo ao final do dia.

Emissor do dinheiro

O BCB gerencia o meio circulante, que nada mais é do que garantir para a população o fornecimento adequado de dinheiro em espécie.

Banco do governo

O BCB detém as contas mais importantes do governo e é o depositório das reservas internacionais do país.

Figura 2 *– Orientações estratégicas*



- *Conheça a **Lei 4.595/1964***
- *Para saber mais sobre o BCB, acesse nosso site em **Acesso à Informação/Institucional***
- *Para saber mais sobre a missão, valores e visão, acesse nosso site em **Acesso à Informação/Institucional/Planejamento Estratégico***

Valor público

Valor público é o valor que uma organização agrega à sociedade. O termo foi originalmente cunhado pelo professor de Harvard, Mark H. Moore, que o via como o equivalente ao "valor do acionista" na administração pública. O valor público deve fornecer aos administradores uma noção de como a atividade empreendedora pode contribuir para o bem comum (MEYNHARDT, T., 2009).[1]

Mark Moore, em seu livro *Recognizing public value*,[2] explica, por meio de um triângulo estratégico, como o valor público pode ser criado por organizações.

Em sua crítica ao livro de Moore, Shayne Kavanagh[3] escreve:

> *O triângulo estratégico mostra que o valor público é criado quando uma determinada estratégia ou ação tem legitimidade democrática e o apoio do "ambiente de autorização"[4] (por exemplo, um conselho administrativo) e quando a organização tem capacidade operacional para implementar a estratégia ou ação de forma eficaz.*
>
> *Ele também mostra que existe um sistema de* feedback *– quando o valor público é criado, maior é a legitimidade e apoio (por exemplo, cidadãos e outros poderes têm maior confiança no governo) e a capacidade operacional é aumentada (por exemplo, outros recursos poderiam ser mais fáceis de obter).*

***Figura 3** – Ciclo de geração de valor*



1 Meynhardt, T. (2009). Public Value: Organisationen machen Gesellschaft. In: OrganisationsEntwicklung. *Zeitschrift für Unternehmensentwicklung und Change Management,* 2013, Nr. 4, S. 4-7.

2 Mark H. Moore (2013). Recognizing Public Value, Harvard University Press.

3 Shayne Kavanagh (2014). Defining and Creating Value for the Public, Government Finance Review, October, pp. 57-60, at http://www.gfoa.org/sites/default/files/GFROct1457_0.pdf

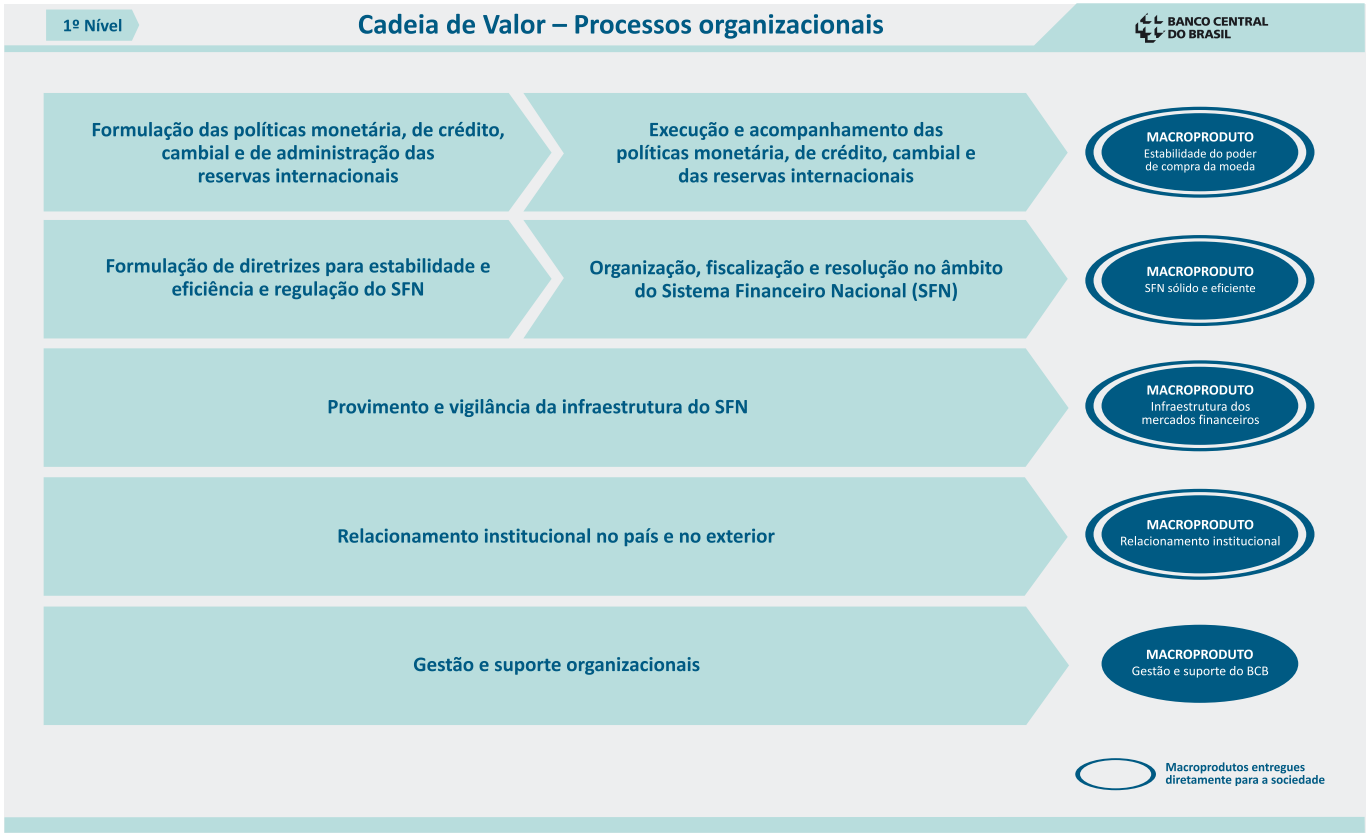
4 Atores a quem o administrador precisa solicitar autorização e recursos para sobreviver e ser eficaz, ou atores capazes de influenciar nesse sentido.

Como o BCB gera valor

A cadeia de valor é um instrumento de gestão que explicita o fluxo de agregação de valor, ou seja, mostra que os resultados de um trabalho são insumo para outro trabalho, até a entrega do produto aos clientes finais. A cadeia de valor do BCB pretende abranger todos os trabalhos realizados, categorizados como processos de diferentes níveis, para cumprir a missão institucional.

Processos têm uma característica relevante: eles permitem uma conexão lógica e robusta com diversos aspectos de gestão – é possível associar a processos os riscos financeiros e não financeiros, as competências necessárias para executá-los, a infraestrutura exigida para sua plena execução, seus pontos fortes e fracos, os apontamentos de auditoria, entre outros.

Figura 4 *– Cadeia de valor*



Estrutura organizacional

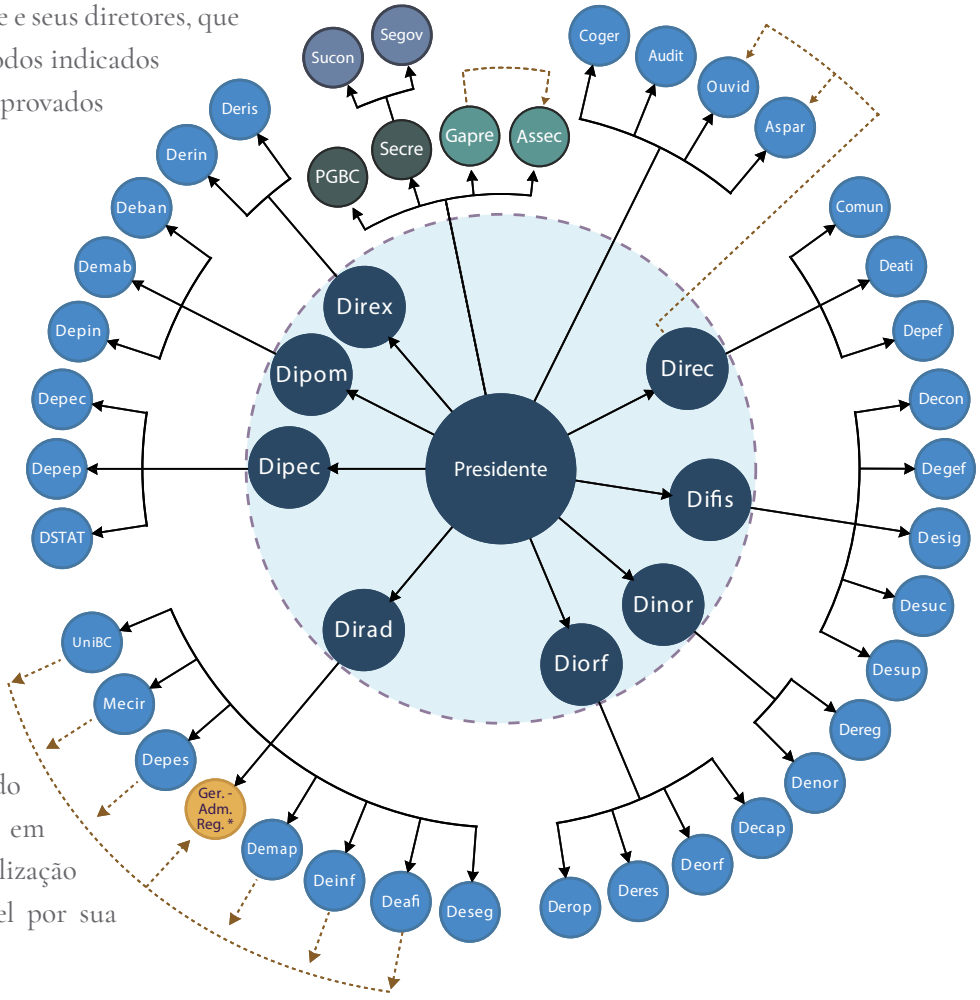
O BCB é dirigido por seu presidente e seus diretores, que compõem a Diretoria Colegiada, todos indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado.

Presidente

O presidente do BCB representa a Instituição no país e no exterior; participa, como membro integrante, com direito a voto, das reuniões do CMN; define a competência e as atribuições dos membros da Diretoria; e se relaciona, em nome do governo brasileiro, com instituições financeiras estrangeiras e internacionais.

Também cabe ao presidente do BCB decretar regime de resolução em instituições submetidas à fiscalização do Banco e designar o responsável por sua condução.

Figura 5 – *Estrutura organizacional*



Diretores

- Diretora de Administração (Dirad)
- Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos (Direx)
- Diretor de Fiscalização (Difis)
- Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (Diorf)
- Diretor de Política Econômica (Dipec)
- Diretor de Política Monetária (Dipom)
- Diretor de Regulação (Dinor)
- Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc)

Unidades administrativas

À presidência e aos diretores, estão subordinadas as unidades administrativas, que realizam as atividades intrínsecas a cada área de competência

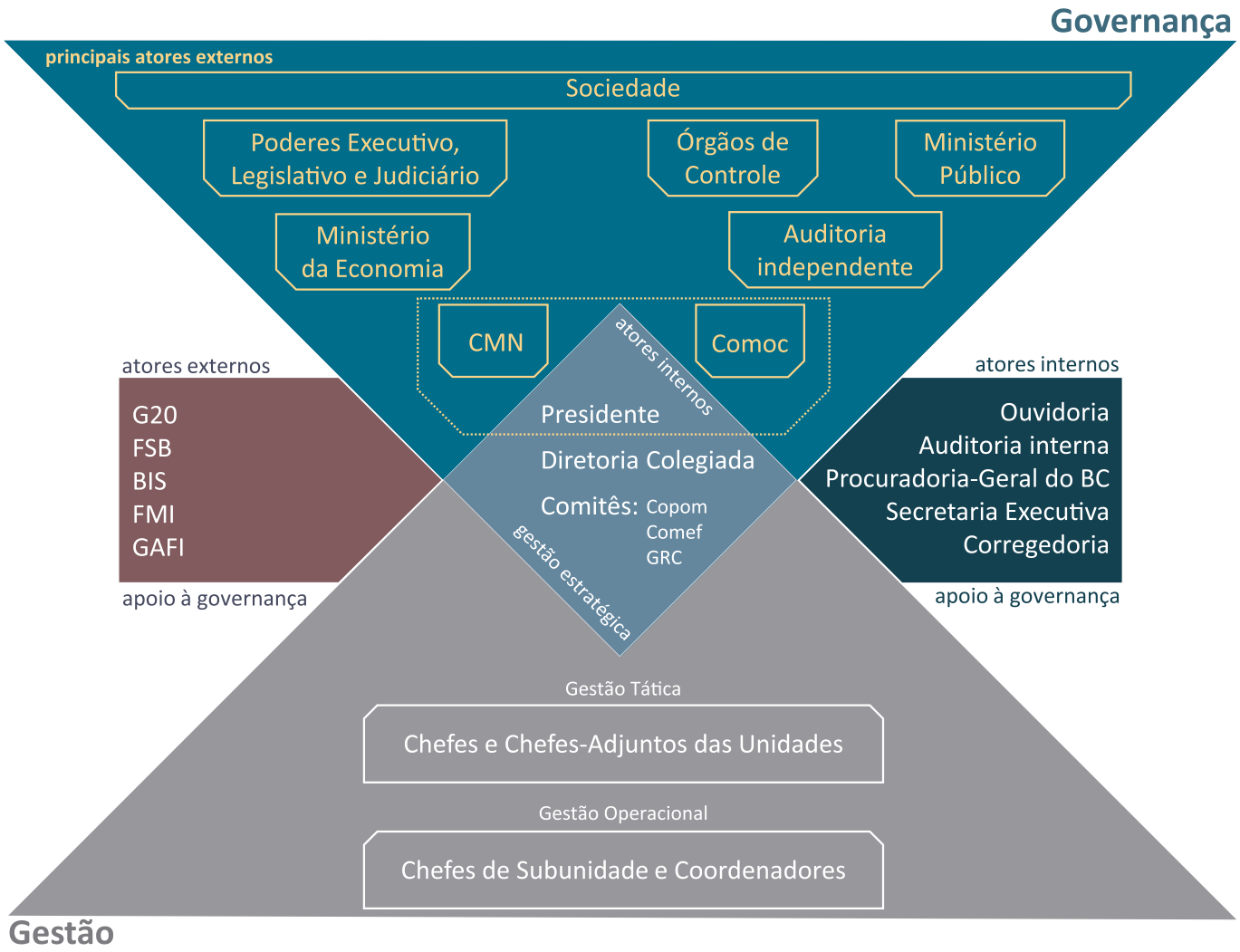
• Para saber mais sobre a estrutura do BCB, como as atribuições dos diretores e nome das unidades administrativas e seus respectivos chefes, acesse nosso site em ***Acesso à informação do BC/ Institucional/Estrutura do BC***

GOVERNANÇA E RELACIONAMENTO

O BCB tem manifestado, de modo contínuo, seu compromisso com os mais elevados padrões de conduta e com a promoção da integridade. Esse compromisso se materializa em diversas ações da Autarquia, a exemplo das relacionadas à transparência ativa e ao acesso à informação, ao tratamento de reclamações, à adoção de procedimentos de responsabilização, aos mecanismos de gestão de riscos e de controles internos, entre outras. Importante ressaltar, nesse sentido, o lançamento, em 14 de novembro de 2018, do Programa de Integridade do BCB, um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a adesão a valores, princípios e normas de conduta éticas e disciplinares, bem como para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes.

A estrutura do modelo de governança do BCB tem o presidente, a Diretoria Colegiada e os comitês, e também atores externos, além de instâncias de apoio à governança externas e internas, como a Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria, Procuradoria-Geral e Secretaria-Executiva.

Figura 6 *– Pirâmides de governança e gestão*



Componentes da estrutura de Governança

Diretoria Colegiada em 2018

O presidente e os diretores formam a Diretoria Colegiada, órgão de deliberação superior, responsável pela formulação de políticas e diretrizes necessárias ao exercício das competências do BCB. Asseguram o elo entre os atores externos e a gestão do BCB.



Ilan Goldfajn
Presidente



Carlos Viana de Carvalho
Diretor de Política Monetária



Carolina de Assis Barros
Diretora de Administração



Mauricio Moura
Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania



Otávio Ribeiro Damaso
Diretor de Regulação



Paulo Souza
Diretor de Fiscalização



Sidnei Corrêa Marques
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução



Tiago Couto Berriel
Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos e Diretor de Política Econômica



*• No site do BCB, é possível obter informações mais detalhadas de cada dirigente, assim como a composição atual da Diretoria Colegiada, em **Acesso à informação/Organograma***

Atores internos

Além do presidente, há os seguintes atores que formam a estrutura interna de governança.

Diretoria Colegiada: é o órgão de deliberação superior que define e aprova as orientações e diretrizes estratégicas para atuação do BCB. De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CMN, formula, acompanha e controla, por exemplo, as políticas monetária, cambial e de crédito; os critérios e os procedimentos relacionados à organização, à disciplina e à fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e às operações de crédito do BCB com instituições financeiras; e os serviços do meio circulante. Também assume a função de Comitê de Política Monetária (Copom), Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e Comitê de Governança, Riscos e Controles (GRC).

Auditoria interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações do BCB, auxiliando-o a alcançar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança.

Ouvidoria: recebe reclamações, elogios e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição e denúncias contra servidores; procura garantir ao cidadão o direito de ter a sua manifestação sobre os serviços prestados pela instituição apreciada, e atua para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição.

Corregedoria-Geral: previne e apura possíveis irregularidades praticadas pelos servidores da Instituição e faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Procuradoria-Geral: representa o BCB no exercício do procuratório judicial e extrajudicial, e desempenha, internamente, as atividades de consultoria e assessoria de natureza jurídica.

Secretaria-Executiva: presta consultoria, assessoramento e apoio técnico imediatos ao presidente e aos diretores, assim como aos principais comitês internos (Copom e Comef, descritos a seguir) e externos (CMN, – Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e de Capitalização – Coremec).

Comitês no nível da Diretoria Colegiada

Copom: define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic. Possui, ainda, atribuições de executar a política monetária e analisar o *Relatório de Inflação*. As atas das reuniões são divulgadas e publicadas na página do BCB na internet.

Figura 7 – *Sobre o Copom*



GRC: define diretrizes e estratégias relativas à governança corporativa e à gestão de riscos e controles internos, e adota medidas para a sistematização de práticas nessas áreas. Três subcomitês integram sua estrutura: o de Integridade (GRC-Integridade); o de Alocação Estratégica das Reservas Internacionais (GRC-Alocação Estratégica); e o de Gestão Ativa das Reservas Internacionais (GRC-Gestão Ativa).

Comef: estabelece diretrizes para a manutenção da estabilidade financeira e a prevenção da materialização do risco sistêmico – o risco de ocorrência de interrupção de serviços financeiros essenciais às famílias e às empresas, que prejudique significativamente a economia brasileira.

Figura 8 *– Sobre o Comef*



• *Veja mais em nosso site em* ***Acesso à informação do BC/Institucional/Estrutura do BCB***

Atores externos

Figura 9 *– Atores externos de governança*

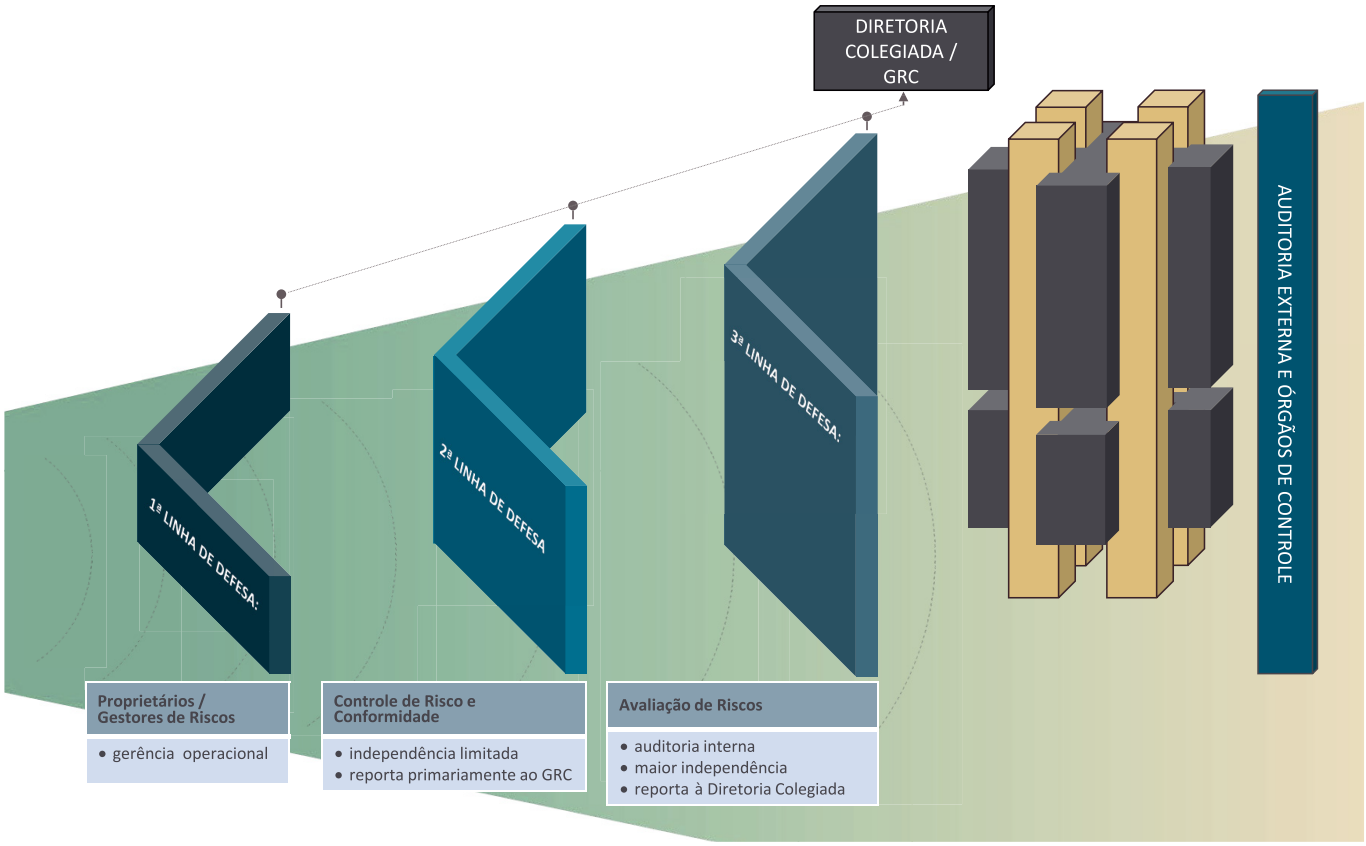


• *Veja mais no site do BIS em* ***Home/Committees & associations/ Basel Committee on Banking Supervision/Publications***

Linhas de defesa

O modelo das Três Linhas de Defesa funciona na estrutura geral de riscos e de controles da organização. Cada linha de defesa executa controles e verificações com escopos específicos, sendo oportuno definir o caráter e a abrangência de cada uma delas.

Figura 10 *– Linhas de defesa*



Auditoria interna e externa

O papel da Auditoria Interna do Banco Central do Brasil (Audit) é auxiliar o BCB a alcançar seus fins institucionais, avaliando, de forma sistemática, objetiva e independente, a eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle interno e de governança. Para tanto, adota padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo CGU, e com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, editadas por *The Institute of Internal Auditors*.

Em 2018, a Audit realizou 22 auditorias e emitiu 186 recomendações. As áreas de negócios, por sua vez, atenderam a 184 recomendações no mesmo período.

A empresa de auditoria independente contratada pelo BCB é a KPMG Brasil, a qual, em 2018, emitiu sete recomendações relativas a controles internos.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

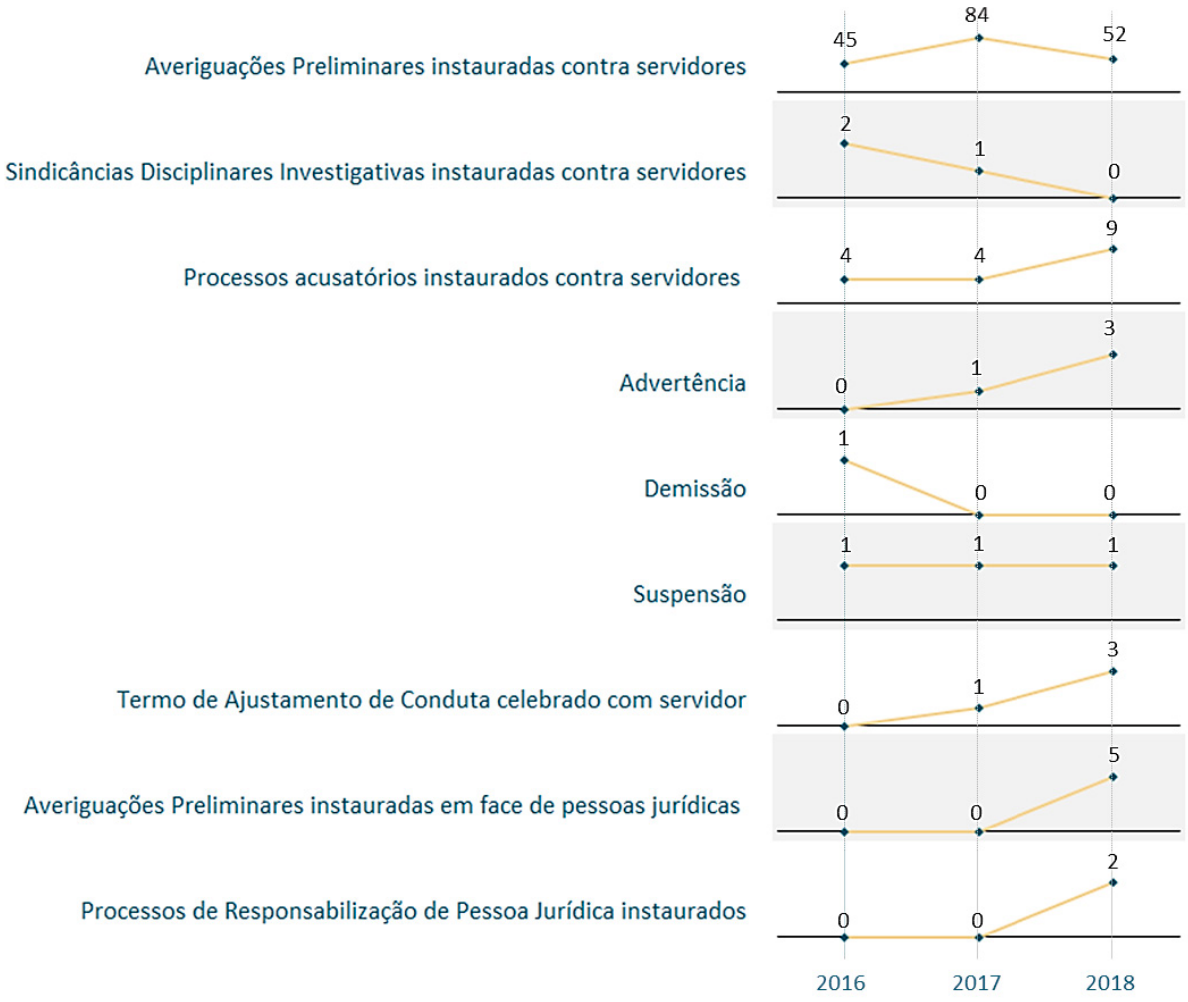
No exercício de 2018, não foram registradas ocorrências relacionadas a danos ao erário, razão pela qual não foram instaurados procedimentos de apuração de responsabilidade sobre tal matéria no período.

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (Coger) atua, sobretudo de modo repressivo, a partir de denúncias que lhe são encaminhadas, sem prejuízo da atuação de ofício quando identifica, em suas atividades rotineiras, possível ocorrência de infração disciplinar.

Tipologia em processos disciplinares aplicados pelo BCB no período de 2016 a 2018:

Figura 11 *– Atividades de correição*

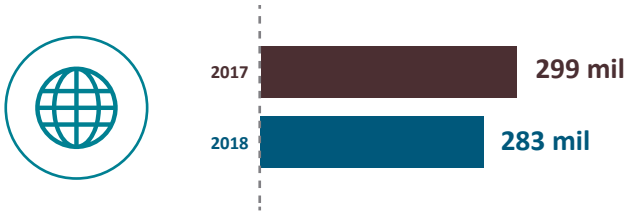


Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

O BCB atua com base em seus valores organizacionais e age com integridade, honestidade e probidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública. Atua com respeito aos cidadãos, aos colaboradores e ao meio ambiente. Procura comunicar ações e decisões de forma clara e oportuna, observadas as restrições de ordem legal ou de caráter estratégico.

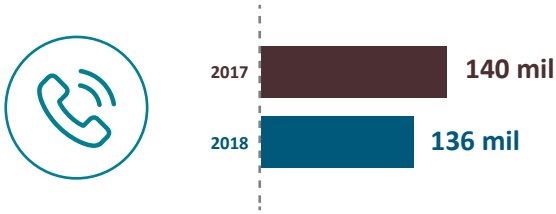
São disponibilizados seis canais para comunicação com o cidadão.

1) Fale conosco – Atendimento pela internet

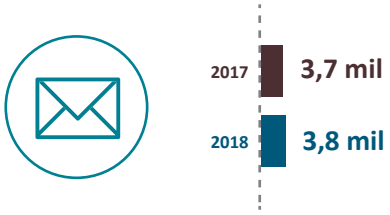


2) Telefone

Registre sua demanda pelo **telefone 145**, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h (custo de ligação local).



3) Correspondência



Banco Central do Brasil

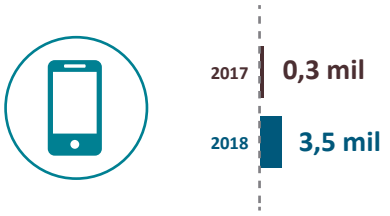
Departamento de Atendimento Institucional

Setor Bancário Sul (SBS)
Quadra 3, Bloco B
Brasília – DF,
CEP: 70074-900

• Acesse os endereços e telefones para atendimento ao público da Sede e das regionais espalhadas pelo Brasil no site do BCB, em ***Acesso à informação/Endereços e telefones***

4) Aplicativo BCB+Perto

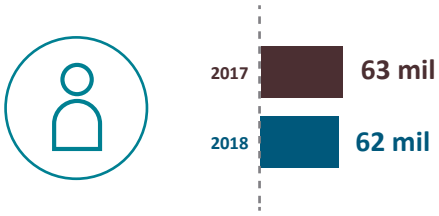
Baixe o aplicativo no seu *tablet* ou celular via *App Store* ou *Google Play Store*.



10x mais atendimentos

5) Atendimento presencial

De segunda a sexta, das 10h às 16h



6) Assistente virtual

O **Din** funciona por meio de conversa guiada e usa tecnologias de inteligência artificial e *machine learning*. A vantagem desse novo canal é que a interação pode ser feita em linguagem simples e direta, a qualquer momento e de qualquer lugar.



Recentemente lançado, por isso não há apuração de resultados em 2018.

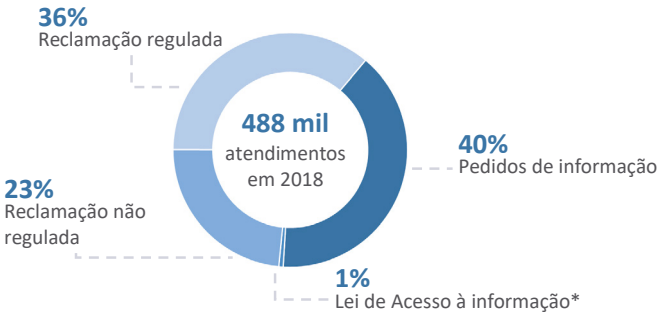
O BCB disponibiliza o sistema ***Registrato****, por meio do qual o indivíduo credenciado pode consultar seus dados pessoais na internet. O* ***Registrato*** *possui informações sobre o CCS (instituições financeiras onde o cidadão possui relacionamentos como conta-corrente, poupança e investimentos); SCR (dados de créditos, empréstimos, e financiamentos acima de R$200,00); e operações de câmbio e de transferências internacionais realizadas.*

Emitidos mais de ***500.000 relatórios***

• Veja no site do BCB o sistema Registrato e obtenha ajuda do Din – ***Cidadania financeira/Registrato***

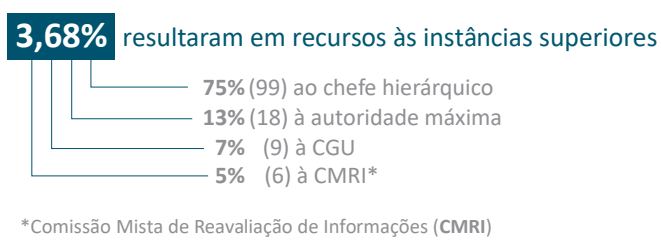
Considerando todos os canais, o total de atendimentos registrados em 2018 foi de cerca de 488 mil, incluindo demandas de acesso a informações, Lei de Acesso à Informação (LAI) e reclamações reguladas ou não reguladas contra instituições financeiras. As distribuições por canal de atendimento e tipo de demanda estão disponíveis no Gráfico 1.

Gráfico 1 *– Atendimentos registrados*



(*) Das 2.964 demandas recebidas de LAI, 2.691 são da competência do Banco Central, sendo que as demais foram reencaminhadas e respondidas por outros órgãos públicos.

Figura 12 *– LAI competência BC*



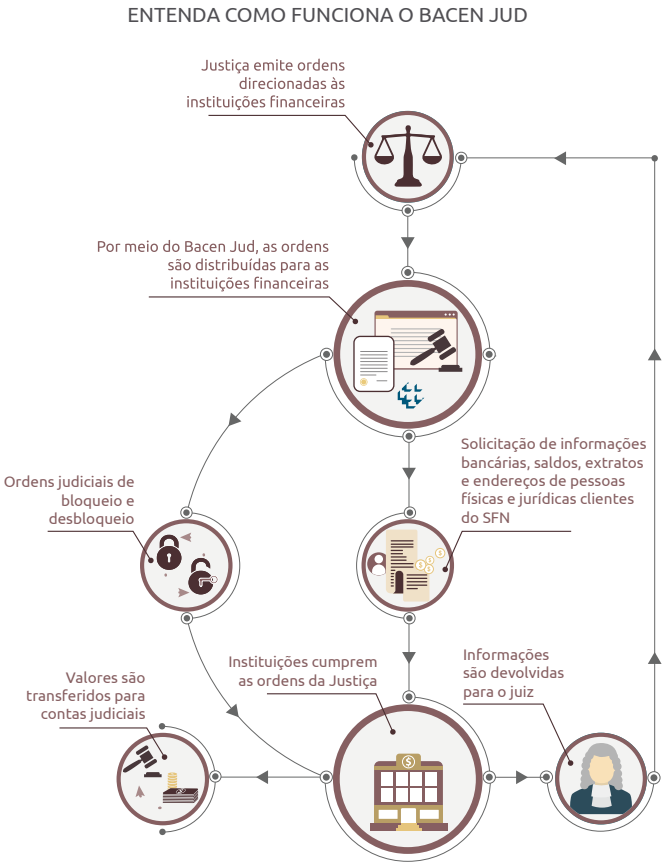
• Veja também mais sobre a LAI, em ***Acesso à informação/LAI***

- informações;
- bloqueio, desbloqueio e transferências de valores bloqueados.

Tais requisições são transmitidas às instituições financeiras para cumprimento e resposta.

10.545.506 ordens eletrônicas *em 2018*

Figura 13 *– BacenJud*



• Veja mais sobre o Bacen Jud em nosso site em ***Acesso à informação/bacenjud***

Para atender aos Poderes Constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), o BCB disponibiliza dois canais de comunicação.

1) Bacen Jud 2

Comunicação eletrônica do Poder Judiciário, administrado pelo BCB, permitindo aos magistrados protocolizar ordens judiciais de requisição de:

2) Ofícios em papel

O atendimento via ofícios em papel consiste no levantamento das informações de que o Banco Central dispõe e/ou da remessa da demanda às instituições financeiras, com posterior expedição de ofício de resposta ao demandante, relatando as providências adotadas.

85.380 ofícios atendidos

Certidão Negativa

No segundo semestre de 2018, foi lançada a Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro, que permite ao cidadão comprovar, entre outros aspectos, a hipossuficiência financeira. Ao consultar a ferramenta no *site* do BCB, o usuário informa o CPF a ser consultado e obtém a certidão, atestando a inexistência de relacionamento ativo daquele CPF com instituição participante do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).

2.263 certidões emitidas

Carta de serviços ao usuário

• Acesse a carta de serviços no site do BCB em
Acesso à informação do BC/Carta de serviços ao usuário

Formas de participação cidadã em processos decisórios

O BCB, buscando melhorar a comunicação com a sociedade, sob o entendimento de que a transparência é um dos princípios fundamentais para se conquistar e manter a credibilidade, disponibiliza canais que permitem a participação cidadã em processos decisórios, tais como:

- **consultas públicas**: com o objetivo de receber sugestões e manifestações do público em geral, antes da tomada de decisões e da implementação de medidas regulatórias;
- **seminários e eventos** com participação do público externo;
- **reuniões** com segmentos da sociedade;
- **além dos espaços** que o cidadão possui para registrar reclamações, sugestões e elogios relativos aos serviços prestados pelo próprio BCB e denúncias contra servidores.

• Mais informações sobre consulta pública e para reclamações, sugestões e elogios acesse:
Acesso à informação/participação social

Links para os principais relatórios divulgados

O BCB divulga regularmente uma série de relatórios e documentos com informações referentes a decisões do Copom, inflação, estabilidade financeira, mercado, estudos especiais e demais publicações afetas aos seus temas de atuação. Seguem os principais *links* para acesso.



Atas do Copom: apresenta a análise da evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom



Relatório de Inflação: apresenta as diretrizes das políticas adotadas pelo Copom para cumprir o seu trabalho e faz considerações acerca da evolução recente do cenário econômico e previsões para a inflação.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri



Relatório de Estabilidade Financeira: apresenta a evolução recente e as perspectivas da estabilidade financeira no Brasil.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref



Focus: resume as estatísticas calculadas, considerando as expectativas de mercado coletadas até a sexta-feira anterior à sua divulgação.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus



Lançamento! Relatório de Economia Bancária: desde junho de 2018, o BCB divulga anualmente um novo relatório, com escopo mais amplo, cobrindo um espectro variado de questões atinentes ao SFN.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria

Estudos Especiais: estudos sobre temas específicos do universo econômico. Essas análises avaliam desde a conjuntura atual até perspectivas para a economia.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudosespeciais

Mais publicações

- Boletins do BCB
- Cidadania Financeira
- Manuais do BCB
- Notas Técnicas
- Revista da PGBC
- Sustentabilidade (PGLS)
- Outros relatórios
- Mais publicações em PDF

• Acesse as demais publicações em nosso site em ***Home/publicações***
• Para conhecer melhor os serviços do BCB, acesse a Carta de Serviços aos Usuários no site, em ***Acesso à Informação/Documentos***.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários com os treinamentos oferecidos e números das pesquisas de satisfação

O BCB utiliza as sugestões, elogios e reclamações registrados na Ouvidoria, bem como em outros instrumentos, tais como formulários de avaliação no Museu de Valores e no livro de sugestões, elogios e críticas da Galeria de Artes, para subsidiar avaliações de caráter técnico e gerencial quanto à qualidade da atuação da Autarquia, e também para o aprimoramento da gestão de seus espaços físicos.

Com o intuito de aferir o nível de satisfação do cidadão em relação ao atendimento telefônico, é oferecida ao usuário do serviço a opção de responder à pesquisa ao final da ligação.

Em 2018, obtiveram-se 38,5% de respostas à pesquisa, do total de 138.418 chamadas atendidas.

Cidadania Financeira

Foi ampla a aprovação do público no IV Fórum de Cidadania Financeira, que contou com cerca de 600 participantes, representando cerca de 280 instituições de diversos setores. O evento foi avaliado como "muito bom" por 79% dos participantes que responderam à pesquisa de satisfação, e como "bom" por 19%, totalizando **98% de aprovação**.

Entre as ações constantes no portfólio de Educação Financeira, três contam hoje com algum tipo de aferição formal de satisfação do usuário: os cursos de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais; o curso de Gestão de Finanças Pessoais *online*; e o curso É da Sua Conta, voltado para quem atua na proteção ao consumidor, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre produtos e serviços financeiros e sobre como o BCB trabalha para a melhoria do relacionamento entre instituições financeiras e consumidores financeiros.

Figura 14 *– Satisfação com o atendimento*



Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Transparência é um dos valores do BCB. Mais do que cumprir as exigências da lei e dos órgãos de controle, o BCB vê a transparência como condição necessária para a prestação de serviço eficiente à sociedade. A transparência e a simetria de informações fazem parte da comunicação da política monetária e da manutenção da solidez e eficiência do sistema financeiro.

O BCB possui ainda outros mecanismos para dar transparência às suas ações, por meio da disponibilização de dados que estão em sua posse. O BCB participa da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, publica as Atas do Copom e, por meio da Agenda BC+, presta contas de suas ações estratégicas à sociedade, de maneira mais ágil e integrada.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações



Acessibilidade tecnológica

O BCB adota medidas para favorecer a acessibilidade aos conteúdos digitais na atuação em: mídias sociais, aplicativos, *design* da informação, interação com o usuário e novo *site* do BCB.

Acessibilidade física

O BCB, dentro do seu programa de revitalização das edificações de uso especial, continua a executar ações de forma a adequar suas instalações aos normativos que versam sobre acessibilidade.

Principais interações do BCB

Figura 15 *– Principais interações*

Ações de cooperação internacional

9	69	17	3	60
Participações em eventos internacionais	Missões técnicas realizadas ao exterior	Visitas técnicas recebidas do exterior	Intercâmbios realizados	Trocas remotas de informação

Trocas remotas de informação
- Pesquisas 8
- Teleconferências 4
- E-mails 21
- Videoconferências....27

Missões de fiscalização e monitoramento

1061	13	80
Fiscalizações no SFN	Supervisões de crédito rural e do Proagro	Fiscalizações da custódia de numerário do BCB

Eventos com participação externa

- Responsabilidade socioambiental: Economia circular no BCB
- XIII Seminário Anual de Estabilidade Financeira e Economia Bancária
- Advancing the convergence of Brazil to the OECD Codes of Liberalization
- XX Seminário Anual de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil

Cidadania Financeira

222 palestras e **4** cursos

16.790 pessoas alcançadas

Realização do IV Fórum de Cidadania Financeira

• Mais informações sobre eventos acesse ***Acesso à informação / eventos***

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico 2016-2019 do BCB levou em conta os desafios identificados e as mudanças ocorridas nos ambientes interno e externo e as orientações emanadas da alta administração. Iniciou-se com a definição das orientações estratégicas (missão, visão e valores), o que envolve um esforço coletivo de reflexão por parte dos gestores da Instituição.

O modelo de gestão estratégica adotado pelo BCB opera em ciclos de planejamento e gestão que percorrem etapas de levantamento dos insumos estratégicos, formulação estratégica, levantamento dos riscos estratégicos, desdobramento, implantação e controle. As ações de mudança (inovação e melhoria) exigem ciclos de planejamento e gestão de médio e longo prazo (plurianuais); e as ações continuadas são programadas em ciclos de planejamento e gestão de curto prazo (anuais), correspondentes ao horizonte de tempo do orçamento federal. O planejamento estratégico é revisado periodicamente pela Instituição.

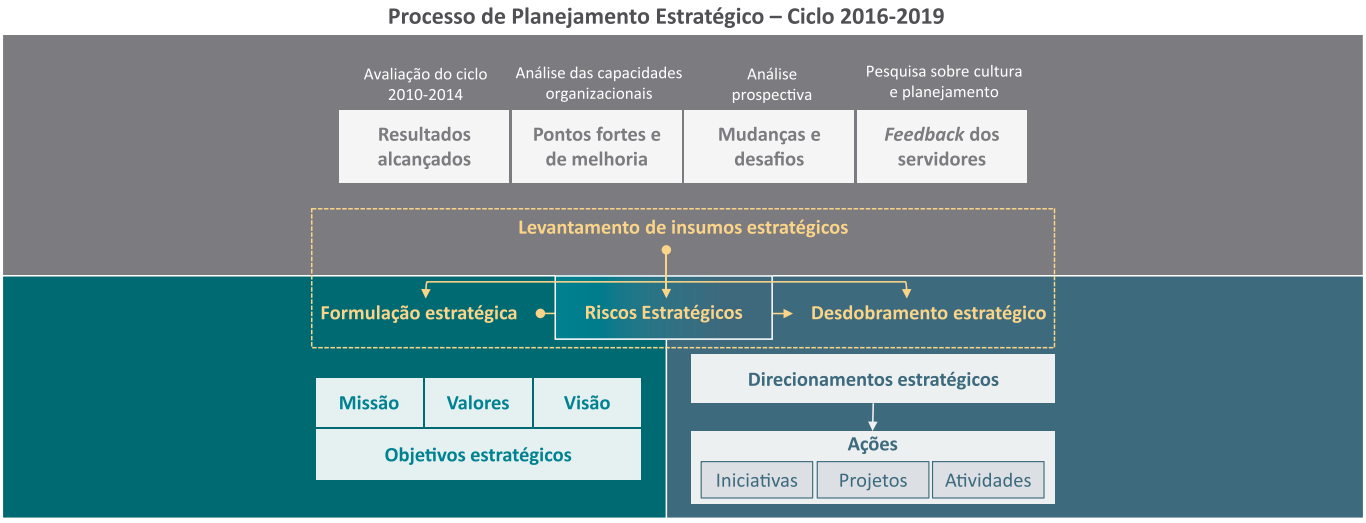
No segundo semestre de 2016, no âmbito da Diretoria Colegiada e com base nas orientações estratégicas, iniciou-se levantamento de temas estruturantes relacionados às áreas de atuação do BCB. As ações resultantes desse levantamento organizaram-se como uma agenda, denominada Agenda BC+, que se tornou a principal peça do desdobramento estratégico institucional. Nela, há quatro pilares de atuação: Mais cidadania financeira, Legislação mais moderna, SFN mais eficiente e Crédito mais barato.

A constante e acelerada mutação do ambiente externo, com cidadãos cada vez mais conscientes e participativos, exigindo entregas efetivas, e o desafio de lidar com um cenário de fortes restrições orçamentárias e de redução da força de trabalho, fez surgir, no segundo semestre de 2017, o BC+ Amanhã. Trata-se de um conjunto de ações que define temas prioritários no aperfeiçoamento da gestão e governança, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos e investir em uma maior integração da organização, com mais transparência, mais participação e simplificação dos fluxos de trabalho e ferramentas de gestão.

Dessa maneira, observa-se que o foco de atuação do BCB em 2018 e ao longo do Ciclo do Planejamento Estratégico 2016-2019 são as ações que fazem parte da Agenda BC+, do BC+ Amanhã e de programas de cunho estratégico para o BCB.

• *Mais sobre Agenda BC+ no capítulo Resultados da Gestão*
• *Mais sobre BC+ Amanhã no capítulo Conformidade e Eficiência da Gestão*

Figura 16 *– Ciclo de planejamento*

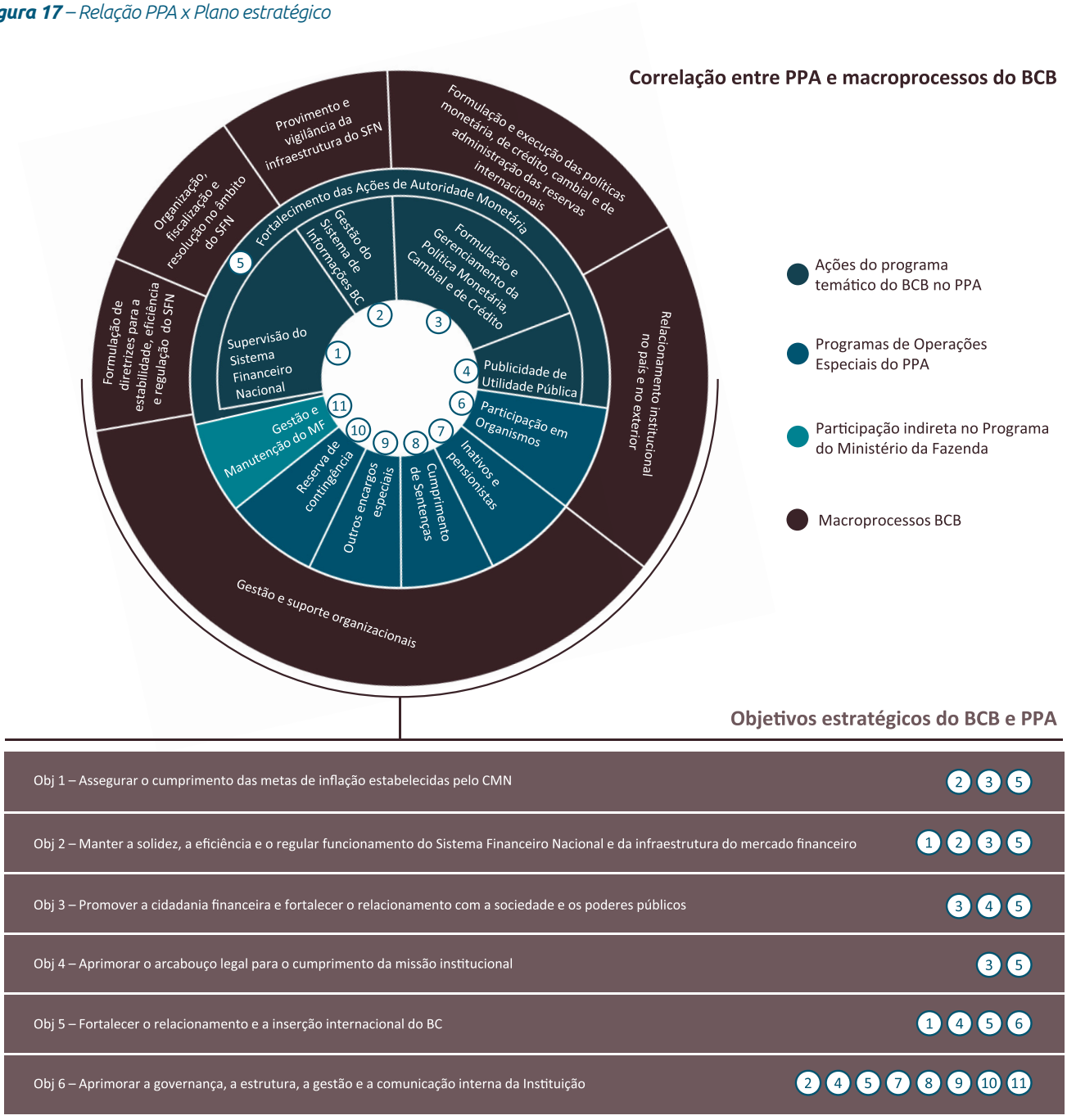


• *Veja mais sobre Planejamento Estratégico em nosso site em* ***Acesso à informação do BCB/ Institucional/ Planejamento estratégico***

Planejamento estratégico e PPA 2016-2019

Do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2016-2019) o BCB participa diretamente do programa **Garantia da estabilidade do SFN e melhoria do ambiente de negócios**, e indiretamente de mais outros seis programas. Observando o objetivo do programa citado – **Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do SFN** –, frente à Missão e à Visão do BCB, vê-se claro relacionamento entre o PPA 2016-2019 e o Planejamento Estratégico BCB 2016-2019. Além disso, as iniciativas e as ações orçamentárias do PPA atuam como suporte aos macroprocessos da instituição e colaboram para o alcance dos objetivos estratégicos do BCB, como se vê na figura a seguir.

Figura 17 *– Relação PPA x Plano estratégico*



Objetivos estratégicos do BCB e PPA

Obj 1 – Assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN	2 3 5
Obj 2 – Manter a solidez, a eficiência e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e da infraestrutura do mercado financeiro	1 2 3 5
Obj 3 – Promover a cidadania financeira e fortalecer o relacionamento com a sociedade e os poderes públicos	3 4 5
Obj 4 – Aprimorar o arcabouço legal para o cumprimento da missão institucional	3 5
Obj 5 – Fortalecer o relacionamento e a inserção internacional do BC	1 4 5 6
Obj 6 – Aprimorar a governança, a estrutura, a gestão e a comunicação interna da Instituição	2 4 5 7 8 9 10 11

Monitoramento estratégico

O Plano Estratégico do BCB estabeleceu Visão de Futuro clara para o quadriênio, além de seis objetivos estratégicos. Em 2017, após a estruturação da Agenda BC+ e como parte do **processo contínuo de monitoramento estratégico**, a Diretoria Colegiada aprovou ajustes no conjunto de estratégias, resultando em um total de 21 direcionamentos estratégicos, aos quais são vinculadas todas e quaisquer ações estratégicas do BCB.

Ao longo de 2018, houve 202 ações associadas aos direcionamentos, tanto da Agenda BC+ como de outras iniciativas. Cada uma delas possui marcos de acompanhamento que asseguram a execução no ritmo e nos prazos estabelecidos.

Há **Reuniões de Avaliação** da Diretoria Colegiada no início do ano, para seleção das ações a serem acompanhadas; no meio do ano, para avaliar resultados intermediários; e mais uma ao final do ano, para avaliação dos resultados finais das ações.

Mensalmente, é encaminhado **relatório de situação** sobre a execução das ações estratégicas, com foco no controle, revisão e melhoria delas, para conhecimento da Diretoria Colegiada.

Além das ações estratégicas, há acompanhamento formal e estruturado de ações tático-operacionais que são acompanhadas pelos chefes de Unidade e chefes de Subunidade, conforme periodicidade que a unidade considerar pertinente.

Para prestação de contas, são publicados a Agenda BC+, com acompanhamento contínuo, este *Relatório de Gestão* e o *Monitoramento Temático do PPA* do governo federal.

Figura 18 – *Mapa integrado*



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O início da formalização de técnicas de gestão de riscos no BCB ocorreu em 1997, com a aplicação de ferramentas de gerenciamento de risco de mercado para a gestão das reservas internacionais. Em 2000, foi desenvolvida abordagem de gerenciamento de riscos financeiros para administração desses ativos e, em 2006, houve expansão para envolver todas as unidades da área de política monetária. Em 2011, a Diretoria Colegiada estabeleceu a Política de Gestão de Riscos do Banco Central do Brasil (PGR-Bacen), englobando tanto os riscos financeiros como os não financeiros.

O BCB efetua gestão integrada dos diversos riscos que afetam a execução de suas atribuições e a busca do alcance dos objetivos da Organização. Reconhece-se que não é possível eliminar todos os riscos aos quais se está exposto e que, em alguns dos processos, os riscos são intrinsecamente elevados. Dessa forma, a abordagem de gestão de riscos se dá de acordo com os seguintes objetivos:

- **gerenciar** os riscos financeiros, minimizando os impactos em seu balanço;
- **mitigar** os riscos não financeiros;
- **garantir** a resiliência da organização em eventos que ameacem a continuidade das operações;
- **manter** ambiente de controles internos que permita o enfrentamento dos riscos;
- **promover** a integridade da organização e a aderência a leis, normas e procedimentos.

A PGR-Bacen define aspectos de governança e as diretrizes da gestão dos riscos da Organização. Ela inclui, além da política, a metodologia, os sistemas e os processos de trabalho. Essa abordagem reflete o comprometimento da organização com o fortalecimento da governança corporativa para manter alinhados seus processos decisórios a uma adequada gestão de riscos.

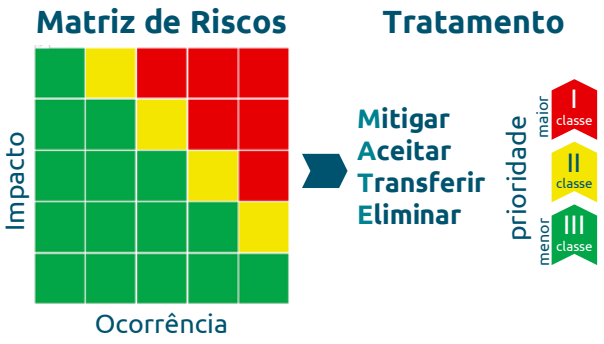
Ao perseguir sua missão, o BCB gerencia suas operações, avaliando os impactos em seu balanço. Na gestão das reservas internacionais, a política de investimento é definida pelo **GRC**, em função dos objetivos estratégicos de longo prazo a serem alcançados. O investimento das reservas internacionais é realizado com o auxílio de técnicas de otimização risco-retorno de carteira, observados os critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, priorizados nessa ordem. Na gestão dos riscos dos investimentos, são usados parâmetros de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Riscos não financeiros, que incluem, entre outros, os riscos estratégico e operacional, podem gerar perda financeira, dano à reputação ou incapacidade de se atingirem os objetivos do negócio, resultante de uma ou mais causas de risco, em função de fatores humanos, erros na execução de processos, sistemas falhos ou inadequados ou eventos externos. A avaliação desses riscos é feita de forma integrada, utilizando metodologia desenvolvida internamente, baseada nas melhores práticas.

O resultado da avaliação é consolidado na forma de uma matriz de riscos. Pela facilidade de compilação e de visualização, ela estabelece relações entre processos e riscos associados de forma integrada, gerando um panorama geral sobre os graus de exposições de risco.

Os riscos são classificados nas escalas "I" maior prioridade, "II" prioridade média e "III" menor prioridade, em função do impacto e da probabilidade de ocorrência. A figura a seguir ilustra o processo de construção dessa matriz de risco, idealizada em dois eixos, sendo um deles correspondente à ocorrência e o outro ao impacto.

Figura 19 – *Matriz de riscos*

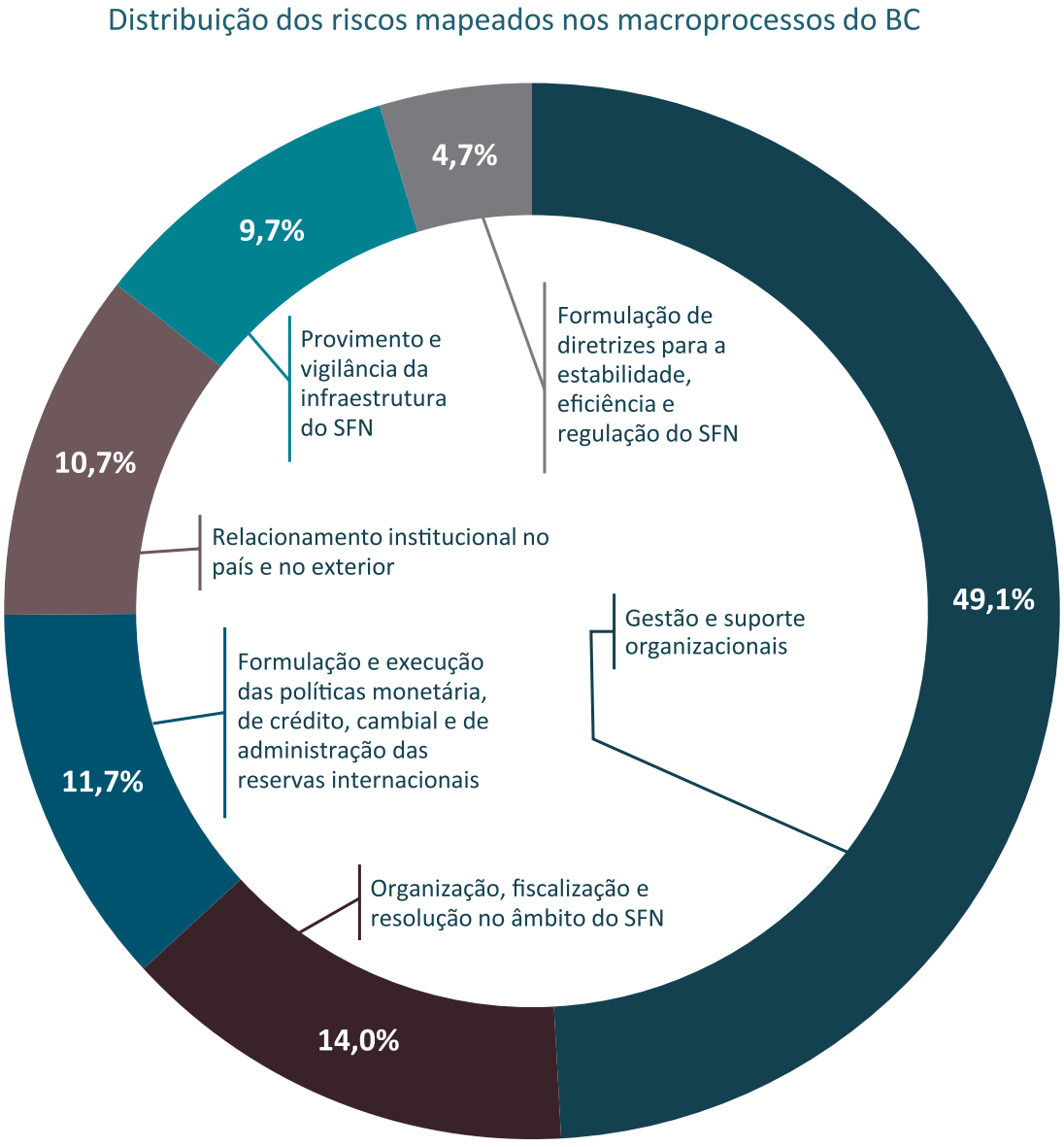


A partir dos dados da matriz de risco, os gestores do processo devem avaliar a resposta apropriada a cada risco identificado, com o objetivo de adequar a exposição a risco a níveis aceitáveis.

Riscos Operacionais nos processos

Em resposta aos riscos identificados, são elaborados planos de mitigação com base em critérios definidos. Em 2018, foram concluídos sete planos de mitigação de riscos e dezenove planos de mitigação estavam na situação "em andamento" ao final do exercício.

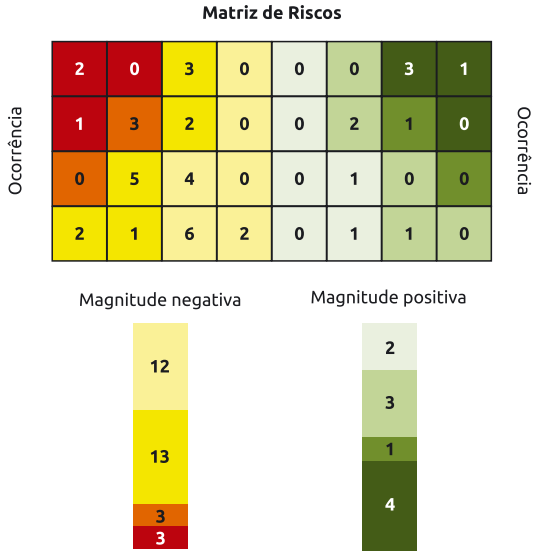
Figura 20 *– Distribuição dos riscos*



Riscos Estratégicos

No que se refere aos riscos estratégicos, são identificados riscos que podem ter impacto negativo (ameaças) ou positivo (oportunidades) para a Instituição em relação aos seus objetivos estratégicos. Os resultados da última avaliação dos riscos estratégicos são explicitados na figura abaixo.

***Figura 21** – Matriz de riscos estratégicos*



Gestão de continuidade de negócio

É uma estrutura composta de processos, recursos, planos e exercícios que busca ampliar a resiliência organizacional quanto a eventos que interrompam o funcionamento normal das atividades. A gestão da continuidade de negócios fundamenta-se na análise do pior cenário e, dentro dessa premissa, busca identificar, classificar e elaborar mecanismos de resposta e recuperação de processos sensíveis, ao tempo em que evidenciem impactos reputacionais ou financeiros significativos.

Em 2018, o BCB estabeleceu a Política de Controles Internos da Gestão, a qual tem o objetivo de apoiar a Instituição em sua responsabilidade de avaliar o ambiente de riscos, implementar controles apropriados e monitorar suas eficiência e efetividade. Também foi definida pelo GRC a Política de Conformidade do BCB, a qual indica o compromisso da Organização com a aderência às normas jurídicas e aos padrões de conduta, bem como a políticas internas e a princípios de governança corporativa.

Prevenção de riscos associados a desvios de conduta

Estão sendo estruturadas ações de comunicação com ênfase nas infrações mais frequentemente observadas e nas sanções delas decorrentes, assim como ações de capacitação de servidores sobre a temática correcional.

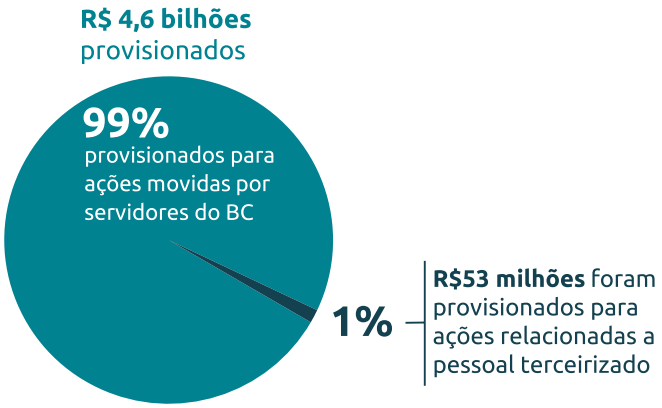
O BCB trabalha, ainda, no aperfeiçoamento de seus manuais de procedimentos disciplinares, de modo a mitigar os riscos de erro na aplicação das normas disciplinares.

Foi instituída sistemática para identificação e punição de atos lesivos de que trata a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

Informações sobre ações trabalhistas contra o BCB

Atualmente, tramitam na Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC) 1.704 ações envolvendo servidores e funcionários de empresas terceirizadas.

***Gráfico 2** – Ações trabalhistas*



Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

A PGBC conta com uma área específica e estruturada de gestão, ligada diretamente a um procurador-geral adjunto, com atribuições para coordenar e executar as rotinas de controle relacionadas à representação judicial do BCB. Essa área, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros (BCBJUR 2), exerce o controle de qualidade dos mais diversos tipos de registros jurídicos, bem como realiza a gestão do passivo e ativo judiciais, incluindo o provisionamento de ações. Atualmente, boa parte das rotinas do trabalho do órgão jurídico encontra-se total ou parcialmente automatizada, contribuindo para a redução de riscos operacionais.

CONTEXTO EXTERNO

Há, na atuação do BCB, relacionamento direto com os mais diversos atores que permeiam o sistema econômico e o SFN, cujas atuações influenciam os processos organizacionais, as tomadas de decisões e os produtos e valores gerados.

Na esfera econômica, os atores vão desde os principais clientes do BCB – sociedade, Estado e governo –, passando pelo CMN, até os entes que influenciam o ambiente doméstico e internacional, tais como governos estrangeiros, organismos e foros internacionais (i.e., Fundo Monetário Internacional – FMI, Grupo dos 20 – G20, Brasil, Rússia, Índia e China – Brics e outros), investidores internacionais, agências de classificação de risco, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros.

No ambiente do SFN, entre os atores com influência mais direta, além do tripé sociedade-Estado-governo, e do CMN (órgão normativo), estão as entidades supervisionadas (segmentos bancário e não bancário) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como organismos e foros internacionais (*Bank for International Settlements* – BIS, Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial e outros) e os três poderes da República.

Nesse contexto, à medida que surgem alterações significativas (de expectativas, de comportamento, de regulação, do marco legal, entre outras) no cenário econômico-financeiro doméstico e internacional, torna-se necessária a contínua adequação da ação do BCB para fazer frente aos desafios e às oportunidades.

O ambiente econômico global apresenta oportunidades e desafios. O BCB está atento a esses movimentos, monitora de modo qualificado o ambiente e está preparado para atuar em diferentes situações.

Cenário Internacional

Embora os mercados emergentes sejam considerados atualmente mais resilientes a choques externos do que no passado, a condução da política monetária nesses países permanece mais desafiadora, na comparação com os países avançados, principalmente porque suas instituições ainda estão "em construção". Em particular, a política fiscal dos países emergentes está frequentemente sob escrutínio dos investidores, e seus bancos centrais necessitam constantemente fortalecer sua credibilidade.

Como resultado, os emergentes apresentam maior instabilidade macroeconômica do que os países avançados. A maior instabilidade reflete-se em taxas de inflação mais altas, em maiores riscos de interrupções abruptas de financiamento externo e em maior volatilidade da inflação, do produto e da taxa de câmbio. Assim, os mercados emergentes se defrontam com choques de maior magnitude, e a reação frente a esses choques em mercados com menor liquidez pode suscitar efeitos de contágio. Nesse ambiente mais volátil, a política monetária nos países emergentes se mostra mais desafiadora.

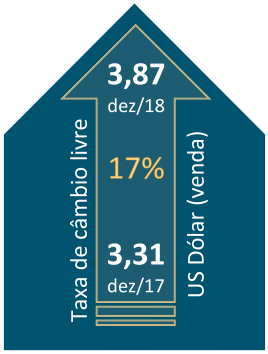
Em 2018, a ocorrência de choques globais confirmou esse prognóstico. A normalização da política monetária nos países avançados, principalmente nos EUA, e o

aumento das incertezas relacionadas ao comércio global produziram fugas de capital dos países emergentes, com aumentos nos prêmios de risco e significativa depreciação cambial, especialmente nos países com grandes *deficit* em conta-corrente ou forte dependência de financiamento em moeda estrangeira. Em resposta aos choques, os bancos centrais de diversas economias emergentes aumentaram as suas taxas de juros.

Os choques recentes tiveram origem global, mas afetaram cada país de acordo com suas características particulares e seus fundamentos. Fatores como necessidade de financiamento externo, nível de inflação, estoque de reservas internacionais, e o estágio alcançado no processo de reformas e ajustes da economia ajudam a explicar os impactos em cada país.

No Brasil, o real depreciou-se 17% em 2018. A depreciação bem menos acentuada do real em comparação com as moedas de outros países emergentes reflete a melhora dos fundamentos econômicos que vêm ocorrendo no país desde 2016.

Gráfico 3 – *Taxa de câmbio*



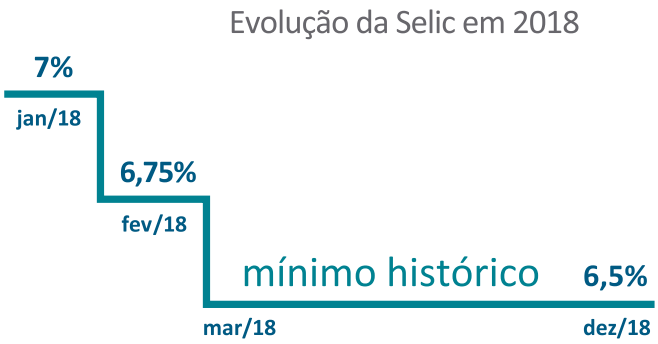
Em 2018, o ingresso líquido de investimentos diretos no **país alcançou 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de seis vezes o *deficit* no balanço de transações correntes do período**.

As reservas internacionais, um seguro contra choques externos, totalizaram cerca de US$380 bilhões ao final de 2018, soma equivalente a cerca de 20% do PIB. Temos também um regime de câmbio flutuante e um ambiente com inflação corrente baixa e expectativas ancoradas. Adicionalmente, o sistema financeiro brasileiro é resiliente e financiado principalmente por fontes domésticas, o que limita o impacto dos choques globais.

No BCB, prevalece o entendimento de que, diante de choques dessa natureza, a Instituição deve manter seu foco no cumprimento das metas de inflação. Choques externos que produzam ajustes de preços relativos devem ser combatidos apenas no impacto secundário que poderão ter sobre a inflação prospectiva. Além disso, a **política monetária não deve reagir para estabilizar a taxa de câmbio *per se***.

Seguindo essa estratégia, o BCB **conseguiu sustentar a taxa Selic em seu nível mínimo histórico ao longo de 2018** e atingir a meta de inflação definida para o ano, contribuindo assim para a continuidade do processo de recuperação gradual da economia.

Gráfico 4 – *Selic*



Mais recentemente, o apetite pelo risco em relação aos ativos das economias emergentes apresentou relativa estabilidade. Entretanto, essa estabilização se deu em níveis aquém dos vigentes no início do ano, o que implica prêmios de risco ainda elevados. Para 2019, constituem-se como principais riscos no cenário internacional:

- **aumentos** na aversão ao risco nos mercados financeiros globais, devido aos temores de desaceleração da atividade econômica mundial. Trata-se de um novo e importante risco para os países emergentes;

- **incertezas** referentes ao comércio global. Recentemente, houve redução desse risco em razão das negociações comerciais envolvendo importantes economias;
- **normalização** das taxas de juros nas economias avançadas, especialmente nos EUA, que pode ser menos gradual do que a esperada pelos investidores. Devido aos mais recentes temores de desaceleração da atividade global, esse risco também diminuiu.

O esforço para a promoção das reformas e de ajustes na economia brasileira é fundamental para a sustentabilidade de um ambiente econômico estável. As reformas precisam continuar e são ainda mais necessárias em razão dos atuais riscos sobre a economia global e suas consequências para os países emergentes.

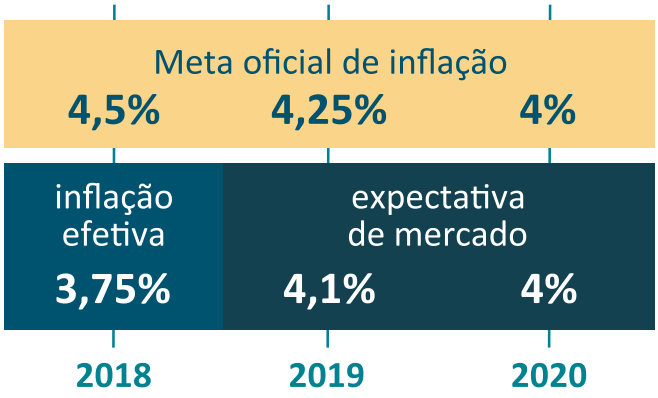
Cenário Nacional

O ambiente internacional menos favorável aos países emergentes em 2018 se somou, no caso do Brasil, aos efeitos causados pela paralização no setor de transporte de carga e pela incerteza originada no processo eleitoral, produzindo momentos de maior volatilidade. Nos momentos de estresse, o BCB atuou no mercado de câmbio por meio de *swaps* cambiais e leilões de linha, a fim de limitar a volatilidade e evitar movimentos disruptivos do mercado e suas consequências sobre a economia doméstica.

A atuação firme e transparente por parte do BCB foi fundamental para a manutenção da funcionalidade de nossos mercados e amorteceu os impactos desses choques sobre os preços, o que permitiu: **(i) a consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação; (ii) a manutenção das taxas de juros em níveis historicamente baixos; e (iii) a sustentação do processo de recuperação gradual da economia**.

Nos últimos anos, o BCB realizou um trabalho importante de redução da inflação, que havia alcançado 10,7% em 2015. A inflação de 2018 fechou em 3,75%, dentro do intervalo da meta. Além disso, para 2019 e 2020, as expectativas de inflação permanecem ancoradas próximas das respectivas metas.

***Gráfico 5** – Inflação (dados de abril/2018)*



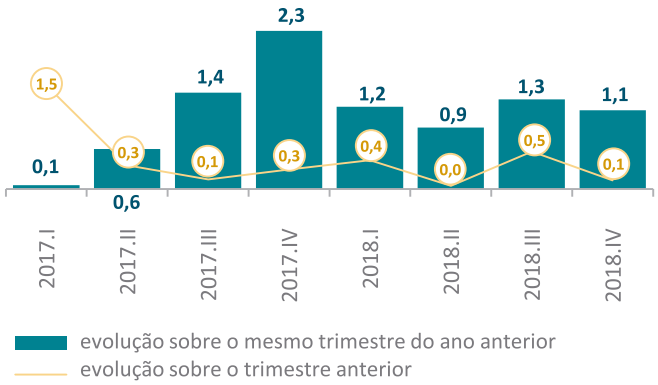
A consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação permitiram a já citada redução consistente da taxa de juros.

O processo de flexibilização monetária tem levado à queda das taxas de juros reais (juros nominais menos inflação) e tende a estimular a economia. Essas taxas reais, estimadas por várias medidas, encontravam-se próximas de 3% a.a. ao final de 2018.

A redução da inflação, a ancoragem das expectativas e a queda sustentável nas taxas de juros reais, aliadas à recuperação do mercado de crédito, têm propiciado a retomada do crescimento econômico. Após dois anos de recessão, quando o PIB recuou em termos acumulados por volta de 7%, a economia brasileira voltou a crescer em 2017, e essa recuperação continuou em 2018.

Os indicadores recentes da atividade econômica continuam evidenciando a recuperação gradual da economia brasileira. No último trimestre de 2018, o PIB ajustado sazonalmente cresceu 0,1% em comparação com o trimestre anterior. Essa foi a oitava variação positiva consecutiva, um comportamento não observado desde o final de 2011. Em 2018, o PIB acumulou alta de 1,1%, mesma variação registrada em 2017.

Gráfico 6 – *PIB trimestral*

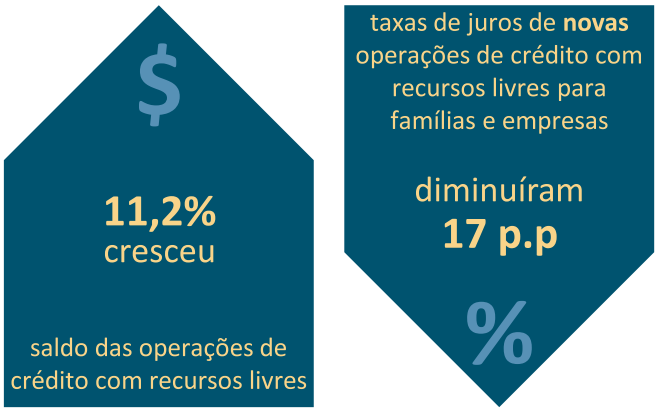


• Veja mais informações sobre contexto e perspectivas nas publicações e estatísticas disponíveis no site do BCB, tais como Ata do Copom, Relatório de Inflação, Indicadores Econômicos Consolidados e Relatório Focus. ***www.bcb.gov.br***

A evolução do mercado de crédito permanece favorável, reforçando essa tendência.

Se observado todo o estoque, ou seja, englobando operações contratadas em anos anteriores, as taxas de juros das operações de crédito com recursos livres para famílias, medidas pelo Indicador do Custo do Crédito (ICC), recuaram nove pontos percentuais em dezembro de 2018 em relação ao pico atingido em fevereiro de 2017.

Figura 22 – *Crédito*



De maneira consistente com o processo de retomada do crescimento, a taxa de desemprego segue trajetória gradual de redução. Ela alcançou 11,6% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2018, após ter atingido o pico de 13,7% no trimestre encerrado em março de 2017, segundo apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Nesse aspecto, a aprovação e a implementação das reformas e ajustes na economia brasileira, notadamente as de natureza fiscal, são fundamentais para a sustentabilidade do ambiente com inflação baixa e estável, para o funcionamento pleno da política monetária e para a redução da taxa de juros estrutural da economia, com amplos benefícios para a sociedade.



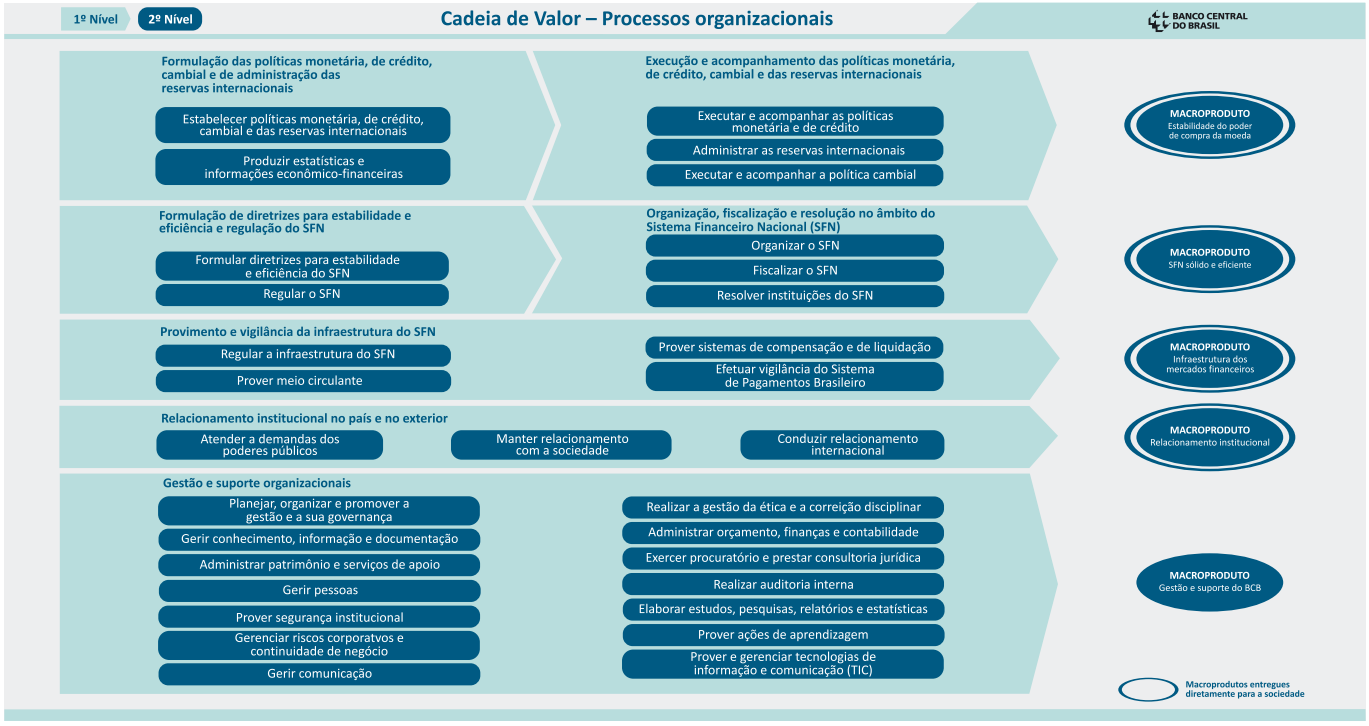
Resultados da Gestão

CONSIDERAÇÕES SOBRE CADEIA DE VALOR E AGENDA BC+

Como há, na cadeia de valor, processos que representam cada atividade e cada produto entregue pelo BCB, seria previsível que os resultados fossem apresentados nessa ótica. Porém, o enfoque do Relatório é mostrar os resultados da estratégia para o ano de 2018.

Assim, os principais resultados da gestão do BCB em 2018 serão apresentados em linha com a Agenda BC+, que foi criada com o intuito de agregar ações e entregas em temas estruturantes que refletem a estratégia da Instituição e dialogam melhor com a sociedade e seus anseios.

Figura 23 *– Cadeia de Valor*



RISCOS OPERACIONAIS QUE PODEM IMPACTAR O NEGÓCIO

Os riscos operacionais são potenciais eventos que representam perdas diretas ou indiretas resultantes de processos internos inadequados ou falhos, ações, sistemas ou eventos externos, e se relacionam diretamente à cadeia de valor da Instituição. Esses riscos são mensurados quanto a impactos reputacionais, financeiros, ao patrimônio e de negócio.

Os riscos operacionais listados a seguir são os principais riscos transversais, aqueles que podem ocorrer da interação entre diversas funções e impactar diferentes áreas de negócio.

Risco na execução e no gerenciamento de processos de trabalho

Destacam-se os riscos relacionados a: construção inadequada de cenários, falha na comunicação interna, não detecção tempestiva de informações relevantes, ausência ou incorreta sinalização para o tomador de decisão e falha no posicionamento institucional, não adequação às melhores práticas e erros em previsões.

Risco de perda derivada de atos intencionais de terceiros

Diz respeito a perdas potenciais derivadas de ato de terceiros, com o objetivo de apropriar valores financeiros, bens físicos ou informações do Banco Central ou detidas pela Autarquia. Inclui ações para burlar legislação ou política do BCB, com o intuito de obter benefícios ou vantagens para si ou para outros.

Risco de atraso ou intempestividade no atendimento a demandas

Risco de perda ou falha derivada de atividades realizadas fora do prazo determinado ou de forma não tempestiva.

Risco de divulgação de informação incorreta

Engloba perdas potenciais derivadas de informações não divulgadas em documentos internos ou de forma não confiável (inexatas, incorretas, incompletas), em comunicados, relatórios, ordens de serviço e outros documentos.

Risco de ações não autorizadas ou realizadas de forma enganosa

Considera perdas decorrentes de ações não autorizadas, não comunicadas ou realizadas de forma intencional por servidor, para obter benefício pessoal ou a terceiros, violando normas, controles internos ou leis.

AGENDA BC+

Com a Agenda BC+, o BCB transmite mais transparência à sua agenda de trabalho, prestando contas de ações desenvolvidas no curto, médio e longo prazos.

A Agenda BC+ possui um formato dinâmico, sendo complementada e aperfeiçoada constantemente. Neste capítulo, serão apresentados apenas os principais resultados das ações em 2018.

BC+

52 ações

27 concluídas em 2018

25 em andamento

• *Visite a página do BC+ em nosso site, em:* ***Home/BC Mais***

A Agenda BC+ é estruturada em quatro pilares temáticos, cujos objetivos elencamos a seguir.



MAIS CIDADANIA FINANCEIRA

Aumentar o nível de educação financeira; ampliar a inclusão financeira da população; proporcionar maior proteção ao cidadão consumidor de produtos e de serviços financeiros; melhorar a comunicação e a transparência entre as instituições financeiras e seus clientes; mensurar o impacto das ações do BCB, sob a perspectiva da cidadania financeira.

LEGISLAÇÃO MAIS MODERNA

Estabelecer a autonomia técnica e operacional; fortalecer o ambiente institucional para manutenção da estabilidade financeira; modernizar leis e normas que regem a atuação do BCB; aprimorar o modelo de relacionamento do BCB com o Tesouro Nacional; alinhar o arcabouço normativo às melhores práticas internacionais; proporcionar uma maior segurança jurídica às atribuições do BCB.

SFN MAIS EFICIENTE

Fomentar o crescimento sustentável do SFN; simplificar os procedimentos e as regras do BCB, adequando-os ao porte e ao perfil das instituições; manter a adequação, o alinhamento e a convergência a padrões internacionais; analisar novos meios de pagamento; monitorar os impactos das inovações tecnológicas; reduzir o custo de observância; aprimorar o relacionamento das instituições financeiras com clientes e usuários.

CRÉDITO MAIS BARATO

Diminuir o custo do crédito para o tomador final; reduzir o nível de inadimplência; aumentar a competitividade e a flexibilidade na concessão de crédito; estimular a alocação mais eficiente do crédito; rever a operacionalização do compulsório.

Mais Cidadania Financeira

Direcionamentos estratégicos aos quais se vinculam as ações do pilar

- Aprimorar a produção e a comunicação de estatísticas, análises e projeções econômicas, com alinhamento às melhores práticas internacionais
- Comunicar-se de forma clara, transparente e interativa com o cidadão
- Aperfeiçoar o relacionamento com os poderes constituídos, a sociedade e os órgãos públicos

Foco de atuação do pilar

- Aumentar o nível de educação financeira
- Ampliar a inclusão financeira da população
- Proporcionar maior proteção ao cidadão consumidor de produtos e de serviços financeiros
- Melhorar a comunicação e a transparência entre as instituições financeiras e seus clientes
- Mensurar o impacto das ações do BCB, sob a perspectiva da cidadania financeira

Lançado o novo *site* do BCB

O novo *site* do BCB se modernizou, com conteúdo novo e formato para celular. A mudança trouxe inovações do ponto de vista tecnológico e revisou a linguagem, a estrutura de navegação, além da acessibilidade e a usabilidade, trazendo leiaute moderno, gráficos dinâmicos e imagens didáticas.

A estrutura atual de navegação temática tem por foco dois temas relacionados à sua missão institucional: política monetária e estabilidade financeira. Com foco no usuário, a página tem linguagem acessível capaz de conectar o BCB com o cidadão, além de prover conteúdos de qualidade para especialistas, analistas de mercado e pesquisadores.

• Visite o site do BCB, em ***bcb.gov.br***

Concurso de aplicativos do BCB premia projetos inovadores em cidadania financeira

O CidaData, concurso de aplicativos de dados para cidadania financeira do BCB, premiou quatro projetos destinados a dispositivos móveis, desenvolvidos com foco no fortalecimento da cidadania financeira no Brasil.

Os aplicativos inscritos tiveram por objetivo contribuir para os três principais desafios que têm norteado a atuação do BCB na esfera da cidadania financeira: i) ampliar a educação financeira; ii) promover a inclusão financeira; iii) fortalecer a proteção ao consumidor de serviços financeiros. Além disso, deveriam utilizar ao menos uma base de dados do Portal de Dados Abertos do BCB.

• Visite página do CidaData, em ***cidadata.com.br***

Disseminação de informações e redução de assimetrias informacionais

As instituições financeiras passarão a divulgar o Custo Efetivo Total nas operações de crédito rural (CETCR). A medida vale a partir do próximo Plano Safra, que terá início em julho de 2019. O objetivo do normativo é permitir que o produtor tenha mais facilidade para planejar suas operações e para avaliar a sua viabilidade econômica, além de poder escolher linhas de crédito que melhor se adequem às suas necessidades.

CMN amplia transparência e passa a publicar seus votos na internet

O BCB passou a publicar, desde fevereiro de 2019, em sua página na internet, os votos do CMN, antes disponibilizados apenas sob demanda. Os votos são acompanhados das exposições de motivos para as resoluções aprovadas pelo Conselho.

Desde maio de 2012, a LAI deu publicidade aos documentos elaborados ou de posse de órgãos públicos. Ficaram ressalvados apenas os documentos com algum tipo de sigilo (bancário, fiscal, empresarial ou pessoal) e aqueles classificados nos termos da LAI.

Desde julho de 2017, o BCB publica os votos da Diretoria Colegiada relativos às circulares aprovadas, tornando cada vez mais transparentes as decisões tomadas pela administração.

Em 2018, foram publicados, na página do BCB na internet, atas e extratos das reuniões do CMN referentes ao período de 1965 a 1994. Essa entrega foi fruto do esforço do Grupo de Trabalho composto por representantes de todas as áreas do BCB.

• Veja as atas do CMN no site do BCB, em ***Home/Acesso à informação do BCB/Secretaria do CMN***

Inovações e Melhorias trazidas pelas ações do pilar

- Renovação visual e atualização dos recursos tecnológicos da página do BCB, que passou de apenas repositório de conteúdo estático para um instrumento de relacionamento com a sociedade.
- Apresentação de 42 projetos no concurso Citadata, com objetivo de entregar à sociedade soluções inovadoras para o desenvolvimento da cidadania financeira no Brasil.
- Transformação digital de documentos históricos – atas do CMN – disponibilizando-os na página do BCB.
- Definição de critérios para marcação de documentos quanto ao grau de acesso (ostensivo ou sigiloso), permitindo sua replicação para outras tarefas de recuperação histórica ou de marcação anterior.

Legislação **mais** moderna

Direcionamentos estratégicos aos quais se vinculam as ações do pilar

- Aprimorar instrumentos e normas, visando a uma maior eficiência da política monetária
- Aperfeiçoar a organização do SFN, visando assegurar a consistência entre requisitos regulatórios e riscos, em um ambiente propício à concorrência e à inovação
- Aperfeiçoar políticas, normas e procedimentos, visando a melhores condições da oferta de crédito
- Atuar de forma proativa na modernização da legislação relacionada às competências do BCB

Foco de atuação do pilar

- Estabelecer a autonomia técnica e operacional
- Fortalecer o ambiente institucional para manutenção da estabilidade financeira
- Modernizar leis e normas que regem a atuação do BCB
- Aprimorar o modelo de relacionamento do BCB com o Tesouro Nacional
- Alinhar o arcabouço normativo às melhores práticas internacionais
- Proporcionar uma maior segurança jurídica às atribuições do BCB

Relação BCB-Cade fomenta concorrência no sistema financeiro

Em fevereiro de 2018, o BCB e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) formalizaram o MoU, memorando de entendimento que estabelece diretrizes para a avaliação de atos de concentração e de condutas envolvendo instituições financeiras e demais instituições supervisionadas pelo BCB.

***Figura 24** – O presidente do BCB, Ilan Goldfajn, e o presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, assinam o memorando de entendimento*



A articulação entre o BCB e o Cade é fundamental para que as duas autarquias atuem de forma ainda mais coordenada e, assim, possam construir soluções convergentes e efetivas em matéria concorrencial no âmbito do sistema financeiro.

Na sequência, BCB e Cade elaboraram minuta de projeto de lei definindo a adequada divisão de responsabilidades entre as duas autarquias no campo da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro, o qual foi aprovado pelo Senado federal e se encontra em trâmite na Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 2018, o BCB e o Cade aprovaram o Ato Normativo Conjunto 1 (ANC 1), que aprofundou e institucionalizou as disposições do MoU, com ampliação do compartilhamento de informações entre as duas autarquias e definição sobre a estrutura e os meios para a atuação coordenada e articulada das ações voltadas para a promoção da concorrência no SFN. Também nessa linha, o ANC 1 instituiu rotina de reuniões periódicas entre BCB e Cade, com objetivo de alinhar o entendimento no tocante a aspectos técnicos em matéria concorrencial.

Figura 25 *– Fundos constitucionais*



Lei da duplicata eletrônica é sancionada

A Lei 13.775, de 20 de dezembro de 2018, regulamenta o instituto da duplicata eletrônica. A medida beneficia especialmente pequenas e médias empresas, que terão mais facilidade ao oferecer suas duplicatas em garantia de operações de empréstimo.

As regras anteriores à nova lei não previam um órgão que centralizasse as informações sobre o mercado secundário de duplicatas. Além disso, não havia como garantir que, de fato, houvesse uma transação mercantil por trás do documento apresentado. A maior segurança à emissão e à circulação de duplicatas escriturais promovida pela nova lei permitirá o desenvolvimento do mercado de crédito nos vários segmentos da economia.

Nova metodologia de encargos financeiros dos fundos constitucionais reconhece diferenças regionais

As taxas de juros das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (TFC) passaram a ser calculadas com base em metodologia similar à da Taxa de Longo Prazo (TLP). Os recursos destinam-se a projetos de investimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A mudança preserva os objetivos de redução das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, permite que as operações sejam realizadas em condições financeiras mais próximas das de mercado. Nesse sentido, a medida contribui para o aumento da eficiência da política monetária.

Lei das Sanções do Conselho de Segurança da ONU

O Projeto de Lei 10.431, de 18 de junho de 2018, dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (como a proibição de transferência de bens, bloqueio de contas, e restrição à entrada e saída do país e à importação e exportação de bens) e a designação nacional de pessoas naturais ou jurídicas investigadas ou acusadas de envolvimento com terrorismo, financiamento de terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa.

O Conselho de Segurança da ONU tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir suas decisões.

A ação envolveu esforços do BCB durante o ano de 2018 para viabilizar tecnicamente o cumprimento das sanções, de modo que o projeto fosse sancionado ainda em 2018.

Revisão do modelo de relacionamento do BCB com o Tesouro Nacional

O Projeto de Lei 9.283, de 6 de dezembro de 2017, que tramitou no Congresso nacional em 2018, altera a

relação financeira entre o BCB e o Tesouro Nacional. A mudança busca reduzir a assimetria e o volume dos fluxos financeiros entre as instituições, o que é importante, entre outros motivos, para a condução da política monetária e para a gestão da dívida pública.

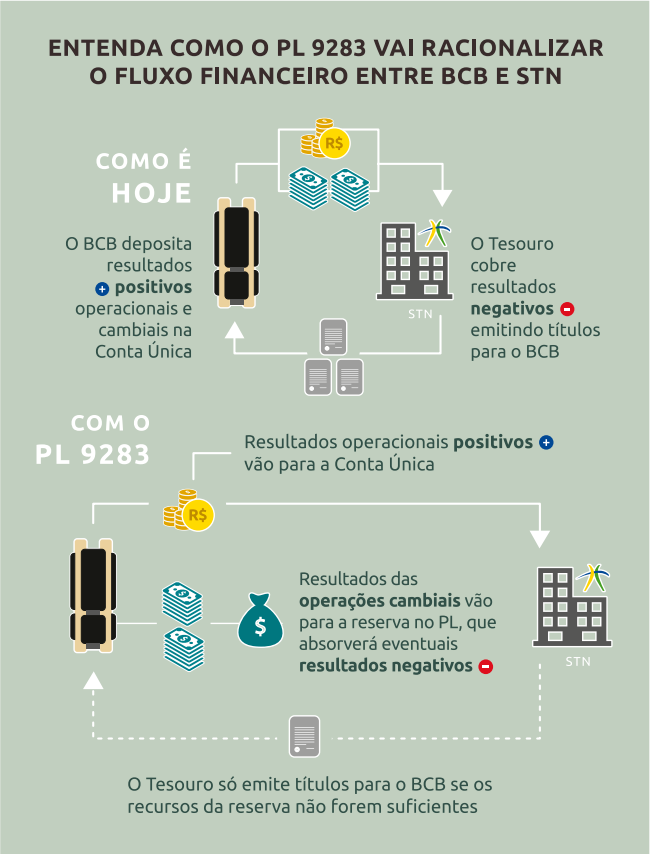
Pelo projeto, os resultados positivos apurados pelo BCB nas operações cambiais serão destinados à constituição de reserva de resultados no Patrimônio Líquido do Banco, que será utilizada para absorver resultados negativos futuros do BCB. Em caso de insuficiência das reservas, o projeto determina cobertura mediante utilização do Patrimônio Líquido do BCB, até que se atinja limite mínimo de 1,5% dos ativos totais. Somente quando essas duas medidas não forem suficientes para cobrir o prejuízo é que o Tesouro Nacional emitirá títulos públicos em favor da autoridade monetária. Assim, o BCB repassará ao Tesouro Nacional apenas os resultados operacionais, que são mais estáveis por não contemplar volatilidade cambial.

Excepcionalmente, e desde que autorizado pelo CMN, os recursos depositados na reserva poderão ser usados para pagamento da dívida pública mobiliária federal – e apenas quando houver severas restrições nas condições de liquidez que afetarem o seu refinanciamento.

Atualmente, os resultados apurados pelo BCB são transferidos para a STN, quando positivos, ou cobertos pelo Tesouro, quando negativos. A transferência ocorre por meio de crédito na Conta Única, ao passo que a cobertura se dá pela emissão de títulos pelo Tesouro Nacional para a carteira do BCB.

Outro aspecto importante do projeto diz respeito à introdução de regras referentes à recomposição da carteira de títulos públicos do BCB para a condução da política monetária. Sempre que a carteira de títulos livres, que são aqueles disponíveis para venda ou para realização de operações compromissadas, atingir percentual igual ou inferior a 4% da carteira total, o Tesouro Nacional terá que recompô-la emitindo títulos sem contrapartida financeira – até que o valor da carteira livre atinja 5% da carteira total.

Figura 26 *– Relacionamento BCB x TN*



Cadastro Positivo

O Projeto de Lei Complementar 441, de 8 de novembro de 2017, tramitou no Congresso Nacional em 2018, visando aperfeiçoar a legislação do cadastro positivo (histórico de crédito), com o objetivo de fomentar o uso desse mecanismo e criar condições para maior concessão de crédito de qualidade aos consumidores, por meio das seguintes ações:

- alteração da forma de constituição do cadastro. Inicialmente, todos farão parte do cadastro, havendo possibilidade de solicitar sua exclusão;
- alteração da responsabilidade por eventuais danos aos cadastrados. Pela regra atual, todos os agentes econômicos envolvidos assumem juntos a reparação do dano. Conforme a proposta, a responsabilidade passará a ser objetiva: só é punido quem causou diretamente o prejuízo;

- inclusão de informações relativas à adimplência de serviços públicos (água, luz, telefone etc.).

De acordo com o projeto, as empresas que consultam o sistema terão acesso apenas à "nota de crédito" do consumidor, uma pontuação que indica se ele é bom pagador. As empresas também poderão ter acesso a informações mais detalhadas dos consumidores, mas, para isso, elas precisarão de autorização expressa.

• Saiba mais sobre a tramitação dos projetos no site *da Câmara dos Deputados, em* ***camara.leg.br***



Depósitos voluntários

O Projeto de Lei 9.248, de 30 de novembro de 2017, que autoriza o BCB a receber depósitos voluntários a prazo das instituições financeiras, tramita no Congresso Nacional. As instituições financeiras poderão realizar os depósitos em suas respectivas contas no BCB. Eles serão remunerados e com prazo mínimo de um dia útil. A medida busca diversificar e aperfeiçoar os instrumentos de política monetária.

Atualmente, o BCB administra a liquidez no sistema bancário por meio da venda/compra com compromisso de recompra/revenda de títulos públicos. Com os depósitos voluntários, o BCB ganha maior autonomia, uma vez que deixa de depender exclusivamente dessas operações para regular a liquidez bancária.

Bancos centrais, como o *Federal Reserve Bank* (FED), o Banco da Inglaterra e o Banco Central Europeu, contam com depósitos remunerados entre seus instrumentos de administração da liquidez.

O novo instrumento tem diversas características favoráveis, como a efetividade na absorção de recursos livres no sistema bancário, simplicidade, baixo custo operacional e fácil entendimento pelos agentes financeiros. No entanto, as facilidades dos depósitos voluntários não significam o abandono das operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional. Elas continuarão a ser o principal instrumento utilizado pelo BCB na gestão da liquidez.

Critérios para dirigentes públicos

Estão sendo propostos ajustes na Lei 4.595/1964, ampliando a competência do BCB para autorizar a posse de dirigentes de todas as instituições financeiras. A proposta visa garantir tratamento igualitário entre os bancos privados e os bancos públicos federais, exigindo para a nomeação no alto escalão destes últimos o mesmo que já é exigido para todos os outros bancos que atuam no Brasil, independentemente do porte e do tipo de controle.

Atualmente, os critérios para ocupar um cargo de diretor, de vice-presidente, de presidente ou em conselho de administração em bancos públicos federais são diferentes daqueles exigidos para cargos equivalentes nos bancos privados ou nos bancos públicos estaduais.

A Constituição Federal (artigo 173) prevê tratamento isonômico entre empresas públicas e privadas.

Além disso, os padrões internacionais, especialmente os Princípios de Basiléia para uma Supervisão Bancária Eficaz, recomendam que as autoridades de supervisão, papel exercido no Brasil pelo Banco Central, devem dispor de poder para regulamentar e supervisionar todas as instituições financeiras, sem qualquer exceção.

O assunto é de extrema relevância para o Executivo Federal e para toda a sociedade, pois a proposta contribuirá para a profissionalização dos gestores dos bancos públicos federais, que devem ter conhecimento técnico dos negócios financeiros, experiência comprovada e reputação ilibada.

Inovações e Melhorias trazidas pelas ações do pilar

- Adequação da legislação brasileira a padrões internacionais, expressos em recomendações do Gafi.

- Conferência de segurança jurídica às transações com duplicatas eletrônicas, permitindo redução significativa nos custos, bem como aumento na segurança do controle da custódia e da negociação desses títulos.

- Possibilidade de redução do risco de crédito, com o novo Cadastro Positivo, que pode contribuir para a queda do spread bancário para os bons pagadores.

- Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão da política monetária, com a criação dos Depósitos Voluntários, ampliando a versatilidade e a eficiência da atuação do BCB.

- Delimitação de forma clara da competência do Cade na defensa da concorrência no setor financeiro, ao mesmo tempo em que permite que o BCB intervenha na decisão acerca de casos que acarretem algum risco sistêmico ao SFN.

- Aperfeiçoamento dos mecanismos que disciplinam os fluxos financeiros entre o BCB e o TN, tornando mais eficientes, tanto a administração da liquidez, quanto a gestão da dívida pública federal.

SFN **mais** eficiente

Direcionamentos estratégicos aos quais se vinculam as ações do pilar

- Aprimorar o marco regulatório do sistema financeiro
- Manter o alinhamento da regulação prudencial e da supervisão às melhores práticas internacionais
- Adequar a regulação e a supervisão do SFN às inovações tecnológicas
- Assegurar a regulação, os instrumentos e o funcionamento das infraestruturas (internas e do mercado) para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros e de capitais
- Aperfeiçoar a organização do SFN, visando assegurar a consistência entre requisitos regulatórios e riscos, em um ambiente propício à concorrência e à inovação
- Fomentar as boas práticas no relacionamento das instituições supervisionadas com o cidadão

Foco de atuação do pilar

- Fomentar o crescimento sustentável do SFN
- Simplificar os procedimentos e as regras do BCB, adequando-os ao porte e ao perfil das instituições
- Manter a adequação, o alinhamento e a convergência a padrões internacionais.
- Analisar novos meios de pagamento
- Monitorar os impactos das inovações tecnológicas
- Reduzir o custo de observância
- Aprimorar o relacionamento das instituições financeiras com clientes e usuários

Definição das políticas sobre arranjos de pagamento

Para incentivar a entrada de novos concorrentes no segmento de arranjos de pagamento, estabeleceu-se que passam a ser necessariamente autorizados pelo BCB apenas **emissores** de moeda eletrônica, emissores de instrumento de pagamento pós-pago ou **credenciadores** com giro anual maior que R$500 milhões ou com pelo menos R$50 milhões em recursos mantidos em contas de pagamento.

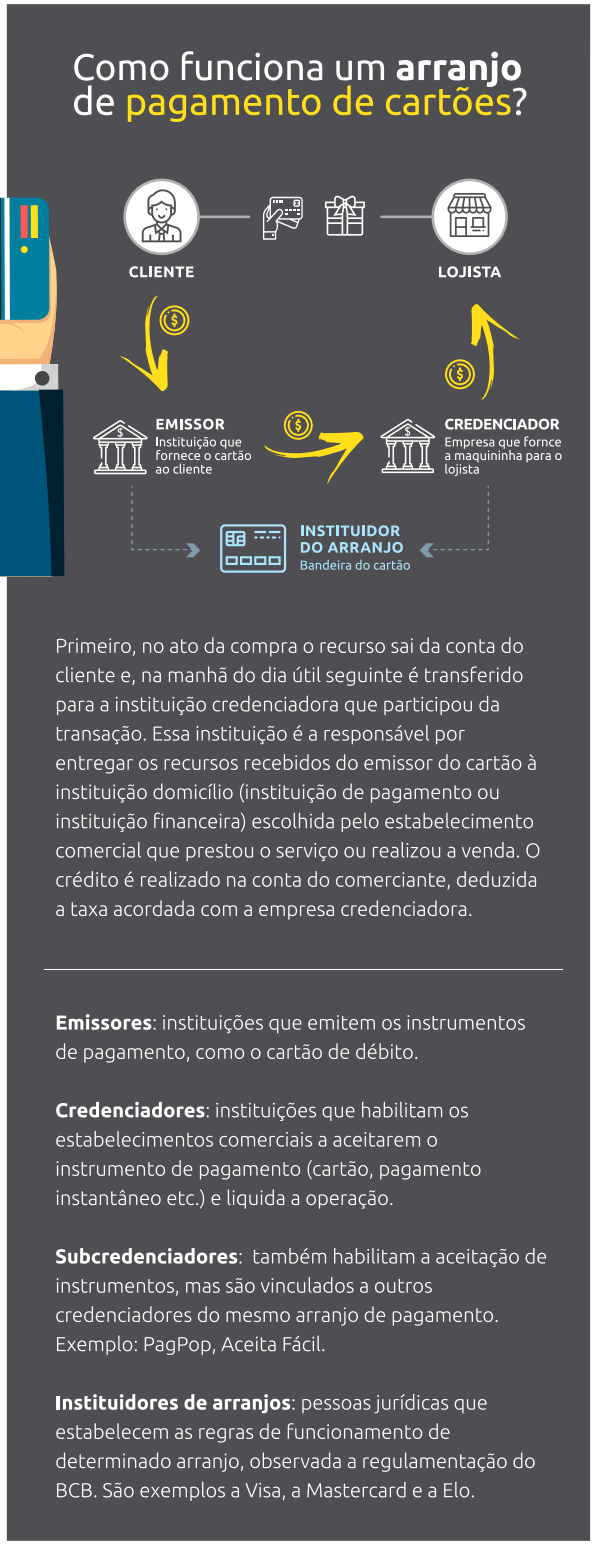
Buscando simplificação e maior agilidade ao processo de autorização dos arranjos de pagamento, foi estabelecido que a entrada na liquidação centralizada, para **subcredenciadores**, passa a ser obrigatória apenas para aqueles que têm giro anual maior que R$500 milhões, que representam cerca de 90% desse mercado. Além disso, retirou-se do âmbito da regulação do BCB os arranjos de pagamentos de propósito limitado e os decorrentes de programas governamentais de benefícios.

Houve também aperfeiçoamentos na governança de arranjos de pagamento abertos, no monitoramento dos subcredenciadores e nos acordos de interoperabilidade entre arranjos, que passaram a ser obrigatoriamente padronizados.

De forma simplificada, um arranjo de pagamento é o conjunto das regras e procedimentos relacionadas a um serviço de pagamento, a exemplo da transferência de fundos entre pessoas ou do **pagamento com cartão**, no

comércio. O arranjo estabelece detalhes, como os prazos para que a transferência seja efetivada e eventuais taxas que os integrantes do arranjo cobrarão para realizar esse serviço.

***Figura 27** – Exemplo de arranjo de pagamento*



Incentivo ao uso do cartão de débito

A tarifa paga pelos credenciadores para os emissores de cartão, chamada de tarifa de intercâmbio, até então não regulada, teve seus percentuais fixados pelo BCB para os cartões de débito: a tarifa média foi estabelecida em 0,50% do valor da transação e a máxima em 0,80%. Atualmente, a média está em aproximadamente 0,82%, e a máxima chega a 1,12%. O limite entrou em vigor no mês de outubro.

O credenciador é quem fornece ao comerciante a infraestrutura que permite o pagamento das compras com os cartões de débito. Ao usar essa infraestrutura, o lojista paga ao credenciador uma taxa de desconto. Como a tarifa de intercâmbio compõe a taxa de desconto, espera-se que haja redução na taxa de desconto e, ao final, no preço cobrado pelos produtos vendidos com cartão de débito.

Com o incentivo ao meio de pagamento eletrônico, as transações ficam mais ágeis e com preços mais transparentes. A regulamentação nova torna ainda mais atrativo, para o lojista, praticar preços diferentes conforme o meio de pagamento, o que já é autorizado por lei. O cartão de débito deve ser entendido como instrumento para pagamento, enquanto o cartão de credito deve ser um instrumento de crédito.

Ao longo do tempo, os aumentos da concorrência e da eficiência vêm contribuindo para uma redução na taxa de desconto, que caiu de 1,60%, em 2009, para 1,45% atualmente. O uso dos cartões de débito cresceu 18% ao ano nos últimos dez anos.

- *Veja FAQ sobre Arranjos de Pagamento no site do BCB* ***Home/Acesso à informação do BC/Perguntas Frequentes – Respostas (FAQ)/Arranjos e Instituições de pagamento autorizados pelo BCB***

Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas

Em maio de 2018, o BCB lançou o Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT), um ambiente virtual

colaborativo com a academia, o mercado, as empresas de tecnologia e as *fintechs*, destinado ao desenvolvimento de novidades tecnológicas, à troca de conhecimentos e à avaliação dos resultados dos experimentos. A iniciativa, realizada em parceria com a Federação Nacional das Associações de Servidores do Banco Central (Fenasbac) e com o apoio de empresas de tecnologia, como Amazon Web Services, Microsoft e IBM, faz parte do esforço do BCB de fomentar a inovação tecnológica no SFN.

Os dezoito projetos aprovados, alinhados com a Agenda BC+, serão incubados, recebendo suporte para o desenvolvimento de um protótipo. A lista reúne iniciativas que buscam facilitar a realização de pagamentos eletrônicos, o acesso ao crédito e a utilização da tecnologia *blockchain* em transações financeiras, entre outros temas.

*• Acompanhe as novidades em **liftlab.com.br** e veja o andamento dos projetos pela revista eletrônica.*

Open Banking

O BCB prepara o modelo para o *Open Banking* no Brasil, visando a aumentar a concorrência e a eficiência no mercado de crédito e de pagamento. A proposta é coordenar e definir regras e condutas para viabilização de um ecossistema onde a realização de transações bancárias possam ocorrer independentemente do vínculo ou relacionamento histórico entre o cliente e a instituição financeira ou de pagamento que está ofertando o melhor serviço, de forma segura, simples e automática. O *Open Banking* já está em operação em várias jurisdições internacionais.

No primeiro momento, foram realizadas reuniões com associações do SFN e elaborada proposta de definição das principais diretrizes do modelo no Brasil.

O próximo passo será discutir o modelo em *workshop* sobre o tema. Planeja-se, também, efetuar consulta pública de proposta normativa.

Contabilidade de instrumentos financeiros – Convergência Internacional IFRS9

A ação visa aprimorar a regulamentação sobre a contabilidade de instrumentos financeiros e ajustá-la à recente reforma dos padrões contábeis, promovida pelos principais organismos internacionais emissores de normas contábeis.

Busca-se, também, reduzir as assimetrias entre as regras contábeis do Plano Contábil do SFN (Cosif) e o padrão internacional emitido pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb).

Com isso, espera-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras das instituições reguladas pelo BCB, além de possibilitar sua comparabilidade, o que reduziria o custo de observância para as entidades reguladas.

Foram realizados estudos, consultas públicas e propostas normativas sobre Reconhecimento, Classificação e Mensuração (RCM), constituição de provisão para risco de crédito e evidenciação de instrumentos financeiros, e sobre contabilização de operações de *hedge*.

Depois da avaliação dos impactos financeiros, em especial tributários, e da aplicação dos normativos propostos, as minutas de resolução serão encaminhadas para análise do CMN.

*• Veja detalhes das Consultas Públicas nº 57, 60 e 67 no site do BCB, em: **Home/ Acesso à informação do BCB /Participação social***
*• Acesse o site do IFRS para obter informações mais detalhadas, inclusive em português: **Home/Issued Standards/IFRS Standards/IFRS 9 Financial Instruments***

Fintechs de crédito e segurança cibernética

Foi editada a Resolução CMN 4.656, de 26 de abril de 2018, que regulamenta a atuação de empresas que utilizam tecnologia de forma intensiva na oferta de produtos e serviços financeiros no mercado de crédito (conhecidas

como *fintechs* de crédito), conferindo maior segurança jurídica a essas operações e criando condições para a redução do custo do crédito. As *fintechs* podem atuar como Sociedade de Crédito Direto (SCD) ou Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP).

Também foi editada a Resolução CMN 4.657, 26 de abril de 2018, que permite que as instituições no segmento S5 possam ter exposição em títulos de securitização, desde que estes possuam característica de menor risco, e exercer atividades relacionadas à custódia e à escrituração de títulos de créditos originados pela própria instituição.

O S5 é composto:

1. pelas instituições de porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do PIB que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, exceto bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas; e
2. pelas instituições não sujeitas a apuração de PR.

Ainda em 2018, foi aprovada a Resolução CMN 4.658, que prevê a obrigatoriedade de as instituições financeiras implementarem política de segurança cibernética e estabelece requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem.

Foi publicada a Circular BCB 3.898, de 2018, que dispõe sobre procedimentos para instrução de processos de autorização para funcionamento, de cancelamento da autorização para funcionamento, de autorização para transferência de controle societário e para reorganização societária e sobre procedimentos para comunicação de alteração em participação qualificada da sociedade de crédito direto e da sociedade de empréstimo entre pessoas. Também foi publicado o Decreto 9.544, de 29 de outubro de 2018, que dispõe sobre a participação estrangeira no capital social de SCD e de SEP autorizadas a funcionar pelo BCB.

• Veja a segmentação completa do conjunto das instituições autorizadas na Resolução 4.553/2017 no site do BCB em:
Home/Estabilidade financeira/Normas/Busca de normas

Pagamento de boletos em espécie é limitado a R$10 mil

O valor dos boletos que podem ser pagos em espécie foi limitado a R$10 mil, conforme Resolução CMN 4.648, de 28 de março de 2018. Além disso, desde março de 2019, toda vez que um banco receber um boleto pago em espécie, terá que manter registro específico e informar à instituição emissora do boleto que aquele título foi pago em espécie, independentemente do valor.

A regulação aprimora os procedimentos relativos ao combate aos crimes de lavagem de dinheiro adotados pelas próprias instituições e pelas autoridades de controle e de persecução criminal.

Novas regras sobre recursos da poupança e contratação de financiamentos devem contribuir para o desenvolvimento do crédito imobiliário

O Conselho Monetário Nacional (CMN) modificou as regras para direcionamento de recursos captados em depósitos de poupança e contratação de financiamentos imobiliários. Os ajustes ampliam as opções de crédito habitacional para as famílias e incentivam o financiamento de imóveis de menor valor. As medidas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019.

O novo regulamento mantém o direcionamento mínimo de 65% dos recursos captados em depósitos de poupança para operações de financiamento imobiliário, privilegiando o financiamento de imóveis residenciais. Além disso, a mudança deixa de estabelecer que 80% desses recursos destinem-se obrigatoriamente a operações contratadas nas condições do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além de incentivar a contratação de financiamentos habitacionais.

Adicionalmente, foi realizado o aprimoramento do chamado "fator de multiplicação" para imóveis de menor valor. Esse fator de multiplicação passou a ter uma metodologia de apuração mais simples e a ser aplicado a financiamentos para aquisição, construção e produção de imóveis residenciais com valor de avaliação de até R$500 mil, parâmetro significativamente superior ao limite então vigente, que era de R$150 mil.

Empresas podem abrir contas por meio eletrônico

Empresas de qualquer porte podem abrir contas em instituições financeiras por meio eletrônico, ou seja, sem precisar se dirigir à agência física. Essa possibilidade já existia para pessoas físicas desde 2016. Para Microempreendedores Individuais (MEI) e pessoas jurídicas, a medida passou a valer em janeiro de 2019. A conta que for aberta por meio eletrônico poderá ser encerrada da mesma maneira pelo cliente.

O serviço é opcional, e as instituições financeiras que permitirem a abertura de contas por meio eletrônico deverão adotar procedimentos e controles que possibilitem confirmar e garantir a identidade do proponente. Devem ser garantidas também a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações prestadas.

O objetivo é garantir a segurança e mitigar riscos, além de prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.



Aprimoramento de regras dos limites de exposição por cliente

Foi aprovada a Resolução CMN 4.698, de 27 de novembro de 2018, que aprimora as regras dos limites de exposição por cliente. A mudança teve como objetivo incorporar sugestões pontuais, feitas a partir de avaliação conduzida em 2018 pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, para verificar o alinhamento da regulação brasileira às recomendações do Comitê aplicáveis aos limites máximos de exposição por cliente e ao limite máximo de exposições concentradas no âmbito do SFN.

Despesa em moeda estrangeira no cartão terá valor fixado no momento do gasto

Compras ou saques em moeda estrangeira feitos por meio de cartão internacional terão seu valor fixado em reais pela taxa de conversão da data na qual a despesa foi realizada. Dessa forma, não haverá diferença a ser paga na fatura seguinte para compensar a variação do câmbio. Porém, mediante aceitação expressa do cliente, será possível o pagamento da despesa pela taxa de conversão do dia do pagamento da fatura, conforme já ocorre atualmente.

Além de apresentar a identificação da moeda, a discriminação de cada gasto e o seu valor equivalente em reais, as faturas deverão informar a data, o valor equivalente em dólares (quando a moeda usada na compra for diferente de dólar) e a taxa de conversão do dólar para o real. A medida entra em vigor em março de 2020.

Acordo sobre planos econômicos entre bancos e poupadores

O acordo sobre os planos econômicos exauriu as discussões a respeito dos expurgos inflacionários, tema com o maior número de ações judiciais em curso no país: mais de um milhão. Ele é relevante não apenas por reafirmar

a validade jurídica dos planos econômicos voltados à estabilidade monetária, como também por resolver os conflitos entre poupadores e instituições financeiras que litigavam em juízo há mais de três décadas.

O acordo foi um trabalho conjunto de diversos órgãos: BCB, Advocacia-Geral da União (AGU), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Frente Brasileira de Poupadores (Febrapo).

O acordo ainda rendeu ao BCB o primeiro lugar na categoria "Advocacia" da 15ª edição do Prêmio Innovare.

Prestação de serviços de pagamento por parte de IF para demais regulados

Foi editada a Resolução CMN 4.649, de 28 de março de 2018, que veda aos bancos limitar ou impedir o acesso de instituições de pagamento e de outras instituições não bancárias aos produtos de débitos autorizados pelo titular de conta de depósitos ou de conta de pagamento, transferências eletrônicas, documento de Crédito (DOC) e emissão de boletos.

As instituições de pagamento e outras instituições não bancárias ofertam soluções de forma mais simples, em geral por meio de canais eletrônicos. No entanto, para viabilizar a oferta de determinadas soluções de pagamento e de crédito aos usuários finais, essas instituições necessitavam ter acesso a serviços e a instrumentos de transferência de recursos operados majoritariamente pelos bancos.

Agora, com o recurso financeiro movimentável, por exemplo, por meio de uma ordem de débito em conta-corrente, comandada por uma instituição não bancária, usando canais eletrônicos, o usuário pode receber e enviar dinheiro para bancos e outras instituições de pagamento.

Portabilidade salarial fica mais fácil

A solicitação da portabilidade do salário, que antes deveria ser apresentada exclusivamente à instituição contratada pelo empregador para depósito do salário, agora pode ser realizada também na instituição com a qual o empregado pretende ter relacionamento.

Além disso, o empregado pode pedir a transferência do salário também para uma conta de pagamento pré-paga, e não apenas para uma conta de depósitos, como ocorria até então. O prazo máximo para processamento do pedido de portabilidade pela instituição contratada para realizar o serviço de pagamento de salário foi alterado de 5 para 10 dias úteis.

Figura 28 *– Conta-salário*



Inovações e melhorias trazidas pelas ações do pilar

- A ação de definição das políticas sobre arranjos de pagamento trouxe diversas melhorias:
  - » reforço do foco da regulação e da supervisão nas instituições que geram maior risco ao sistema, o que reduz os custos regulatórios e aumenta a flexibilidade para a entrada de novos participantes que possam aumentar a concorrência no mercado, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos;
  - » incremento da segurança regulatória na área de arranjos de pagamento, com regras mais claras;
  - » melhorias na governança permitem que os participantes dos arranjos possam se manifestar, de maneira mais equânime e estruturada, em relação a temas que impactem sua atuação e modelos de negócio;
  - » melhorias no monitoramento dos subcredenciadores permitem que os instituidores de arranjo possam atribuir aos credenciadores obrigações que facilitem esse monitoramento em relação ao cumprimento das regras do arranjo;
  - » melhorias nos acordos de interoperabilidade entre arranjos, que passam a ter de ser padronizados, evitam potenciais iniquidades causadas por contratos bilaterais díspares.
- Provável redução das tarifas cobradas dos estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de débito.
- O LIFT é um mecanismo de fomento para o surgimento de soluções inovadoras, com impacto nos desafios da agenda corporativa e no SFN. O ambiente do LIFT tem por base o modelo de voluntariado institucional para o fomento da inovação.
- A regulamentação do *Open Banking* pode proporcionar aumento da concorrência e da eficiência do SFN.
- A ação de convergência da contabilidade de instrumentos financeiros ao IFRS9 tem potencial para gerar informações contábeis de melhor qualidade para os usuários, incluindo o BCB em sua atividade de supervisão do SFN.
- A regulamentação das *fintechs* de crédito e o estabelecimento de regras de segurança cibernética podem contribuir para promover a concorrência no mercado de crédito brasileiro e para aumentar a oferta de crédito a pequenas e médias empresas.
- O limite de dez mil reais para o pagamento em espécie de boletos deve contribuir para a mitigação das ineficiências, dos riscos e das dificuldades de identificação das partes envolvidas relacionados com o uso de boletos de pagamento de maior valor.
- Quanto ao direcionamento dos recursos da poupança para o crédito imobiliário, a medida tem o potencial de facilitar a geração de crédito imobiliário e aumentar a flexibilidade para os operadores (alocação mais eficiente) e a disponibilidade para os tomadores (ampliação da oferta de modalidades de financiamento imobiliário direto).
- As ações sobre portabilidade de salários e abertura de conta por meio eletrônico tem o potencial de conferir maior agilidade aos processos, contribuindo para o aumento da competitividade e da eficiência do SFN.
- Com a fixação da taxa de câmbio do cartão de crédito no dia do gasto, os consumidores terão maior previsibilidade dos seus gastos com cartão de crédito internacional. O modelo inovador de compartilhamento de informações sobre as taxas de conversão cobradas, no formato de dados abertos, permitirá o consumo dos dados por qualquer cidadão ou empresa, permitindo inclusive a construção de *rankings* estruturados.

Crédito **mais** barato

Direcionamentos estratégicos aos quais se vinculam as ações do pilar

- Aprimorar instrumentos e normas, visando a uma maior eficiência da política monetária
- Aprimorar o marco regulatório do sistema financeiro
- Assegurar a regulação, os instrumentos e o funcionamento das infraestruturas (internas e do mercado) para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros e de capitais
- Aperfeiçoar políticas, normas e procedimentos, visando a melhores condições da oferta de crédito

Foco de atuação do pilar

- Diminuir o custo do crédito para o tomador final.
- Reduzir o nível de inadimplência
- Aumentar a competitividade e a flexibilidade na concessão de crédito
- Estimular a alocação mais eficiente do crédito
- Rever a operacionalização do compulsório

Compulsórios têm suas regras simplificadas

O BCB simplificou as regras sobre recolhimentos compulsórios, com vistas à redução dos custos de observância e ao aumento da transparência. Por meio de medidas, como a eliminação de deduções, essa simplificação possibilitou, apenas com efeitos residuais do ponto de vista monetário, a redução das alíquotas nominais de recolhimento:

- dos depósitos à vista, de 40% para 21%;
- dos encaixes de poupança, de 21%, no caso da poupança rural, e de 24,5%, para as demais modalidades de poupança, para 20%; e
- dos depósitos a prazo, de 34% para 33%.

As alterações seguiram, ainda, o princípio da proporcionalidade na aplicação da regulação, implicando, inclusive, que instituições de menor porte passassem a não ter mais a obrigatoriedade de recolhimento. Essas instituições tiveram potenciais efeitos de aumento na concorrência da oferta de crédito e de redução do custo do *spread* bancário.

Outras medidas consolidaram regras antes dispersas em diversas circulares. Proporcionaram, ainda, maior flexibilidade às instituições financeiras na gestão de suas reservas e aumento na transparência e na comparabilidade internacional dos níveis de compulsórios vigentes no país.

Modernizar o cálculo dos encargos das operações de crédito rural (Plano Safra)

A ação traz modificações na definição dos encargos das operações de crédito rural (Plano Safra) para explicitar metodologia que evidencie critérios objetivos e que contribua para a previsibilidade das taxas de juros dessas operações, aumentando a transparência na concessão de subsídios e a potência da política monetária.

Foi editada a Resolução CMN 4.668, de 6 de junho de 2018, que define as Taxas de Juros do Crédito Rural (TCR) a serem aplicadas às operações contratadas a partir de 1º de julho de 2018.

CMN elimina a cobrança de encargos diferenciados no atraso do pagamento das faturas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) eliminou a cobrança de encargos diferenciados nas situações de atraso no pagamento das faturas do cartão de crédito. Desde junho de 2018, como regra, os encargos cobrados em atraso estão limitados aos juros do crédito rotativo acrescidos de multa de 2% e juros de mora sobre o principal. Antes da mudança, não havia padronização nos tipos de encargos cobrados pelas instituições nas situações em atraso.

O BCB vem adotando uma série de medidas que visam à racionalização da oferta e do uso de crédito por meio do cartão de crédito. Entre elas, a que excluiu da regulamentação o pagamento mínimo obrigatório de 15% do valor da fatura.

Alteração da metodologia de apuração da Taxa Referencial (TR)

Foi editada a Resolução CMN 4.624, de 18 de janeiro de 2018, que altera a metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR). A nova metodologia mantém a TBF e a TR nos mesmos níveis praticados, mas passa a ser baseada nas taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional, deixando de seguir as dos certificados e recibos de depósitos bancários (CDBs/RDBs) prefixados.

Regulamentação do Registro de Recebíveis

Trata-se de regulamentação prevendo que as instituições financeiras somente possam realizar operações de desconto ou de crédito vinculadas a recebíveis de cartões de crédito e de débito se tais recebíveis estiverem registrados em sistemas de registro de ativos financeiros autorizados pelo BCB.

Em 19 de dezembro de 2018, foi editada a Resolução CMN 4.707, junto com a Circular BCB 3.924, com o objetivo de reduzir o custo do crédito, estimular a concorrência e aprimorar o funcionamento do mercado de recebíveis.

Alteração de Critérios de Apuração da Taxa DI

A empresa B3, que atua no mercado de bolsa e balcão no Brasil, emitiu o Ofício Circular 046/2018-PRE aos participantes daquele mercado, sobre a alteração dos Critérios de Apuração da Taxa DI desde 1º de outubro de 2018. Busca-se, com isso, maior aderência aos Princípios da Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO) para *benchmarks* financeiros.



• Veja a íntegra do ofício no site b3.com.br, em: ***Home/Regulação/Ofícios e comunicados***

Regulamentação necessária para emissão de LIGs é concluída

O CMN editou resoluções que aperfeiçoaram as condições gerais para emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG) e permitiram a realização de operações compromissadas tendo como objeto os referidos títulos, com vistas a incrementar a liquidez e aprimorar o processo de formação de preços desses papeis.

Paralelamente, o BCB concluiu o arcabouço regulamentar necessário para a emissão do papel, por meio da edição de circulares que disciplinam a autorização para o exercício da função de agente fiduciário em emissão de LIG, os procedimentos e as informações necessárias para o depósito e para o registro do título e dos ativos integrantes da carteira de ativos e os procedimentos para registro contábil e divulgação de informações em caso de descontinuidade da instituição emissora.

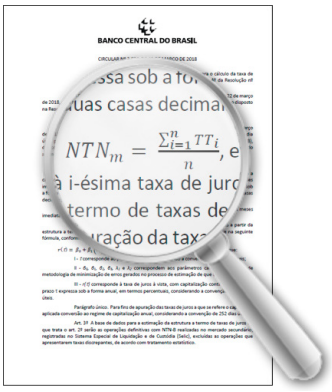
A LIG foi criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do mercado de crédito imobiliário,

complementando as fontes tradicionais de recursos utilizadas para o financiamento de imóveis, como os depósitos de poupança e os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em razão de suas características, o título pode contribuir para ampliar a participação de investidores estrangeiros na estrutura de financiamento das instituições emissoras, além de constituir uma alternativa sólida de aplicação para os investidores domésticos.

Nova sistemática de cálculo da TJLP

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é referência no mercado financeiro como o custo básico dos financiamentos de longo prazo, concedidos especialmente pelo BNDES. A ação teve por objetivo substituir, para novas operações, a TJLP por um outro referencial mais próximo de uma taxa de juros de mercado (TLP) e introduzir uma fórmula permanente de cálculo da TJLP, também mais próxima de uma taxa de juros de mercado, para os contratos em vigor.

Nesse sentido, foi estabelecida nova metodologia para cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), na forma da Resolução CMN 4.645, de 19 de março de 2018, e editada a Circular BCB 3.884, de 23 de março de 2018, dispondo sobre o procedimento de cálculo da taxa de juros NTNm, para fins de composição da TJLP.



• Consulte a Resolução 4.645/2018 e a Circular 3.884/2018 para ver em detalhes a nova metodologia de cálculo, inclusive sobre a taxa NTNm, que é calculada com base nas taxas de juros das Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B)
Home/Estabilidade financeira/Normas/Busca de normas

Inovações e melhorias trazidas pelas ações do pilar

- Como resultado da alteração das regras de depósitos compulsórios, obteve-se:
  - » liberação de cerca de R$28,4 bilhões, propiciando a possibilidade de redução do custo do crédito;
  - » exclusão de dezessete instituições da obrigatoriedade de algum recolhimento ao Bacen, diminuindo o custo de observância; e
  - » simplificação de diversos processos, contribuindo para a redução do custo de observância.
- As modificações realizadas no processo de cobrança de encargos para os consumidores que não pagarem a totalidade do valor da fatura do cartão de crédito aumentaram a transparência e reduziram os valores cobrados.
- Foi atribuído mais poder de barganha ao lojista, com total flexibilidade no uso dos recebíveis como garantia ou em operações de cessão.
- A qualidade da garantia recebida pelos credores tornou-se maior em função da possibilidade de constituição de ônus e gravames nos recebíveis registrados em entidades registradoras.
- Obteve-se maior eficiência e competição na oferta de crédito.
- Com a regulamentação da LIG, aumentou-se a consistência do arcabouço regulatório, que reúne uma série de atos normativos previamente arquitetados e fortemente relacionados. Além disso, a ação combina elementos advindos das melhores práticas internacionais reconhecidas para o seu congênere (*covered bonds*) com mecanismos existentes na regulamentação local, de notório resultado.
- A nova sistemática de cálculo da TJLP trouxe melhor alinhamento da taxa de juros de financiamentos de longo prazo com taxas de mercado, impacto fiscal positivo e incentivo ao desenvolvimento do mercado de capitais.
- Com a modernização do cálculo dos encargos das operações de crédito rural (Plano Safra), foram estabelecidos critérios mais objetivos e mais próximos aos padrões de mercado.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM CURTO E MÉDIO PRAZO PARA AÇÕES DA AGENDA BC+

- Ampliação da política de transparência ativa da Instituição, tanto para os cidadãos interessados quanto para pesquisadores, por meio da internet e de outras tecnologias da informação, sem prejuízo da proteção à confidencialidade de dados sigilosos.

- Acompanhamento e regulamentação das leis aprovadas ao longo de 2018, que modernizaram o SFN com novos mecanismos e instrumentos financeiros, e eventual proposição de novas normas.

- Acompanhamento e estímulo à inovação tecnológica e ao uso de novos instrumentos digitais pelas instituições do SFN, seus clientes e usuários, com ganhos potenciais em termos de segurança, eficiência, maior competição e transparência na prestação de serviços financeiros.

- Continuidade do aperfeiçoamento das normas contábeis e de organização do SFN.

- Consolidação da trajetória de redução do custo de crédito por meio das diversas ações implementadas ao longo de 2018.

OUTRAS ENTREGAS RELEVANTES

Além da Agenda BC+, há outras entregas relevantes, acompanhadas pela Diretoria Colegiada e alinhadas à estratégia do BCB. Elas podem ser vistas em detalhes no *Relatório da Administração*, disponível no *site* do BCB.



• *Veja detalhes do Relatório da Administração, em* ***Home / Publicações / Mais publicações / Outros relatórios do BC / Relatório da Administração***

PROGRAMAS E PROJETOS

Ao longo de 2018, 29 projetos corporativos foram encerrados. Há mais 51 projetos em execução, sendo que 26 deles estão atrelados a quatro programas, correspondentes a um grupo de projetos sinérgicos gerenciados por meio de uma estrutura temporária para desenvolver capacidades e gerar benefícios que possibilitem alcançar o futuro desejado.

Os programas e projetos são necessariamente vinculados a objetivos estratégicos, que são agrupados em cestas (Negócio, Fortalecimento Institucional e Governança). Portanto, as ações previstas neles são também consideradas estratégicas, sendo que boa parte foi relatada na seção de resultados da Agenda BC+. Há também aquelas que não se refletem diretamente na atividade fim, mas nas atividades de suporte.

Os projetos viabilizam o aprimoramento institucional, ou seja, incrementam as capacidades institucionais que permitem a melhoria dos serviços prestados pela Instituição à sociedade, contemplando, principalmente, inovações, melhorias em seus processos de trabalho e capacitação do corpo técnico.

Em 2018, o desempenho global dos projetos corporativos, com base na técnica de gerenciamento do valor agregado e do indicador de desempenho de portfólio (IDPort), desenvolvido pelo BCB, apresentou os resultados observados no quadro 1, ao lado, que mostram significativa melhora desde 2016, comprovando o avanço institucional do BCB.

***Gráfico 7** – Orçamento de projetos*

Orçamento dos projetos em 2018

Despesas realizadas	R$74,8 milhões
Dotação orçamentária	R$76,0 milhões

***Quadro 1** – IDPort*

Cestas	Objetivos relacionados
Negócio IDPort 2018 0,97 2017 0,86 2016 0,79	• Cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN • Solidez, eficiência e o regular funcionamento do SFN e da infraestrutura do mercado financeiro
Fortalecimento Institucional IDPort 2018 0,95 2017 0,78 2016 0,61	• Cidadania financeira e relacionamento com a sociedade e os poderes públicos • Arcabouço legal para o cumprimento da missão institucional • Relacionamento e inserção internacional do BCB
Governança IDPort 2018 0,88 2017 0,88 2016 0,82	• Governança, estrutura, gestão e comunicação interna

Programa Supervisão (S-UP) – 2ª Tranche

Visão: prover um sistema financeiro sólido e eficiente, reconhecido pelo alinhamento às melhores práticas internacionais de regulação prudencial e de supervisão.

Projetos componentes:

- adequação do monitoramento aos padrões internacionais;
- alinhamento do arcabouço regulatório prudencial;
- adequação da Regulação e Supervisão Prudencial de Cooperativas de Crédito e Instituições não Bancárias;
- alinhamento da Supervisão – Fase 2.

Programa Melhoria do Desempenho Institucional por meio da Promoção da Aprendizagem

Visão: promover a aprendizagem no BCB de forma ágil, transparente, integrada, inovadora e efetiva, visando à melhoria do desempenho institucional.

Projetos componentes:

- estruturação da aprendizagem em idiomas no Banco Central (Idiomas-BCB);
- aquisição de conhecimentos associados às competências profissionais essenciais;
- diagnóstico de competências profissionais essenciais às orientações estratégicas e aos processos organizacionais;
- liderança no dia a dia;
- fortalecimento institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central;
- estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab) no Banco Central (Projeto FMI-Cecab).

Programa Modelo de Supervisão – 2ª Tranche

Visão: atuar de forma proativa e tempestiva na identificação e na solução de situações que possam comprometer a higidez ou o regular funcionamento do sistema financeiro ou de suas instituições.

Projetos componentes:

- análise prospectiva de vulnerabilidades;
- aprimoramento da Supervisão de Conduta;
- aprimoramento profissional para o Modelo de Supervisão;
- Automação dos Processos de Supervisão (APS) – Fase 2;
- gestão do Programa Modelo de Supervisão – 2ª Tranche;
- laboratório de análise de dados;
- modelo de supervisão de cooperativas de crédito baseado na Auditoria Cooperativa;
- sistemas integrados e indicadores da Difis;
- teste de estresse – Fase 2.

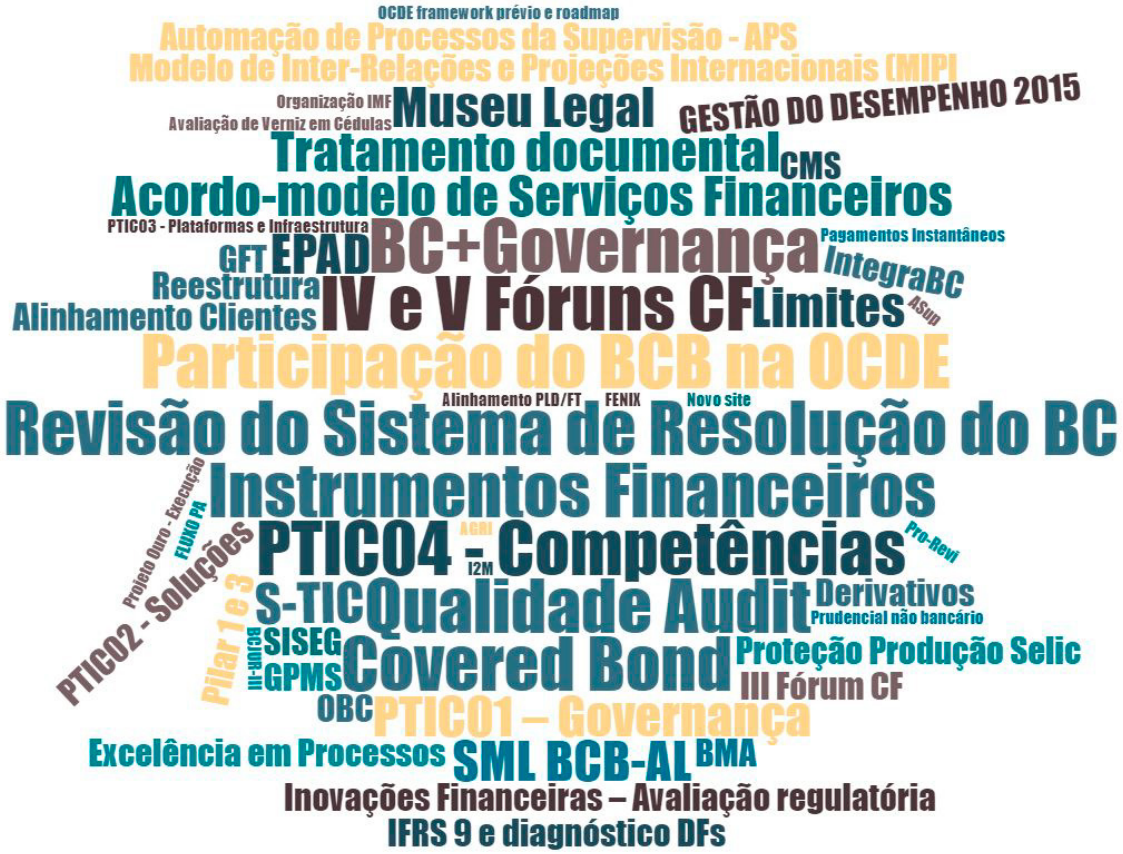
Programa de Modernização e de Integração da Diretoria de Política Econômica

Visão: atuar de maneira integrada e com excelência na análise econômica e na geração de estatísticas para melhor subsidiar decisões de política econômica, além da comunicação aprimorada com a sociedade, consolidando-se como referência internacional.

Projetos componentes:

- aprimoramento do Sistema Expectativas de Mercado;
- modelos para políticas monetária e macroprudencial;
- modernização da Diretoria de Política Econômica;
- novo sistema RDE de capitais estrangeiros no país – módulo ROF (Registro de Operações Financeiras);
- aperfeiçoamento da produção estatística e alinhamento a padrões metodológicos internacionais;
- desenvolvimento e projeções integradas;
- segmentos da sociedade e agentes externos.

Houve outros 54 projetos em execução em 2018 – 29 dos quais já concluídos –, que contribuíram para o cumprimento da missão institucional do BCB.



INDICADORES DE GESTÃO

Um importante desafio gerencial que se impõe ao BCB está relacionado com sua capacidade de acompanhar o desempenho e os resultados de cada uma de suas áreas e frentes de atuação.

Diversos avanços foram promovidos e se consolidaram na gestão do BCB, nos últimos anos, com destaque para as Agendas BC+ e BC+ Amanhã, que materializam o desdobramento das suas orientações estratégicas e refletem, portanto, o acompanhamento e a mensuração dos resultados esperados das ações do Banco.

O modelo de acompanhamento do desempenho organizacional implantado visa oferecer a melhor informação disponível para a tomada de decisões estratégicas, com vistas à melhoria dos processos internos e da prestação de contas à sociedade.

Assim, consolidou-se, para 2018, o conjunto de 28 indicadores de gestão, em substituição aos 66 indicadores existentes em 2017, e os procedimentos voltados a acompanhar o desempenho organizacional para além do acompanhamento, que já vinha sendo realizado, das entregas previstas na Agenda BC+ e os correlatos resultados apurados, de modo a possibilitar a apuração,

de forma abrangente, do nível de realização da estratégia do BCB, identificando quais aspectos da estratégia têm sido adequadamente atendidos e quais poderiam merecer maior atenção. O atual conjunto de indicadores sugerido não abrange todos os aspectos da estratégia do BCB, restando campo para avanços futuros.

Esses 28 indicadores de gestão atenderam a determinados critérios de conformidade avaliados pela 2ª linha de defesa da governança do BCB: objetividade, estabilidade, utilidade, confiabilidade, validade, economicidade e acessibilidade.

Em 2018, 23 indicadores apresentaram resultados iguais ou superiores às suas respectivas metas. Quatro indicadores apresentaram resultados dentro do intervalo entre o valor aceitável e a meta. Finalmente, um indicador obteve resultado inferior ao valor aceitável.

Para o indicador que mede a percepção de confiabilidade e agilidade da comunicação institucional, há de se observar que o cálculo do indicador em questão é feito a partir da média aritmética de quatro itens da pesquisa de clima organizacional. Na análise pormenorizada dos itens, nota-se que a confiabilidade da comunicação interna do BCB é mais bem avaliada que a agilidade. Há de se realizar uma análise mais profunda para identificação dos motivos para esse resultado, informação que somente a pesquisa de clima organizacional não fornece. A melhoria nesse indicador dependerá de ações que reduzam o tempo transcorrido entre o fato e sua divulgação.

Sob essa perspectiva, demonstra-se conjunto de indicadores de gestão do BCB para 2018 e 2019, agrupados por macroproduto da cadeia de valor

MACROPRODUTO 1
Estabilidade do poder de compra da moeda

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1
Assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN.

Valores acima da meta | Valores acima do aceitável, mas abaixo da meta | Valores abaixo do aceitável

Indicador	Meta	Apurado
IPCA	3% a 6%	3,75%
Objetivo Medir a variação acumulada da inflação pelo índice escolhido pelo CMN, no período de janeiro a dezembro de cada ano-calendário.	**Aceitável** –	**Tipo** Percentual
	Dimensão Banda	

Indicador	Meta	Apurado
Aprimoramento dos modelos de projeção econômica – lampe	66,7%	100%
Objetivo Medir o processo contínuo de aprimoramento dos principais modelos de projeção econômica, em particular aqueles utilizados rotineiramente para as reuniões do Copom. Representa a porcentagem das classes de modelos em uso que são revisadas e/ou atualizadas no ano.	**Aceitável** 55%	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 1

Estabilidade do poder de compra da moeda

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

Assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo CMN.

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Rentabilidade da Gestão Ativa das Reservas Internacionais	1,0004	1,0005
Objetivo Expressar a média dos últimos três anos do excesso de retorno da aplicação das reservas internacionais em relação ao *benchmark* (Carteira de referência) aprovada pela Diretoria do BCB.	**Aceitável** 1,0000	**Tipo** Centesimal
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de consecução da meta da Taxa Selic – ICMTS	15	10
Objetivo Medir quanto a Taxa Selic efetiva (TE) se aproximou da meta definida pelo Copom (TM). Média dos últimos 12 meses.	**Aceitável** 20	**Tipo** Pontos percentuais
	Dimensão Quanto menor, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Produtividade e qualidade de estudos e pesquisas – IPQ	1,30	1,41
Objetivo Aferir a produtividade e a qualidade das pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Pesquisas Econômicas.	**Aceitável** 1,00	**Tipo** Índice
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 2

SFN sólido e eficiente

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Manter a solidez, a eficiência e o regular funcionamento do SFN e da infraestrutura do mercado financeiro.

Indicador	Meta	Apurado
Indicador de Execução das Ações de Supervisão – Departamento de Supervisão Bancária	80	94,69
Objetivo Mensurar o grau de conclusão das ações de supervisão (planejadas, replanejadas e ExtraPAS) do Plano de Ação da Supervisão (PAS) corrente.	**Aceitável** 80	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do SFN	98,80	99,87
Objetivo Medir o nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do SFN.	**Aceitável** 98,00	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Indicador de Execução das Ações de Supervisão – Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições não Bancárias	75	91,29
Objetivo Mensurar o grau de conclusão das ações de supervisão (planejadas, replanejadas e ExtraPAS) do Plano de Ação da Supervisão (PAS) corrente.	**Aceitável** 75	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de conclusão do Plano de Ação da Supervisão – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)	75	83
Objetivo Mensurar o nível de conclusão das atividades constantes no Plano de Ação da Supervisão (PAS) do Derop.	**Aceitável** 65	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 2

SFN sólido e eficiente

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Manter a solidez, a eficiência e o regular funcionamento do SFN e da infraestrutura do mercado financeiro.

Indicador	Meta	Apurado
Indicador de Execução das Ações de Supervisão – Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização	70	83,87
Objetivo Mensurar o grau de conclusão das ações de supervisão (planejadas, replanejadas e ExtraPAS) do Plano de Ação da Supervisão (PAS) corrente.	**Aceitável** 70	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Indicador de Execução das Ações de Supervisão – Departamento de Supervisão de Conduta	70	88,32
Objetivo Mensurar o nível de conclusão das atividades constantes no Plano de Ação da Supervisão (PAS) do Derop.	**Aceitável** 70	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 3

Infraestrutura dos mercados financeiros

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

Manter a solidez, a eficiência e o regular funcionamento do SFN e da infraestrutura do mercado financeiro.

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Troco por Habitante (Moedas)	126,00	125,60
Objetivo Indicar a disponibilidade de moedas metálicas para a população.	**Aceitável** 125,00	**Tipo** Quantidade
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Disponibilidade do Selic (IDS)	99,80	99,99
Objetivo Medir a relação entre o tempo durante o qual o Selic permaneceu em operação (TO) e o tempo de operação total previsto (TT), considerando-se os dias úteis, das 6h30 às 18h30, acumulados nos últimos doze meses.	**Aceitável** 99,00	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Troco por Habitante (Cédulas)	12,30	11,90
Objetivo Indicar a disponibilidade de troco para a população.	**Aceitável** 11,30	**Tipo** Quantidade
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice Geral de Disponibilidade Média dos Serviços Críticos de TIC	99,80	99,96
Objetivo Medir o percentual do tempo em que os dezessete serviços críticos de TIC ficaram disponíveis para o usuário, respeitando sua janela de funcionamento.	**Aceitável** 99,30	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 4

Relacionamento institucional

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

Promover a cidadania financeira e fortalecer o relacionamento com a sociedade e os poderes públicos.

Indicador Alcance em mídias sociais	**Meta** 15 mi	**Apurado** 15,3 mi
Objetivo Medir quantas vezes o conteúdo passou diante dos olhos do internauta.	**Aceitável** 12 mi	**Tipo** Quantidade
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador Tempestividade e qualidade no atendimento a demandas da sociedade	**Meta** 0,7000	**Apurado** 0,7725
Objetivo Medir o percentual de demandas atendidas no prazo estabelecido pelo BCB (um prazo inferior ao prazo legal) e sem pedido de complementação de resposta, revelando o esforço em atender às demandas no menor tempo possível e com a qualidade necessária.	**Aceitável** 0,6000	**Tipo** Centesimal
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador Público total atingido por ações de cidadania financeira do BCB	**Meta** 252,00	**Apurado** 269,67
Objetivo Medir a capacidade de o BCB atingir o cidadão com ações de cidadania financeira, com destaque para ações de educação financeira.	**Aceitável** 226,00	**Tipo** Milhares
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador Tempestividade no atendimento a demandas da sociedade	**Meta** 90,00	**Apurado** 94,55
Objetivo Medir o percentual de demandas atendidas no prazo estabelecido pelo BCB (inferior ao prazo legal), revelando o esforço em atender às demandas no menor tempo possível.	**Aceitável** 80,00	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador Transparência – Visualização do Portal de Dados Abertos	**Meta** 350.000	**Apurado** 376.252
Objetivo Medir os acessos ao Portal de Dados Abertos.	**Aceitável** 300.000	**Tipo** Quantidade
	Dimensão Quanto maior, melhor	

MACROPRODUTO 5

Gestão e suporte do BCB

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

Aprimorar a governança, a estrutura, a gestão e a comunicação interna da Instituição.

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Rotatividade Interna	9 a 11	10,08
Objetivo Medir a rotatividade média das unidades do BCB.	**Aceitável** 4 a 9 ou 11 a 12	**Tipo** Percentual
	Dimensão Banda	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Gestão de Pessoas	0,78	0,78
Objetivo Mede a capacidade em gestão de pessoas dos órgãos e entidades da administração pública.	**Aceitável** 0,75	**Tipo** Centesimal
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Percepção da Prática do Valor Integração	6,40	6,40
Objetivo Medir a percepção dos servidores sobre a prática do valor integração no BCB.	**Aceitável** 6,20	**Tipo** Nota de 0 a 10
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Efetividade da Força de Trabalho	90	91,65
Objetivo Mede o percentual da mão de obra disponível para o trabalho.	**Aceitável** 85	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Índice de Governança do BCB (iGovBCB)	0,95	0,93
Objetivo Medir a capacidade de governança do BCB com um índice construído a partir do indicador do TCU.	**Aceitável** 0,80	**Tipo** Centesimal
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Desempenho da Gestão de Riscos	2,00	2,10
Objetivo Medir a aderência das unidades no uso das ferramentas da gestão de riscos do BCB.	**Aceitável** 1,60	**Tipo** Nota de 1 a 4
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Nível de satisfação das áreas-clientes em relação aos serviços prestados pela PGBC	9,00	8,30
Objetivo Aferir a qualidade dos serviços prestados pela PGBC, especialmente na área de consultoria às unidades do BCB, por meio da aplicação anual de pesquisa de satisfação.	**Aceitável** 8,00	**Tipo** Nota de 0 a 10
	Dimensão Quanto maior, melhor	

Indicador	Meta	Apurado
Comunicação interna – Entendimento das decisões organizacionais	60,00	52,23
Objetivo Medir a percepção de confiabilidade e agilidade da comunicação institucional, a partir de itens da pesquisa de clima organizacional.	**Aceitável** 54,48	**Tipo** Percentual
	Dimensão Quanto maior, melhor	



Conformidade e **Eficiência** da Gestão

MENSAGEM DA **DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Em 2018, tivemos importantes realizações para o BCB. Podemos afirmar que a Autoridade Monetária cumpriu sua missão. Nosso país conta com uma moeda forte e estável e com um sistema financeiro sólido e eficiente.

A Agenda BC+ ampliou o campo de atuação do BCB, proporcionando à sociedade ainda mais educação financeira, crédito mais barato, legislação mais moderna e um sistema financeiro mais eficiente.

Ao longo do ano, trabalhamos incansavelmente pelo alcance do objetivo estratégico de "**aprimorar a governança, a estrutura, a gestão e a comunicação interna da Instituição**", o que pode ser verificado no aperfeiçoamento da governança corporativa, com foco no processo decisório e na avaliação dos resultados da organização; no aprimoramento da alocação e do desenvolvimento de servidores e gestores, valendo-se de um programa interno de mobilidade, gestão de desempenho e capacitação, com destaque neste último para a formação de lideranças; e na promoção da atuação integrada do BCB, com melhorias nos processos de comunicação interna, análise de processos e estruturas e gestão da mudança, cultura e clima.

Todos os benefícios gerados para a sociedade só foram possíveis graças a uma gestão eficiente de recursos e processos. Transparência, diálogo permanente e busca constante por inovação têm sido direcionadores importantes em nossas práticas de recursos humanos.

Em última instância, são as pessoas que transformam a realidade das organizações, com sua inteligência, determinação e engajamento.

Prova disso é que, em 2018, realizamos um concurso de nome IdeAÇÃO para acolher ideias inovadoras do público interno, com o objetivo de simplificar processos, transparência, integridade e gestão do conhecimento.

O ano passado também foi profícuo em ações voltadas para inovação no sistema financeiro. Foi criado o Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas

(LIFT), um ambiente virtual colaborativo, com participação da academia, do mercado financeiro e das empresas de tecnologia, destinado a fomentar inovações tecnológicas para o sistema financeiro. Foram 81 iniciativas inscritas, sendo que doze delas chegaram ao estágio final de protótipo.

Em 2019, pretendemos incrementar a integração entre processos e sistemas de gestão, o que poderá ensejar mais automatização; centralizar atividades que nos permitam potencializar a utilização dos recursos nas diferentes localidades em que temos representação; e implementar ferramentas que nos permitam rever a distribuição dos recursos humanos, promovendo o balanceamento de equipes.

Para o futuro, temos o desafio de manter a excelência dos serviços prestados em um cenário com menos recursos disponíveis. O ajuste fiscal das contas públicas é pré-condição para a manutenção da inflação baixa e estável.

Isso exigirá uma natural redução dos gastos do Estado, o que significa que o BCB do futuro deverá continuar na busca por soluções inovadoras para lidar com as adversidades. Temos confiança no caminho trilhado até aqui e estamos seguros de estar na direção certa.

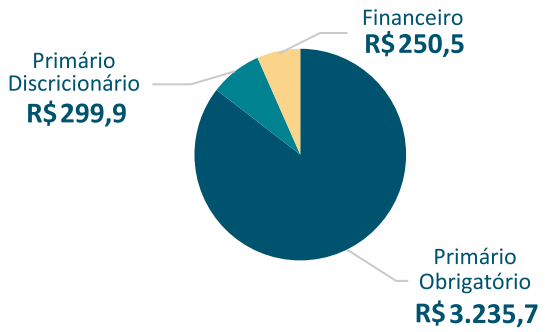
Finalizo ressaltando que a conformidade e a confiabilidade das informações deste capítulo encontram-se fundamentadas em dados extraídos dos principais sistemas gerenciais utilizados pelo BCB, em consonância com a legislação vigente e de acordo com as declarações de conformidade apresentadas a seguir.

Carolina de Assis Barros
Diretora de Administração

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

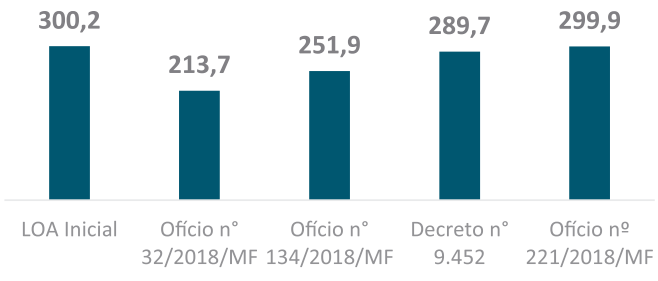
A Lei Orçamentária Anual 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA 2018), estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Em relação ao BCB, o valor total inicialmente aprovado foi de **R$3.537,4 milhões**. Porém, durante o exercício, houve alterações de dotações, redimensionando este montante para **R$3.786,1 milhões**, sendo R$250,5 milhões para despesas financeiras, R$3.235,7 milhões para primárias obrigatórias e R$299,9 milhões para primárias discricionárias.

***Gráfico 8** – Dotação Final BCB 2018 – R$ milhões*
Fonte: Tesouro Gerencial



Quanto ao limite de pagamentos para as despesas primárias discricionárias, cabe destacar que passaram por alterações no decorrer do exercício, conforme demonstra o gráfico a seguir.

***Gráfico 9** – Evolução do Limite de Pagamento das Despesas Discricionárias do BCB em 2018 – R$ milhões*
Fonte: Tesouro Gerencial



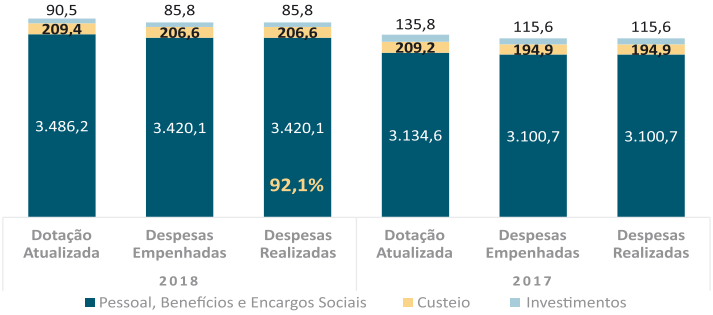
Execução Orçamentária e Financeira

Cabe esclarecer que, de modo a seguir as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), o BCB objetiva não gerar restos a pagar. Dessa forma, todas as suas despesas são empenhadas, liquidadas e pagas dentro do exercício em que foram geradas.

Além disso, o BCB não opera diretamente no Siafi. Suas operações são enviadas diariamente por meio de arquivo batch. Devido a restrições de sistemas, o arquivo de execução financeira é enviado apenas no dia útil seguinte, gerando discrepância temporária entre o sistema do BCB e o Siafi.

As despesas com pessoal, benefícios e encargos sociais totalizaram R$3.420,1 milhões, correspondendo a 92,1% do total realizado no período. As despesas discricionárias de custeio alcançaram R$206,6 milhões, enquanto as de investimento R$85,8 milhões, respectivamente 5,6% e 2,3%. Em valores totais, isso representa um aumento de 8,8% em relação a 2017. Quanto a outras despesas correntes e de investimentos, a queda foi de 5,9%.

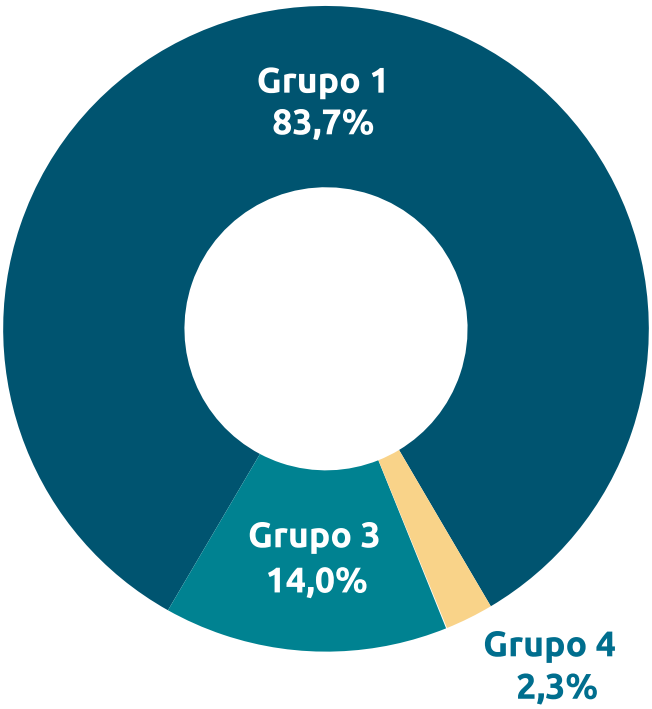
***Gráfico 10** – Comparativo 2018/2017 das Despesas Realizadas pelo BCB por Grupo de Despesa – R$ milhões*



Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de natureza de despesa: classe de gasto em que foi realizada a despesa.
Elemento de despesa: classificação dos insumos utilizados ou adquiridos

Gráfico 11 *– Execução por grupo e elemento de despesa*



Grupo 1: Pessoal e Encargos Sociais

Elementos de despesa	Despesas realizadas (R$ milhões)
Aposet. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	**1.534,57**
Pensões do RPPS e do Militar	**131,19**
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	**1.209,37**
Demais Elementos	**231,96**
Total	**3.107,10**

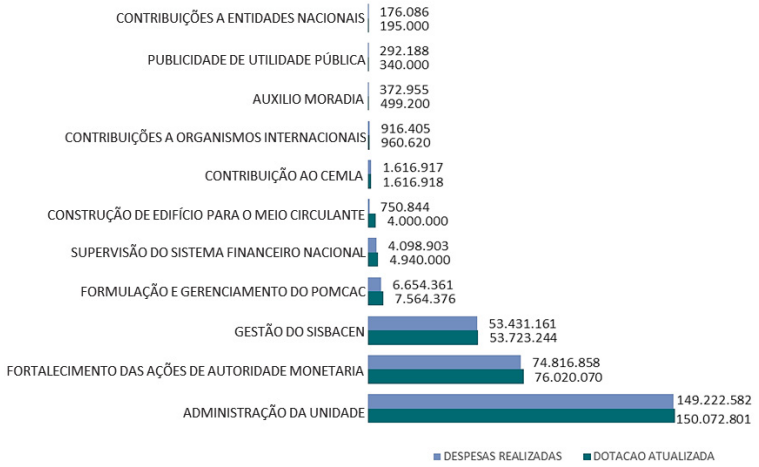
Grupo 3: Outras Despesas Correntes

Elementos de despesa	Despesas realizadas (R$ milhões)
Outros serviços de terceiros - PJ	**145,79**
Serviços de TIC - PJ	**30,42**
Sentenças Judiciais	**121,86**
Indenizações e Restituições	**164,64**
Demais Elementos	**56,86**
Total	**519,56**

Grupo 4: Investimentos

Elementos de despesa	Despesas realizadas (R$ milhões)
Serviços de TIC - PJ	**47,70**
Equipamentos e Material Permanente	**24,26**
Obras e Instalações	**13,84**
Total	**85,79**

Gráfico 12 – *Realização das Despesas Discricionárias por Ação – BCB 2018 – R$*



Quanto às despesas discricionárias, cabe destacar que, da dotação total autorizada de R$299,9 milhões, o BCB executou R$292,3 milhões, ou seja 97,5%.

Importante informar que essa execução apresentada contribuiu para o cumprimento integral das metas físicas atribuídas às ações e aos planos orçamentários finalísticos do BCB. Além disso, houve reprogramação das metas físicas de algumas ações em relação à previsão original da LOA.

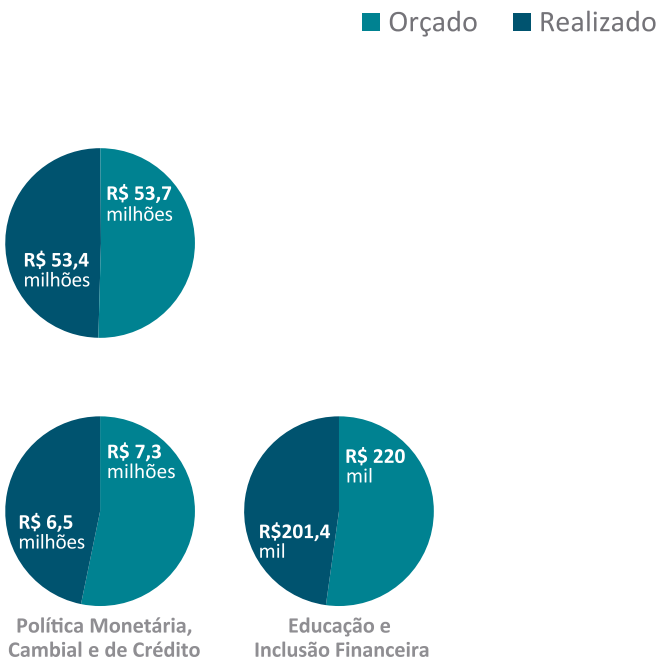
Execução física e financeira das ações da LOA

O BCB possui cinco ações na LOA, conforme informações abaixo.

1. **Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil (Sisbacen)** – Recursos para o complexo de tecnologia da informação destinado à infraestrutura tecnológica. **Foi cumprida a meta de manter a estrutura que suporta os sistemas computacionais.**

2. **Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito, a meta de publicação de quatro relatórios foi cumprida**; para a implementação do **Programa Cidadania Financeira: promoção da educação e inclusão financeira da população**, a meta inicial de realizar quatro ações foi superada e **foram concluídas dezesseis ações**.

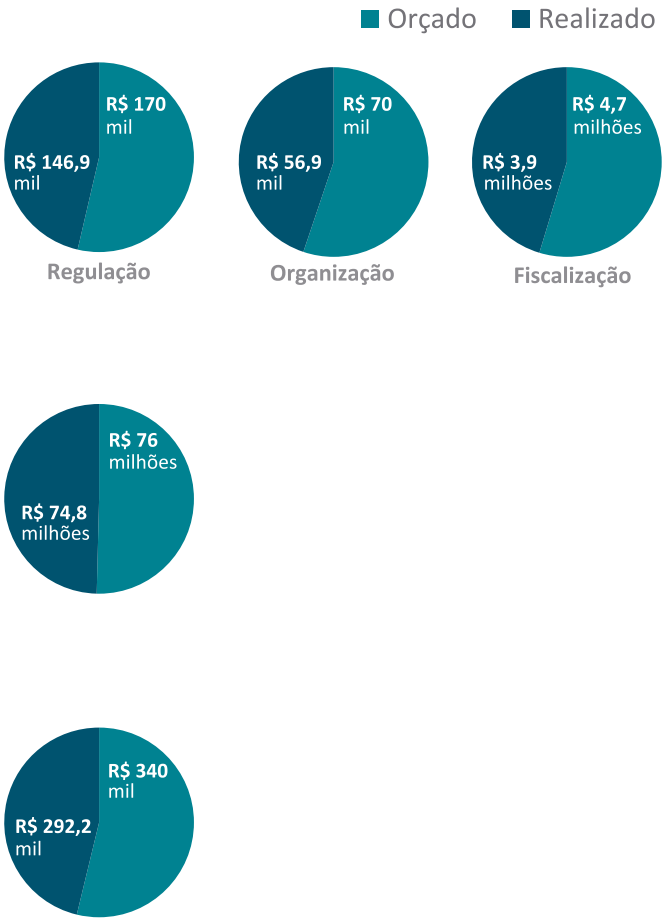
Gráfico 13 – *Execução física e financeira das ações da LOA*
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)



3. **Supervisão do Sistema Financeiro Nacional** – Regulação, organização e fiscalização do SFN. Para a regulação, a meta era de 125 normas publicadas: foram publicadas 202 normas. Para a organização, a meta era adotar 2.700 decisões processuais: **foram adotadas 2.973**; e para fiscalização, a meta era realizar 600 fiscalizações: **foram realizadas 773**.

4. **Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária** – Realização de projetos, em andamento e em conclusão, conforme os procedimentos definidos na Metodologia de Gerenciamento de Projetos, de Programa e de Portófolio do BCB (MGPro). A meta inicial de 24 projetos concluídos foi cumprida: **29 projetos foram concluídos ao longo de 2018**.

5. **Publicidade de Utilidade Pública** – Prestação de serviços de publicidade, compreendendo estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos. **Sem meta**.



Orçamento de Autoridade Monetária em 2018

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Voto CMN 72, de 28 de agosto de 2017, aprovou a proposta orçamentária do BCB (Voto 178/2017) para o exercício de 2018, compreendendo a estimativa de receitas e a previsão de encargos com as operações de autoridade monetária. A proposta foi elaborada com base nos saldos contábeis de 2 de junho de 2017 e em parâmetros econômicos estimados para 2017 e 2018, baseados nas expectativas de mercado constantes do Relatório Focus de 2 de junho de 2017.

Em 2018, as receitas totais (primárias e financeiras) com operações de Autoridade Monetária totalizaram o valor de R$1.100,1 bilhão, e os encargos totais (primários e financeiros) totalizaram o valor de R$ 1.053,7 bilhão, conforme tabela a seguir.

***Tabela 1** – Resumo da Execução das Receitas e Encargos. Em R$ milhões – Fonte: Siorc*

Discriminação	Estimativa/Dotação	Realizado
Receitas com Operações de Autoridade Monetária	**1.104.784,93**	**1.100.119,66**
Área Externa	545.436,79	545.436,79
Mercado Aberto	222.706,32	222.706,32
Tesouro Nacional	329.436,85	329.436,85
Outras Operações	7.204,97	2.539,70
Encargos com Operações de Autoridade Monetária	**1.065.572,22**	**1.053.689,42**
Área Bancária	31.324,78	22.007,30
Área Externa	322.791,99	322.788,97
Meio Circulante	796,17	789,18
Mercado Aberto	154.548,06	154.548,06
Tesouro Nacional	553.484,65	553.484,65
Outras Operações	2.626,57	71,26

Os itens representativos das receitas de operações de Autoridade Monetária são:

- **operações da área externa** – decorrem, principalmente, da variação cambial sobre ativos em moedas estrangeiras;
- **operações de mercado aberto** – constituem-se, basicamente, dos rendimentos da carteira de títulos do BCB;
- **operações com o Tesouro Nacional** – compreendem o resultado positivo para a operação de equalização cambial com o Tesouro Nacional nos dois semestres de 2018;
- **outras operações** – decorrem da remuneração dos créditos do BCB com as instituições em liquidação.

Os itens representativos dos encargos de operações de Autoridade Monetária são:

- **operações da área bancária** – compreendem as despesas com a remuneração dos depósitos de instituições financeiras do BCB (compulsórios);
- **operações da área externa** – decorrem, principalmente, da variação cambial sobre os passivos em moedas estrangeiras;
- **meio circulante** – referem-se aos encargos previstos com as operações do meio circulante, tais como: aquisição de numerário, acondicionamento e guarda de numerário, distribuição de numerário, destruição de numerário e divulgação de assuntos relacionados ao meio circulante;
- **operações de mercado aberto** – constituem-se, basicamente, das despesas com operações compromissadas;
- **operações com o Tesouro Nacional** – referem-se à remuneração dos recursos do Tesouro depositados no BCB e ao resultado negativo para a operação de equalização cambial com o Tesouro no exercício de 2018;
- **outras operações** – incluem, basicamente, as despesas de marcação a mercado dos créditos com instituições financeiras em liquidação.

Encargos primários

As despesas primárias das operações de autoridade monetária somaram R$870,4 milhões, na forma apresentada a seguir.

***Tabela 2** – Execução das Despesas Primárias até dezembro de 2018.*
Em R$ milhões

Grupo	Dotação (*)	Empenhado	Realizado
Meio circulante	796,17	793,09	789,18
Área externa	39,74	39,77	36,75
Outros	45,09	44,87	44,46
Total	**881,00**	**877,72**	**870,39**

(*) Houve remanejamento de dotação entre grupos de despesa ao longo do ano, sem impactar o valor total aprovado.

Em 2018, os encargos com as atividades relacionadas ao meio circulante totalizaram R$789,2 milhões, na forma apresentada a seguir.

***Tabela 3** – Encargos com Administração do Meio Circulante.*
Em R$ milhões

Discriminação	Dotação	Realizado
Encargos com administração do meio circulante	**796,17**	**789,18**
1 – Aquisição de numerário	634,58	634,58
2 – Acondicionamento e guarda de numerário	106,21	102,21
3 – Distribuição de numerário	40,26	37,42
4 – Seleção de numerário	12,92	12,80
5 – Destruição de numerário	1,90	1,86
6 – Divulgação e pesquisa de assuntos de meio circulante	0,29	0,29
7 – Acordo cooperação técnica combate à falsificação de numerário	0,01	0,01
Total	**796,17**	**789,18**

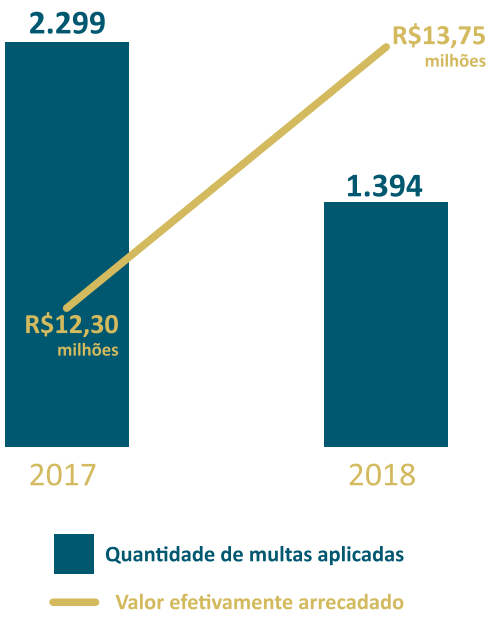
Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

No âmbito do BCB, a gestão de multas é compartilhada por vários componentes. Cabe ao Comitê de Gestão de Multas (CGM), regulado pela Portaria 87.225, de 20 de novembro de 2015, definir políticas para a gestão e o aprimoramento das atividades relacionadas à cobrança de penalidades de natureza pecuniária pelo BCB. Esse comitê é composto por um coordenador e por representantes da unidade responsável pelo Sistema de Gerenciamento de Multas (SGM) e das unidades aplicadoras.

Com relação à quantidade de multas aplicadas em 2018, houve um decréscimo em comparação ao ano de 2017, considerado normal em função da flutuação no quantitativo de instaurações de processos administrativos sancionadores passíveis de pena de multa. Outro fator, mencionado no último Relatório de Gestão, foi a decisão tomada no final de 2017, tendo por base o disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017, de não cobrar multas das instituições – passou-se a acompanhar o comportamento de cada instituição no fornecimento de informações. O total de multas aplicadas em 2018 foi de 1.394, em relação a 2.299 em 2017; já o valor da arrecadação efetiva, em 2018, foi de R$13.750.863,74, um aumento em relação ao valor arrecadado em 2017, de R$12.346.958,80.

Cabe informar que as multas, quando vencidas e não pagas, são encaminhadas à Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) para que avalie a inscrição na Dívida Ativa e a consequente execução fiscal ou protesto. Nesse caso, para as multas superiores a R$1.000,00, é solicitada a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Governo Federal (Cadin), 75 dias após o vencimento do débito.

***Gráfico 14** – Arrecadação e quantidade – Fonte: GSM*



Gestão de fundos e programas

O BCB, em seu contexto de atuação, administra três fundos: o Fundo da Reserva Monetária (FRM), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e a Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-BC).

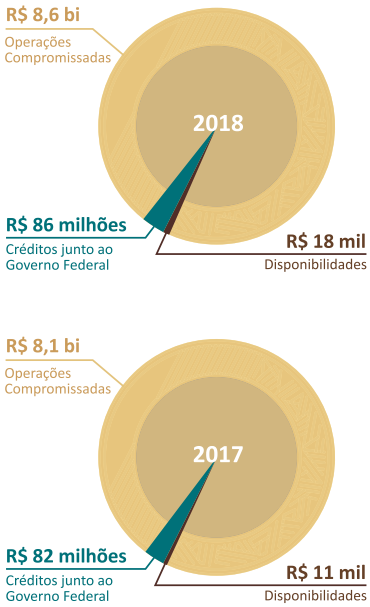
Fundo da Reserva Monetária

O FRM, criado pela Lei 5.143, de 20 de outubro de 1966, tinha por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiros e de capitais, conforme o art. 12, com a redação dada pelo Decreto-Lei 1.342, de 28 de agosto de 1974. Esse mesmo dispositivo estabelecia como sua fonte de recursos a receita líquida do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Posteriormente, a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por meio do art. 28, vedou, enquanto não houvesse lei específica, a utilização de recursos públicos para socorrer instituições do sistema financeiro. A partir da edição dessa Lei, o BCB deixou de utilizar os recursos do FRM, restringindo-se a

gerir seus ativos remanescentes. O saldo em dezembro de 2018 era de R$8,7 bi, frente a R$8,2 bi em dezembro de 2017, assim distribuídos:

Gráfico 15 – *Fundo da Reserva Monetária*



Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

O Proagro, instituído pela Lei 5.969, de 11 de dezembro de 1973, atualmente regido pela Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Capítulo XVI), e regulamentado pelo Decreto 175, de 10 de julho de 1991, tem por objetivos:

a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações; e b) indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

Como o Proagro não possui personalidade jurídica, o BCB atua como o administrador do Programa, em nome do qual realiza todas as operações. O BCB é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais. A seguir são apresentados dados do balancete pratimonial do fundo:.

Quadro 2 – *Proagro*



331 mil adesões

13,5 R$ bi emprestados

501 R$ mi prêmio arrecadado

Balanço

R$ 962 mi passivos**

R$ 1,4 bi ativos*

469 R$ mi de PL***

* Operações compromissadas em títulos públicos federais

** Praticamente provisões referentes a sinistros avisados, pendentes de análise e ações judiciais (R$ 884 mi), além de resíduo de coberturas a pagar (R$ 70 mi)

*** Resultados acumulados desde a criação do programa

Resultado

(453) R$ mi

Receitas* **R$ 762 mi**

Despesas** **R$ 1,215 bi**

* Prêmios (R$ 501 mi), repasses da União (R$ 161 mi), juros (R$ 95 mi) e outros

**Benefícios (R$ 1,2 bi), provisões (R$ 3 mi), taxa de administração (R$ 8 mi) e outros



• *Mais informações sobre os fundos acesse o site do BCB em* ***Acesso à informação/Institucional/Resultados do BCB/ Balancete e demonstrações financeiras – contábeis***

Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central

Os recursos da Redi-BC destinavam-se a suportar a execução de projetos relevantes e essenciais, voltados para o funcionamento e o desenvolvimento institucional, e que visassem à implementação das ações definidas no âmbito do planejamento estratégico.

Em sessão realizada em 29 de agosto de 2018, o CMN, considerando os termos dos Acórdãos 1448/2012-TCU-Plenário, de 13 de junho de 2012, e 711/2018-TCU-Plenário, de 4 de abril de 2018, aprovou a Resolução 4.683 e decidiu por consumada a extinção da Redi-BC após a data-base de 30 de junho de 2018.

Em vista disso, não houve desembolso de recursos para a cobertura da execução de projetos em 2018, e a Redi-BC reembolsou o BCB em R$142 a título da taxa de administração, cuja cobrança foi descontinuada em abril de 2018.

De acordo com a determinação do TCU, os recursos de titularidade da Redi-BC que ainda venham a ser recebidos ou recuperados devem ser transferidos diretamente para a Conta Única do Tesouro Nacional, sem trânsito por conta específica da Redi-BC. Assim, os saldos contábeis remanescentes da Redi-BC serão integralmente baixados, dando-se como encerrados os balanços da Redi-BC. Eventuais valores que o BCB venha a receber ou recuperar, relacionados a créditos originários da Redi-BC, especialmente em decorrência do termo de parcelamento firmado com o Banco Econômico, em liquidação extrajudicial, serão transferidos diretamente ao Tesouro Nacional pelo BCB, na qualidade de gestor do termo de parcelamento firmado.

Gestão de precatórios

A rotina para gerenciamento e controle de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs) na PGBC abrange três momentos distintos de conferência formal e material de seu conteúdo: 1º) o da notificação, pelo juízo de primeiro grau, a respeito da expedição de uma requisição de valor dirigida ao tribunal; 2º) o do recebimento na PGBC de Ofício Requisitório enviado por tribunal, contendo a lista de precatórios a serem incluídos na proposta orçamentária do ano seguinte para pagamento; 3º) o do recebimento de informações sobre o efetivo pagamento do precatório e/ou da RPV.

A tabela a seguir detalha a evolução dos valores de precatórios e RPVs entre 2016 e 2018.

***Tabela 4** – Gestão de precatórios*

Ano	Tipo de requisição	À vista (R$ milhões)	Parcelado (R$ milhões)	(R$ milhões)
2016	Precatório	117,76	7,19	**124,95**
	RPV	3,95		**3,95**
2017	Precatório	27,15	6,44	**33,59**
	RPV	4,13		**4,13**
2018	Precatório	125,52	5,34	**130,85**
	RPV	1,38		**1,38**
Total Geral		**279,89**	**18,97**	**298,86**

Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

Atualmente, há um montante de depósitos judiciais de R$1.612.791.556. Esses depósitos referem-se a cinco demandas judiciais e foram realizados em virtude de decisões judiciais.

Desafios do BCB

O BCB iniciou, em 2018, a implementação do Orçamento Base Zero (OBZ), com o intuito de identificar processos redundantes ou desnecessários e priorizar atividades essenciais, evitando desperdício de recursos.

Dentre as motivações para implementação do OBZ, destaca-se a Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que estabeleceu um teto de gastos e ampliou a necessidade de otimizar a utilização dos nossos recursos.

O OBZ requer, para sua implementação, a capacidade de elencar as despesas por ordem de prioridade, a fim de construir uma ferramenta de gestão orçamentária denominada Torre de Gastos. Assim sendo, o primeiro passo foi buscar uma solução de TI para reunir informações integradas sobre os gastos.

Considerando que o desenvolvimento de uma solução robusta e completa de TI para a metodologia OBZ demandaria muito tempo e não permitiria sua implementação em 2018, a opção mais rápida e adequada encontrada foi desenvolver um módulo no Sistema de Gestão de Projetos (SGPro), para o cadastramento do planejamento dos gastos dos contratos.

Houve também um trabalho de conscientização dos gestores de contratos, que passaram a elaborar propostas orçamentárias mais realistas, com justificativas de gastos mais detalhadas. Além disso, no âmbito da ação do BC+ Amanhã – Aprimoramento da gestão orçamentária e de contratos do BCB, o Departamento de Informática (Deinf) está desenvolvendo o Sistema de Planejamento Orçamentário e de Aquisições (SPO), que substituirá o módulo do SGPro.

O SPO integrará todas informações necessárias para a aplicação do OBZ e para a elaboração de relatórios gerenciais essenciais ao apoio para as decisões orçamentárias da alta administração. Está sendo desenvolvido também o sistema Tributos, que visa modernizar e automatizar o recolhimento de tributos previdenciários, federais e municipais pelo BCB, além da simplificação do processo de retenção, controle e recolhimento de tributos.

O BCB trabalha para adequar sua contabilização de instrumentos financeiros à IFRS 9, a fim de manter seu padrão contábil aderente às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

PESSOAS

Conformidade legal

O BCB observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo governo federal e órgãos de controle.

Há rotina de acompanhamento do marco legal e de revisão e de atualização das normas internas aplicáveis ao servidor público federal, inclusive da legislação tributária e previdenciária aplicável à área de gestão de pessoas.

Também é acompanhada a Resenha de Matérias de Gestão de Pessoas produzida pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) e o Boletim de Pessoal produzido pelo TCU, que contém informações de decisões proferidas pelos Colegiados da Corte, relativas à área de pessoal, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidade de recursos humanos

Para minimizar o risco que representa o baixo quantitativo de servidor (chamado risco de RH), em maio de 2018, o presidente do BCB encaminhou ao senhor ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o Aviso 42/2018-BCB, em que solicitou autorização para a realização de concursos para os cargos de analista e de procurador do BCB. O documento ressaltou a necessidade de prover o quadro de pessoal, repondo parte das vacâncias dos últimos anos, de forma a assegurar a continuidade do cumprimento da Missão do BCB. Registre-se que, no período de 2010 a 2018, foram efetivadas 2.223 aposentadorias com proventos integrais. E, no final do ano, um total de 341 servidores já haviam implementado as condições para aposentadoria, representando 9% do quadro de pessoal. Ao final de 2020, a projeção é que 741 servidores poderão requerer aposentadoria, o que representa aproximadamente 20% do quadro atual.

Plano de remoção e alocação de servidores (mobilidade, quantidade de remoções)

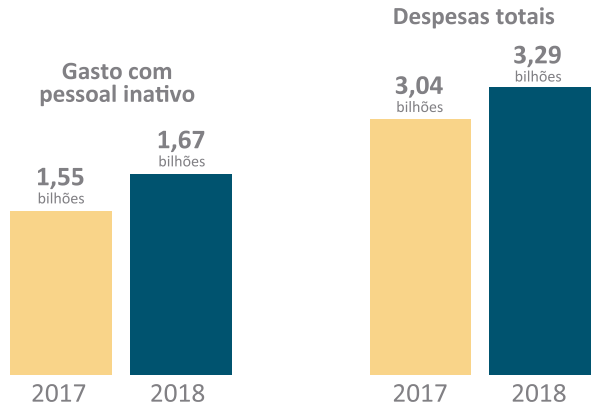
Aa mobilidade interna de pessoal no BCB busca estabelecer um equilíbrio entre a qualidade de vida no trabalho dos servidores e a efetividade organizacional. Busca-se também a alocação dos servidores de acordo com o perfil desejado para o preenchimento das vagas, dentro do entendimento de que a correta alocação é fator motivacional, de que decorre o aumento de produtividade. As movimentações a pedido podem acontecer em função de participação nas rodadas semestrais de mobilidade, ou em função de permuta e participação em concorrências. Em 2018, foram realizadas duas rodadas de mobilidade, nas quais foram ofertadas 517 vagas. Participaram do processo 176 servidores, dos quais 104 lograram êxito em suas intenções de mobilidade.

Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2018, o BCB teve um gasto total de 3,29 bilhões com despesa de pessoal. Desse valor, cerca de 49% correspondem às despesas com pessoal ativo (remuneração e vantagens variáveis, como auxilio-moradia e auxilio-transporte). O gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foi de 1,67 bilhão de reais.

O aumento do gasto em relação a 2017 deve-se ao crescimento vegetativo (5,5%) da folha de pagamento e ao reajuste de 6,64% para 2018 (Lei 13.327, de 29 de julho de 2016).

Gráfico 16 *– Detalhamento da despesa de pessoal – R$ milhões*



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Em agosto de 2018 foi instituída a sistemática de Gestão de Desempenho (GD). A GD é um conjunto de processos inter-relacionados e implementados com vistas a elevar o nível de desempenho do servidor, de sua equipe de trabalho, e, em última análise, do próprio BCB. Busca-se promover o desenvolvimento profissional dos servidores do BCB e um ambiente de trabalho mais meritocrático e inovador.

O ciclo de GD é composto de três etapas: acordo de desempenho, acompanhamento e suporte e avaliação de desempenho. O atual Ciclo de GD terá duração de agosto de 2018 a março de 2019.

Destaca-se que a Diretoria Colegiada deu publicidade a suas metas até dezembro de 2018, bem como às metas individuais para seus diretores, demonstrando que a utilização da GD deve estar disseminada por toda a estrutura do BCB.

Progressão funcional (quantidade de promoções e progressões)

Nos meses de maio e novembro, são realizadas avaliações de desempenho nas quais são atribuídos Índices de Desempenho Individual (IDI) aos servidores da carreira de especialista do BCB. Esses índices geram redutores de interstício, que impactam nas datas de progressão e promoção dos especialistas. Em 2018, foram contemplados com progressão (avanço dentro da classe) 1.314 servidores, e 480 foram promovidos para uma classe superior.

No ano de 2018, 292 servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade e passando a fazer jus a uma série de benefícios previstos na legislação e em normas internas.



19% das funções comissionadas são exercidas por mulheres no BCB, número muito próximo da proporção observada no quadro de servidores, que é de 23%.

#igualdade

Concorrências

A concorrência é um concurso interno para provimento de funções comissionadas, com critérios que visam fortalecer a meritocracia e garantir a igualdade de oportunidades dentro do BCB. Constitui outro instrumento importante da política de mobilidade funcional, que objetiva conciliar os interesses do Banco e os anseios de seus servidores, na busca da valorização e da maximização do desempenho profissional, a fim de compatibilizar as características pessoais e profissionais dos servidores às exigências das unidades funcionais.

Figura 27 – *Concorrências*



Alternância de funções

A Diretoria Colegiada aprovou proposta que inclui no Plano Diretor de Gestão de Pessoas do Banco Central do Brasil (PDGP) diretriz que fomenta a alternância de pessoas no exercício de funções comissionadas de nível estratégico. O documento sugere como referência período de quatro anos para o exercício dos cargos de secretário-executivo, procurador-geral, chefes de unidade, chefes de gabinete e consultores da Diretoria Colegiada. Embora com caráter de recomendação, e não de determinação, espera-se que a diretriz fortaleça a prática da renovação periódica da gestão estratégica do BCB, fomentando o desenvolvimento de sucessores.

O Guia de Integridade Pública, editado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), possui diretriz similar à aprovada pela Diretoria do BCB. O documento recomenda que os órgãos da Administração Pública Federal devem procurar "o equilíbrio na renovação dos quadros de direção: ao mesmo tempo em que é importante evitar que conhecimentos se percam quando as pessoas deixam de ocupar cargos de direção, a alta administração deve também monitorar com cautela certos cargos sensíveis para prevenir riscos à integridade da organização".

Remuneração dos servidores

Cabe destacar que as Funções Comissionadas do Banco Central (FCBCB) são de exercício privativo por servidores da autarquia, nos termos do art. 12 da Lei 9.650, de 27 de maio de 1998, ou seja, todas as funções comissionadas são exercidas por servidores efetivos.

***Quadro 3** – Remunerações médias*

Valores médios pagos em 2018 (em R$).

Cargo	Subsídio	FCBC
Procurador	25.558,97	1.111,09
Analista	24.648,81	1.481,21
Técnico	9.839,81	415,47

Remuneração do presidente e dos diretores

O presidente do BCB ocupa cargo de ministro de Estado, conforme art. 20 da Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019. O valor do subsídio mensal de ministro de Estado foi fixado por meio do Decreto Legislativo 277, de 18 de dezembro de 2014.

Os diretores ocupam cargo de natureza especial, e o valor da remuneração foi fixado por meio do Anexo I da Lei 11.526, de 4 de outubro de 2007.

***Tabela 5** – Remuneração da DC*

Cargo	Valor (R$)
Presidente	**30.934,70**

Cargo	Qtde	Valor (R$)	
		Em janeiro de 2018	Em janeiro de 2019
Diretor	8	**16.581,49**	**17.327,65**

*• Consulte a tabela de remuneração dos servidores na página do BCB na internet em **Acesso à informação do BC/Lei de Acesso à Informação (LAI)/Servidores e carreira***

***Quadro 4** – Quadro de pessoal*

	Analista	Procurador	Técnico	Total
Lei 9650/98	5.309	300	861	6.470
Cargos Ocupados	3.097	165	486	3.748
Cargos Vagos	2.212	135	375	2.722
% Vago	41,7%	45,0%	43,6%	42,1%

***Quadro 5** – Servidores por praça*

	Analista	Procurador	Técnico	Total
Belém	30	0	32	62
Belo Horizonte	222	11	28	261
Brasília	1.378	65	192	1.635
Curitiba	109	7	27	143
Fortaleza	94	6	32	132
Porto Alegre	120	11	32	163
Recife	92	10	31	133
Rio de Janeiro	380	21	39	440
Salvador	59	5	31	95
São Paulo	613	29	42	684
Total	3.097	165	486	3.748

***Quadro 6** – Servidores por área*

	Analista	Procurador	Técnico	Total
Difis	731	0	18	749
Dinor	82	0	3	85
Diorf	307	1	18	326
Dipec	174	0	4	178
Dipom	277	0	7	284
Dirad	844	1	335	1.180
Direc	178	0	19	197
Direx	72	0	5	77
Presi*	250	156	73	479
Total das áreas	2.915	158	482	3.555
QUESP**	151	6	2	159
QUSUP**	31	1	2	34
Total	3.097	165	486	3.748

*Aspar, Audit, Coger, Ouvid, PGBC, Secre

** servidores cedidos ou em licenças regulamentares e afastados para cursos de mestrado ou doutorado

***Quadro 7** – Faixa etária dos servidores*

	Analista	Procurador	Técnico	Total
Até 30	63	1	60	124
De 31 a 40	814	64	225	1.103
De 41 a 50	1.104	73	74	1.251
De 51 a 55	579	19	26	624
De 56 a 60	289	7	41	337
Mais de 61	248	1	60	309
Total	3.097	165	486	3.748

***Quadro 8** – Servidores por sexo*

	Analista		Procurador		Técnico		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Masculino	2.413	77,9%	101	61,2%	374	77,0%	2.888	77,1%
Feminino	684	22,1%	64	38,8%	112	23,0%	860	22,9%
Total	3.097		165		486		3.748	

Qualidade de Vida no Trabalho e Produtividade

Ações de QVT e Saúde Ocupacional

Foram realizadas várias ações de Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde Ocupacional no BCB em 2018, tendo sempre como objetivo a promoção da saúde e do bem-estar e a efetividade organizacional.

A **Semana da Mulher** contou com palestra e debates, tendo como foco questões sobre equidade de gênero no ambiente de trabalho. Durante o Momento BC Saúde, houve apresentações e *workshops* sobre psicologia, nutrição e atividade física, que receberam avaliação positiva dos participantes.



O **Outubro Rosa** promoveu pela primeira vez uma ação de *crowdfunding* ("vaquinha virtual") entre os servidores do BCB. **A campanha arrecadou R$ 6.852,11**, que foram destinados à compra de materiais (equipamentos para mobilidade e itens de higiene) para auxílio a mulheres atendidas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília.



Já em seu terceiro ano, o **Programa Balanço Alimentar** ofereceu módulos com temas específicos, como saúde na terceira idade, alimentação na prática desportiva e vegetarianismo e veganismo. Também foi lançado o grupo terapêutico, que possibilitou o acompanhamento médico e nutricional a servidores e funcionários com disfunções relacionadas à síndrome metabólica.

Dentro do escopo do **Programa de Gestão de Conflitos e Prevenção de Assédio Moral**, foi lançado o *Road Show*, estratégia de comunicação itinerante nas unidades do BCB, com o objetivo de estimular uma cultura de gestão de conflitos nas relações socioprofissionais.

Algumas estatisticas das ações de QVT

Tabela 6 *– Ações de QVT*

Balanço Alimentar	Semana da Mulher	Momento BCB Saúde	Outubro Rosa	Palestras com menores aprendizes
229 participantes em cursos presenciais e virtuais	**150** participantes no evento de auditório	**496** participantes nas aferições de glicemia e pressão arterial	**97** participantes na ação de *crowdfunding*	**6** palestras com 35 participantes

Em 2018, o **teletrabalho** foi objeto de experiência-piloto iniciada ainda em 2017 – e que terminou no dia 31 de dezembro de 2018. Ao longo de sua vigência, 201 servidores, o que equivale a 5,3% do efetivo do BCB, participaram do Programa. Esses servidores eram de 28 unidades distintas (62% das unidades do Banco). Com regras que previam a obrigação de obtenção de ganhos de desempenho de, no mínimo, 15% com relação às atividades realizadas presencialmente, obteve-se uma média de ganhos de desempenho de 25%. A experiência foi considerada um sucesso tanto pelos servidores participantes quanto por seus gestores, chefes de unidade e pelo Depes – unidade que coordenou o Programa. Resultado desse êxito, bem como consequência da emissão da Instrução Normativa 1, de 31 de agosto de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Diretoria Colegiada aprovou o Voto 253, de 5 de dezembro de 2018, para transformar a experiência-piloto em Programa de Gestão definitivo, regulamentado pela Portaria 100.474, de 5 de dezembro de 2018, e pela Ordem de Serviço 5.126, de 31 de dezembro de 2018, e que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

A **X Semana da Cultura Organizacional** é um evento anual no calendário institucional do BCB. Seu objetivo é estimular a reflexão sobre os valores organizacionais e sua importância para a nossa cultura organizacional, sobre como esses valores estão sendo praticados e como podemos agir para fortalecê-los.

No período, é possível valorizar as pessoas que vivenciam e se destacam, no dia a dia, pela prática dos valores organizacionais por meio de reconhecimento *online* (individual) e por meio de certificados (equipes).

Números da última edição, em 2018:

- **reconhecimentos** *online* – 47.506;
- **reconhecimento** de equipes – 250;
- **Encontro com o Presidente** – 583 acessos à transmissão de vídeo ao vivo pela intranet (TV BC) + 80 pessoas presentes;
- **homenagem** por tempo de BCB – 534 servidores homenageados;

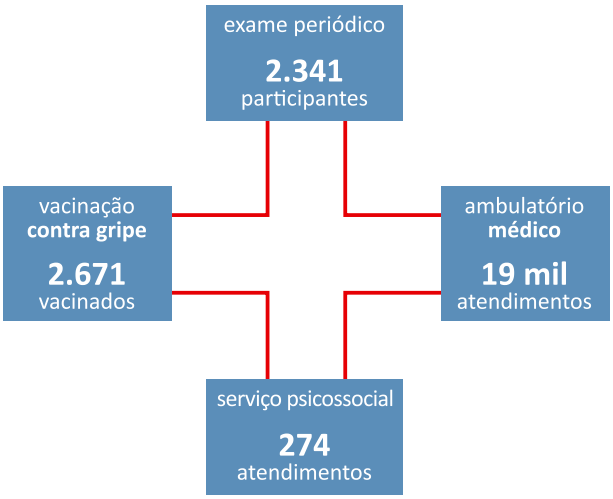
Outros eventos

4ª edição do **Dia da Família**, evento aberto a servidores, contratados, estagiários e menores-aprendizes, que contou com brinquedoteca infantil, mesas com jogos de tabuleiro, visitas ao Museu de Valores, recreadores, entre outras atrações. Houve um total de 550 participantes.

Pesquisa de Clima – 1.936 respondentes.

Quanto às ações de **Saúde Ocupacional**, destaca-se a **Campanha de Vacinação contra a Gripe**, realizada no BCB desde 2001, que atendeu 2.671 servidores e funcionários em Brasília e nas regionais em 2018. No infográfico abaixo é possível verificar outras ações.

Figura 30 *– Saúde Ocupacional*



Capacitação

Estratégia e números

No BCB, a formulação e a execução das políticas e diretrizes de educação corporativa, a coordenação e a promoção da gestão de conhecimento, bem como a gestão do plano orçamentário de capacitação estão centralizadas na Universidade Banco Central (UniBC). Portanto, tendo

como base essas atribuições e o planejamento estratégico da instituição, a UniBC vem executando a Política Plurianual de Capacitação (PPC), elaborada em 2015, para o período de 2016 a 2019 que definiu:

- os macrotemas prioritários para capacitação;
- as diretrizes para execução do plano; e
- as metas globais para a educação corporativa.

A partir dessa PPC, foram elaborados os Planos Anuais de Capacitação (PAC), em conformidade com o Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e tendo por base as necessidades identificadas junto às unidades em temas específicos dos processos da cadeia de valor organizacional. Além das necessidades específicas apontadas pelas unidades, o processo de diagnóstico também considera os conhecimentos transversais, as necessidades relacionadas ao desenvolvimento gerencial, aquelas relacionadas à execução de projetos corporativos e ações de apoio à Agenda BC+.

Assim, com base no diagnóstico realizado, em 2018, a UniBC realizou 798 **ações de aprendizagem**, nas quais ofertou 5.328 oportunidades, usufruídas por 2.338 servidores, em uma carga horária total de 131.559 horas/aula de treinamento.

Carga horária treinamento

Necessidades específicas – 45.518h

Exemplos de ações ofertadas: gestão e monitoramento do Sistema de Transferência de Reservas (STR), teste de estresse no processo de supervisão, econometria de séries temporais, fundamentos de regulamentação prudencial.

Conhecimentos transversais – 53.932h

Exemplos de ações ofertadas: SQL Server, gestão e fiscalização de contratos, estatística com Excel, comunicação escrita no BCB.

Desenvolvimento gerencial – 816h

Exemplos de ações ofertadas: negociação e resolução de conflitos, articulação institucional, líder do futuro executivo, líder do futuro fundamentos de liderança, oficina sobre gerenciamento do desempenho de equipes.

Capacitação em outras instituições

Programa de Pós-graduação	
QTD	Nível de formação
45	Doutorado
27	Mestrado
1	Intercâmbio
24	Especializações e mestrados profissionais

Evolução das horas de capacitação			
2017		2018	
Horas	Custo (R$)	Horas	Custo (R$)
24.367	**3.242.384**	**32.293**	**4.660.782**

Quadro 9 *– Grau de escolaridade dos servidores*

	Quant.	%
Ensino médio	179	4,8%
Superior	1.346	35,9%
Especialização	1.228	32,8%
Mestrado	777	20,7%
Doutorado	209	5,6%
Pós-doutorado	10	0,3%
Total	**3.748**	

Resultados em 2018

Ação novos espaços de aprendizagem

A UniBC, por meio da iniciativa Atualização Tecnológica e Andragógica dos Espaços de Aprendizagem, prevista no Programa Melhoria do Desempenho Institucional (PMDI), buscou dotar os espaços da Instituição de recursos necessários para que as ações/soluções de aprendizagem possam ocorrer em modais mais eficientes, atrativos, adequados e flexíveis. Para isso, foram montadas:

- salas de videoconferência com uso prioritário para capacitação nas regionais;
- sala de teleconferência bidirecional interacional internacional, no auditório da UniBC, em Brasília;
- salas de *Design Thinking* e de videoconferência, da UniBC.

Ação novo regulamento do Programa de Pós-Graduação (PPG)

Em 2018, a UniBC fez uma abrangente revisão do regulamento do PPG por meio de um processo participativo e transparente que buscou maior alinhamento estratégico entre o programa e os interesses da Instituição; processo seletivo mais objetivo e transparente; implementação de formas de acompanhamento do servidor participante do PPG; aperfeiçoamento do procedimento de localização dos egressos; e alinhamento do Comitê de Pós-Graduação à Taxonomia de Conhecimentos do BCB.

Ação projeto Liderança no dia a dia (LDD) e Escola de Liderança

No âmbito do Projeto Liderança no Dia a Dia, foram desenvolvidos três cursos *online*, e foi ofertada ação *online* para 150 líderes táticos e de equipe. Também foi realizada a Jornada Tomada de Decisões Estratégicas, voltada para líderes estratégicos. Pela Escola de Liderança, foram realizadas inscrições para líderes estratégicos em cursos externos realizados pela Enap, em parceria com a universidade de Harvard, e o Programa Liderança Feminina (Universidade de Columbia). Foram realizados também eventos de *coaching* executivo, cursos de *media training* e oficinas de gestão de desempenho para líderes de equipe que contaram com o suporte das áreas de comunicação e de gestão de pessoas, respectivamente. Por fim, foi realizada uma turma do *workshop* de teorias e ferramentas do Projeto de Negociação de Harvard, para líderes estratégicos.

Ação projeto Fortalecimento Institucional da Educação Corporativa (FIC-BCB)

No âmbito do FIC-BCB, foi detalhado o 4º nível da taxonomia de conhecimentos do BCB, com a indicação de especialistas por conhecimento; estruturou-se uma trilha de aprendizagem de Ciência de Dados em conjunto com a área de supervisão indireta; foram estruturadas duas trilhas de aprendizagem transversais e realizado um piloto do modelo de curadoria para desenvolvimento dos conteúdos dessas trilhas.

Ação consultoria em Aprendizagem e Gestão do Conhecimento e Inovação

Foi criado o escritório de gestão do conhecimento para promover e instrumentalizar a aplicação integrada de metodologias, ferramentas e sistemas que impulsionam a aquisição, organização, armazenamento e disseminação dos conhecimentos relevantes ao BCB, com foco no aumento da eficiência dos processos de trabalho.

Ação Concurso Ideação

O concurso teve como objetivo principal estimular a inovação no BCB, por meio do incentivo à apresentação de ideias e propostas que impulsionem a melhoria do desempenho institucional. Foram apresentadas 53 ideias e as três mais bem avaliadas foram premiadas em evento aberto a todos os servidores.

Problemas e desafios enfrentados na gestão de pessoas e ações futuras

Os principais desafios enfrentados são: evasão de servidores, gestão dos afastamentos e licenças, envelhecimento do quadro de servidores e a não renovação do quadro de servidores por concurso público.

Tabela 7 *– Evasão de servidores (posição em dez/2018)*

Tipo	Quantidade	% do Total
Aposentadoria	130	90,28
Exoneração	7	4,86
Falecimento	7	4,86
Total	**144**	

***Tabela 8** – Afastamentos e licenças (posição em dez/2018)*

Tipo	Qtde
Afastamento – Intercâmbio Decreto 1.387/1995	2
Afastamento para organismos internacionais	21
Afastamento para servir outro órgão ou entidade	53
Exercício provisório	2
Licença incentivada	1
Licença para desempenho de mandato eletivo	3
Licença para o desempenho de mandato classista	4
Licença para tratar de interesses particulares	16
Licença por motivo de afastamento do cônjuge	18
Missão transitória no exterior	1
Total geral	**121**

Em função do risco de recursos humanos, a Diretoria Colegiada aprovou em 2018 proposta de nova regulamentação interna sobre cessões de servidores. Assim, a Portaria BCB 97.162, de 22 de fevereiro de 2018, estabeleceu novas regras e critérios para cessões e afastamentos de servidores para serviço em organismos internacionais e, também, para o retorno organizado dos servidores atualmente cedidos e afastados da carreira de especialista do BCB.

Concurso

A realização de concurso busca o ponto de equilíbrio entre as restrições para o crescimento das despesas primárias e a necessidade de manter a capacidade operacional da Instituição.

Além disso, um intervalo de tempo muito longo sem realização de concurso pode criar distanciamento entre gerações de servidores, com potenciais prejuízos à transferência do conhecimento e à administração dos recursos humanos.

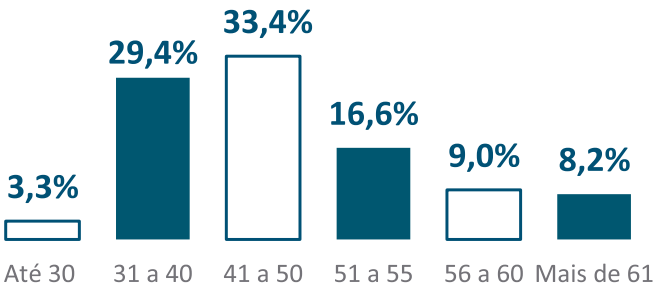
Busca-se estabelecer um nível de reposição de servidores para o BCB que concilie a continuidade da excelência da atuação da Autarquia com as condições orçamentárias.

Envelhecimento do quadro de servidores

O quadro de servidores está envelhecendo e, desde 2015, não foram realizados novos concursos. Atualmente, 50% dos servidores se encontram na faixa etária entre 41 a 55 anos.

***Tabela 9** – Envelhecimento do quadro de servidores*

	Analista	Procurador	Técnico	Total
Até 30	63	1	60	124
De 31 a 40	814	64	225	1.103
De 41 a 50	1.104	73	74	1.251
De 51 a 55	579	19	26	624
De 56 a 60	289	7	41	337
Mais de 61	248	1	60	309
Total	**3.097**	**165**	**486**	**3.748**



LICITAÇÃO E CONTRATOS

Conformidade legal

O Manual de Serviço do Patrimônio (MPA) auxilia o usuário do BCB nas etapas de planejamento, de seleção do fornecedor e de gestão contratual. Além disso, o BCB promove a segregação das funções associadas a licitações e contratações, contemplando em sua estrutura organizacional áreas distintas para: condução das licitações, gestão dos contratos, pagamento das faturas, alocação dos recursos orçamentários/financeiros e assessoria jurídica, a fim de assegurar a conformidade

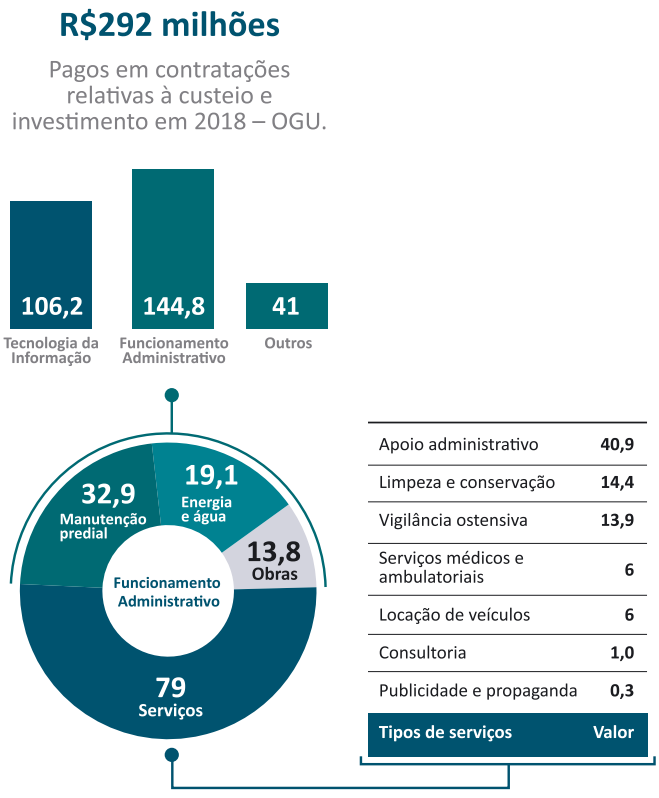
com a legislação vigente [Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005; IN 4, de 11 de setembro de 2014; IN 5, de 25 de maio de 2017; IN 1, de 10 de janeiro de 2019].

Gastos das contratações por finalidade

As contratações mais relevantes do BCB são de Tecnologia da Informação, detalhadas na seção correspondente. Há também aquelas firmadas nas diversas praças, as quais se referem ao fornecimento de energia elétrica, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial, vigilância ostensiva.

Essas contratações se justificam pela necessidade de provimento de infraestrutura física adequada e de segurança às pessoas e ao patrimônio público, permitindo o desenvolvimento das atividades do BCB.

***Gráfico 17** – Contratações por finalidade*



Tipos de serviços	Valor
Apoio administrativo	40,9
Limpeza e conservação	14,4
Vigilância ostensiva	13,9
Serviços médicos e ambulatoriais	6
Locação de veículos	6
Consultoria	1,0
Publicidade e propaganda	0,3

Contratações diretas

Dentre as contratações diretas do BCB no ano de 2018, destacam-se as contratações com concessionárias de fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água, publicação na Imprensa Nacional e serviços de malote, postagem e correspondências com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, justificadas pelos serviços de fornecimento exclusivo, com fundamento nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Foram realizadas por dispensa, ainda, contratações de empresas remanescentes do processo licitatório, em consequência de rescisões contratuais, com fundamento no artigo 24, inciso XI, para a prestação de serviços de secretariado e de almoxarifado e transporte interno de materiais, equipamentos, móveis e utensílios no BCB, em Brasília, a fim de evitar a descontinuidade na prestação de serviços essenciais para o funcionamento da Autarquia.

Além disso, a aquisição de licenças de cursos e a contratação de serviços terceirizados de treinamento foram realizados por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento nos incisos II c/c § 1º do artigo 25, e no inciso VI do artigo 13, da Lei 8.666/1993, justificada pela notória especialização dos fornecedores.

Principais desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

Com sede em Brasília e representações regionais em nove capitais brasileiras, o BCB tem como principal desafio no âmbito da gestão das licitações e contratos a promoção de uma integração mais efetiva no atendimento às necessidades da Instituição, de modo a atingir seus objetivos estratégicos e a agregar valor à sociedade. O Comitê Estratégico de Gestão Orçamentária e de Aquisições (CGA) desempenha relevante papel diante desse desafio, ao auxiliar a alta administração nas decisões que visam promover uma melhor governança da gestão orçamentária e das aquisições.

Em 2018, foi elaborado o primeiro Plano Anual de Contratações do BCB, referente ao exercício de 2019, para tornar mais racional o planejamento e mais eficiente a gestão dos contratos, e mitigar os riscos de restrição orçamentária no âmbito da Administração Pública.

INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO

Conformidade legal

O Manual de Serviço do Patrimônio (MPA) contempla temas de infraestrutura e patrimônio: móveis e utensílios, transportes, administração predial, imóveis, Programa Geral de Construções e Alienações. Além disso, a autarquia conta com o apoio da assessoria jurídica da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), garantindo conformidade dos procedimentos adotados com a legislação vigente – Lei 8.666/1993; Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei 61.867, de 7 de dezembro de 1967 (seguro); Lei 8.025, de 12 de abril de 1990 (alienação de imóveis residenciais); Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006 (coleta seletiva).

Em 2018, o BCB investiu **R$17 milhões** em 65 ações em obras de modernização e de recuperação em instalações de sistemas elétricos, ar condicionado, elevadores e automação predial. Desse valor, **R$4,9 milhões** referem-se a aquisições de mobiliários e equipamentos em geral.

Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Esses investimentos visam à melhoria das instalações prediais, especialmente nos aspectos de **acessibilidade, sustentabilidade e segurança**, promovendo a racionalização dos espaços físicos e a redução do consumo de água e energia, por meio da inovação tecnológica, modernização da infraestrutura e revitalização dos edifícios funcionais do BCB.

Destaca-se como principal resultado decorrente dos investimentos em infraestrutura pelo BCB **o aprimoramento nas condições das instalações de áreas sensíveis** em suas atividades, tais como as destinadas **às operações de meio circulante** e às áreas que abrigam equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) responsáveis pelo **Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**.

Desfazimento de ativos

Foram instruídos dois processos de doação em Brasília, contendo 76 itens de bens de informática e de 879 bens de mobiliário em geral.

Locações de imóveis e equipamentos

Em 2018, não houve locação de imóveis e equipamentos.

Mudanças e desmobilizações relevantes

As atividades do Meio Circulante (Mecir) desempenhadas em Porto Alegre foram transferidas para Curitiba, com a realocação dos servidores para o Edifício-Sede de Porto Alegre, e estão sendo tomadas as providências necessárias para a desocupação total do edifício da Avenida Alberto Bins e, posteriormente, a sua alienação, prevendo-se uma **redução de R$4,2 milhões nos custos administrativos anuais.**

Principais desafios e ações futuras

A elaboração de projetos que estimulem a integração e a troca de informações entre os setores do BCB tem sido o maior desafio para a área de infraestrutura e

gestão patrimonial. Podemos citar como exemplo, a implementação das Salas BC+ Amanhã na Sede e nas regionais do BCB, espaços que contam com mobiliário e infraestrutura de informática e telecomunicação adequados a fornecer ambiente favorável ao desenvolvimento de trabalhos individuais e em equipe, de forma presencial ou virtual.

Outro desafio é concluir a construção do Edifício-Sede no Rio de Janeiro, que tem sido conduzida conforme as disponibilidades orçamentárias. Além disso, também se estimula o compartilhamento, com outros órgãos da administração federal, dos espaços ociosos nos edifícios próprios do BCB.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

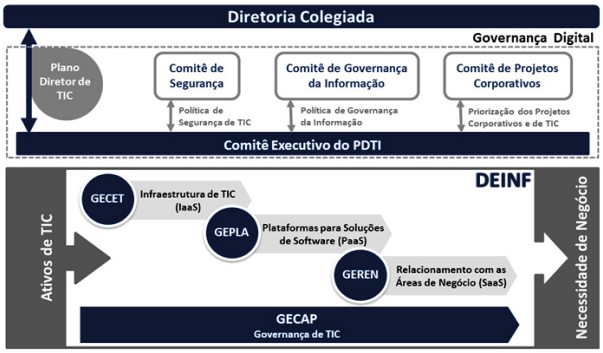
Conformidade legal

O BCB zela pela observância e aplicação de normas e diretrizes do governo federal, de órgãos de controle e de padrões internacionais para serviços de TI, além de estabelecer e cumprir regras e normativos internos a respeito. Não obstante, o BCB tem buscado aprimorar de modo contínuo seus padrões, processos e tecnologias referentes ao SFN, nos aspectos de transparência, acessibilidade, governança, segurança da informação e gestão das contratações.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC do BCB é formado por um conjunto de estruturas, mecanismos e interfaces para os quais podem ser mapeados papéis e responsabilidades de cada uma de suas instâncias.

Figura 31 *– Modelo de governança de TI*



A mais alta instância do sistema de governança é a Diretoria Colegiada, com suporte da unidade responsável pela gestão de TIC no BCB, o Deinf. Seguindo as diretrizes estratégicas da Diretoria Colegiada, articulam-se, ainda, para controle, direcionamento e avaliação do uso da TIC no BCB, além do próprio Deinf, as seguintes estruturas: o Comitê Executivo de TIC (Cetic), o Comitê de Segurança (Coseg), o Comitê de Governança da Informação (CGI), o Comitê de Projetos Corporativos (CPC), a Área de Riscos (Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais – Deris) e a Auditoria Interna (Audit). Essas estruturas atuam e/ou contribuem para gestão de TIC alinhada com os objetivos de negócio do BCB, segurança da informação, governança de dados e transparência, portfólio de TIC, riscos de TIC, conformidade e prestação de contas.

As diretrizes e ações relacionadas à governança encontram-se formalizadas de maneira descentralizada em políticas e outros normativos, como a Política de Segurança da Informação, Política de Governança da Informação, Política de Gestão de Riscos, e, principalmente no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que descreve de forma mais específica como os diversos atores e estruturas cooperam para dar suporte aos objetivos institucionais.

Montante de recursos aplicados em TI

Gastos por natureza de despesa

***Tabela 10** – Recursos aplicados em TIC*

Grupo da despesa	Executado no ano (R$ milhões)
OAM	42,93
OGU – Custeio	34,30
OGU – Investimento	19,91
Fortalecimento institucional	51,23
TOTAL	**148,37**

A Tecnologia da Informação do BCB utiliza recursos tanto do Orçamento Geral da União (OGU) quanto do Orçamento para operações de autoridade monetária (OAM).

Os valores pagos em TI com contratações em 2018 foram de R$148 milhões, sendo R$105 milhões com orçamento OGU e R$43 milhões do OAM.

Nos gastos por natureza de despesa, o montante apresentado é por conta contábil, visto que as informações de OAM não possuem natureza da despesa (código Siafi).

***Tabela 11** – Gastos por natureza de despesa*

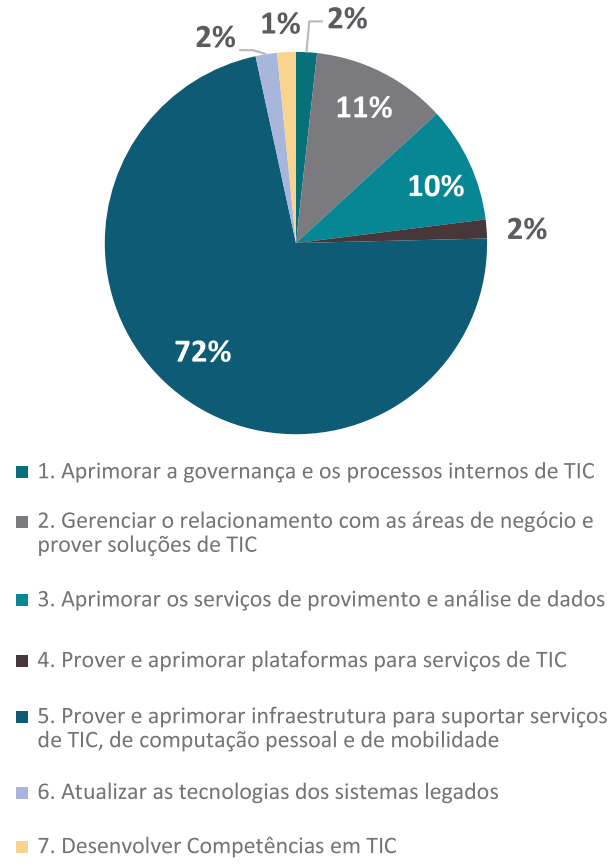
Conta Contábil	Valor realizado (em R$ milhões)	%
Material de TIC (Permanente) – Equipamento	20,16	14%
Aquisição de *Software* sob Encomenda ou Customizados	18,95	13%
Serviços Técnicos Profissionais de Tecnologia da Informação – TI	16,49	11%
Aquisicao de *Software* Pronto	15,44	10%
Melhoria, Manutenção e Suporte de Equipamentos de TIC	13,30	9%
Serviços Técnicos de Profissionais de TIC	13,18	9%
Aluguel de *Softwares* e *Hardwares*	11,81	8%
Suporte de Infraestrutura de TIC	8,15	5%
Serviços de Informações por Meio Eletrônico	7,21	5%
Manutenção e Conservação de Equipamentos e Programas de Processamento de Dados	6,06	4%
Suporte a Usuários de TIC	4,86	3%
Manutencao e Conservação de Equipamentos de TIC	3,57	2%
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	2,44	2%
Serviços de Telecomunicações	2,22	1%
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1,60	1%
Serviços de Teleprocessamento	1,36	1%
Outras Naturezas de Despesas (Despesas Inferiores a 1 Milhão)	0,08	1%
Total	**148,37**	**100%**

Gastos por cadeia de valor

Foram substituídos por Objetivo Estratégico de TIC, uma vez que as despesas ficam, em sua quase totalidade, associadas ao processo de 2º nível "Prover e gerenciar tecnologias de informação e comunicação (TIC)".

***Tabela 12** – Gastos por cadeia de valor*

Rótulos de linha	Soma de R$ milhões realizados
1. Aprimorar a governança e os processos internos de TIC	**2,62**
2. Gerenciar o relacionamento com as áreas de negócio e prover soluções de TIC	**16,94**
3. Aprimorar os serviços de provimento e análise de dados	**14,61**
4. Prover e aprimorar plataformas para serviços de TIC	**2,36**
5. Prover e aprimorar infraestrutura para suportar serviços de TIC, de computação pessoal e de mobilidade	**106,81**
6. Atualizar as tecnologias dos sistemas legados	**2,69**
7. Desenvolver Competências em TIC	**2,33**
Total Geral	**148,37**



Contratações mais relevantes de recursos de TI

Tabela 13 *– Contratações mais relevantes de TIC*

CONTRATO	FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	VALOR EXECUTADO (R$)
51075/2018	QUBO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	Contratação de subsistemas de armazenamento (*storages*) para plataforma baixa, bem como licenças de *software*, assistência técnica e garantia por 60 meses, serviço de instalação, ativação, configuração lógica e treinamento.	**17,79**
50028/2017	CAST INFORMATICA S/A	Serviços técnicos para desenvolvimento e sustentação de produtos de *software* com as linguagens Java, Javascript.	**13,94**
51702/2012	CPM BRAXIS S.A.	Prestação de serviços técnicos de infraestrutura de informática, para os ambientes de tecnologia da Informação e Comunicação TIC utilizados pelo BCB, em Brasília e nas suas Gerências Administrativas Regionais.	**13,38**
51564/2018	TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	Aquisição da solução *Teradata On-Premises Cloud*, incluindo a prestação de serviços de atualização tecnológica e expansão do atual ambiente analítico baseado na tecnologia Teradata presente nos Centros de Serviço de Informática (CSIs) do BCB, em Brasília.	**10,00**
51532/2018	DELL Computadores do Brasil LTDA	Contratação de 1.248 microcomputadores *notebooks* ultrafinos com *docking station* visando atualização do parque computacional.	**9,83**

Principais iniciativas (processos e projetos)

Cadeia de valor – 2º Nível	Projeto	Benefícios Esperados
Prover sistemas de compensação e de liquidação	Atualização tecnológica do Sistema de Transferência de Reservas (STR)	• Aumento da capacidade de processamento de ordens de transferência do SFN. As mudanças foram implementadas sem impacto para as mais de 200 instituições que utilizam a ferramenta diariamente e aumentaram a capacidade de processamento de cerca de 1,8 milhão de mensagens da versão anterior, para aproximadamente 6 milhões, no período regular de doze horas de funcionamento diário do sistema. A modernização tecnológica também reduz significativamente custos operacionais e riscos associados à obsolescência da tecnologia anterior.
Administrar as reservas internacionais	SAR – *Exchange Traded Funds* (ETFs)	• Maior flexibilidade na gestão das reservas, por meio da realização de operações com ETFs, possibilitando, de forma prática e eficiente, a exposição em diversas classes de ativos e segmentos de mercado, podendo propiciar melhores resultados na aplicação das reservas internacionais, conforme descrito no voto BCB 176/2015.
Administrar orçamento, finanças e contabilidade	Sigef 3	• Maior e melhor informatização dos processos de gestão financeira, por meio de: (a) incremento de abrangência funcional do SIGEF, e; (b) incremento da qualidade (em sentido amplo) do Sigef.
	DW – Novo Contábil	• Com a criação de uma base de dados de *Data Warehouse*, contendo todos os dados da base transacional, as consultas nos novos relatórios não irão impactar a performance do sistema transacional. • A plataforma atualmente em uso para o DW, *appliance* Teradata, é bastante veloz e está preparada para grandes volumes e vários usuários concorrentes.
Administrar patrimônio e serviços de apoio	Sistema de Processamentos Administrativos e Afastamentos	• Permitir registrar as informações num único local, a partir de onde será possível gerar os documentos e relatórios de modo automatizado. • Reduzir o trabalho manual, a probabilidade de erro humano e o retrabalho. • Ganho de precisão e agilidade.
Conduzir relacionamento internacional	Portal Organismos Internacionais	• Registro e acesso a informações de modo centralizado, em ferramenta amigável, facilitando a articulação de esforços e a resposta institucional a demandas de organismos internacionais.
Elaborar estudos, pesquisas, relatórios e estatísticas	RDE-ROF – Empréstimos e Títulos	• Redução da necessidade de manutenções corretivas no sistema; • Diminuição do custo e do risco de manutenções; • Diminuição do custo de observância para a sociedade; • Melhoria da qualidade das informações obtidas.
	Apuração da Dívida Externa – integração com novo RDE-ROF Empréstimos e Títulos	• Aumento da confiabilidade das informações; • Diminuição do custo e do risco de manutenção; • Melhoria da qualidade da informação obtida;
Fiscalizar o SFN	Automação de Processos da Supervisão – TI	• Aprimorar os processos de supervisão direta pela sua automação, com registro padronizado e integrado dos papéis de trabalho das ações de supervisão, pela economia de recursos e pelo aperfeiçoamento da metodologia de Avaliação de Riscos e Controles (SRC), de modo que as notas da avaliação das entidades supervisionadas (ES) e conclusões associadas possam ser atualizadas tempestivamente à medida que sejam concluídas as ações de supervisão.
Manter relacionamento com a sociedade	Evolução do Manual SIATE	• Reduzir o tempo necessário para atualização dos conteúdos do Manual do Siate; • Reduzir o tempo de resposta ao cidadão e propiciar respostas de maior qualidade, com a otimização da busca de informações no manual. • Aumento de transparência com possível disponibilização de conteúdo à sociedade a partir da implantação de perfis de visualização (implementação não será imediata).
	Chatbot para Atendimento a Demandas de Autocadastramento	• Tornar o atendimento mais disponível, interativo e eficiente. Diminuir de 10 a 15% dos pedidos de informação de pessoas naturais nos canais de atendimento.

Cadeia de valor – 2º Nível	Projeto	Benefícios Esperados
Formular diretrizes para estabilidade e eficiência do SFN	Integração das Informações de Monitoramento – I2M – Calculadora (TIC)	• Prestação de informações pró-ativas, tempestivas e de qualidade à Alta Administração do Bacen e ao Comef para assegurar as decisões necessárias para garantir a estabilidade do SFN. • Integração dos processos de supervisão micro e macroprudencial. • Uniformização e convergência de métricas, dimensões e classificações nos diversos subsistemas de dados. • Maior efetividade do processo de geração de informações, e dos processos de integridade e qualidade, por meio do processamento e acesso centralizado a um conjunto de informações de monitoramento. • Disponibilização de um dicionário de informações do monitoramento visando facilitar a utilização das informações e aumentando a transparência do processo de monitoramento. • Racionalização dos recursos de TI com a redução de redundâncias e replicações de informações. • Criação de uma plataforma de análise e *Data Quality* preparada para os novos desafios da área de fiscalização como o aumento da quantidade de informações e a necessidade crescente de cruzamentos complexos de informações para garantir a veracidade, integridade e qualidade das informações.
	DWSCR– Alinhamento dos aplicativos Desig à plataforma de *appliance*	• Melhoria na performance e disponibilidade de consultas e processo de carga.
Gerir conhecimento, informação e documentação	Inventário das Bases de Dados do BCB declaradas no Catálogo de Informações	• Atualizar as declarações das bases de dados no Catálogo de Informações. • Catalogar bases de dados ainda não catalogadas.
	3º Seminário de Curadoria da Informação	• O agente de curadoria poderá contribuir de forma relevante para a maior eficiência e qualidade nos processos de captação, geração, uso e disseminação de informações no Banco Central; • O evento promove a uniformização de conceitos e procedimentos entre os agentes de curadoria; • O Seminário cria espaço para a discussão de temas relevantes relacionados à Governança da Informação.
	Observa – BCB – TI	• Redução do esforço para execução das atividades previstas no ObservaBC.
	Indicadores de Governança da Informação	• Disponibilização de indicadores da Governança da Informação para toda comunidade do BCB, com atualização diária. Análise histórica da evolução do Catálogo de Informações, peça central da PGI.
Planejar, organizar e promover a gestão e a sua governança	SCIG – Excelência em Processos	• Automatizar a conciliação dos cálculos do sistema de custos, diminuindo a necessidade de intervenções manuais. • Isolar a dependência a sistemas de terceiros. • Possibilitar a criação de relatórios pela área de negócios.

Cadeia de valor – 2º Nível	Projeto	Benefícios Esperados
Prover e gerenciar tecnologias de informação e comunicação (TIC)	Contratação de serviço de Rede MPLS (Wan)	• Permitir que as regionais acessem sistemas corporativos. • Fornecer infraestrutura para comunicação unificada. • Funcionar como *backup* para o acesso à internet e para a rede WAN secundária.
	Criar ARP para substituição das redes locais de Brasília e Regionais	• Ter redes locais com equipamentos de última geração e que possam ser utilizados por pelo menos mais 7 anos. • Maior capacidade de tráfego. • Atender a todas as necessidades de PoE, principalmente rede sem fio, telefonia e câmeras de segurança.
	BCB-ECM | 2017	• Aprimoramento da plataforma nos quesitos de desempenho segurança e estabilidade.
	Autran 2	• Sistema mais completo em termos funcionais e mais adaptado à infraestrutura do Deinf.
	Prospecção de plataformas de computação cognitiva	• Aumentar a maturidade no tema. • Identificar aplicações da tecnologia para resolver problemas do BCB.
	LB-WAF Instalação	• Melhoria de segurança, desempenho e gerenciamento.
	Olinda – Plataforma Ágil de Serviços de Dados do Banco Central do Brasil	• Redução no esforço, custo e prazo de desenvolvimento, implantação e operação de serviços de dados.
	Swift – Implantação do CSP	• Conformidade com controles mandatórios da Swift, isolamento da rede, migração para a versão SAA 7.2 e criação de políticas de segurança, que representam garantias aos *partners* Swift
	Licitação Para Manutenção da Rede Sem Fio	• Minimizar a interrupção de serviços causada por falhas nos equipamentos da rede sem fio do Banco Central do Brasil, melhorando a disponibilidade dos diversos serviços que trafegam pela rede local.
	Modernização do DW LCR	• O sistema poupará várias horas de trabalho de analistas, que poderão se dedicar à análise e não à extração e produção de dados. As informações geradas serão mais completas (passarão a refletir a totalidade das captações externas das IFs brasileiras e suas filiais ou subsidiárias no exterior). O fornecimento de informações relativos à estabilidade financeira, tanto ao Comef quanto a órgãos externos, como FMI e BIS, será beneficiado pelo aumento na tempestividade: alguns relatórios que atualmente levam algumas horas poderão ser emitidos instantaneamente; outros, que levam em consideração períodos históricos e podem levar um ou até vários dias também poderão ser gerados de forma instantânea. A possibilidade de erro, atualmente existente pela: i) necessidade de manipulação de dados em várias planilhas; ii) necessidade de se conciliarem dados entre dois sistemas, nem sempre sendo "trivial" a detecção de dados em duplicidade, que será eliminada. Novas informações e relatórios que nem mesmo poderiam ser produzidos anteriormente serão incorporados às informações disponíveis ao processo de tomada de decisões do corpo diretor do BCB.
	Implantação de solução de virtualização para a UniBC	• Proporcionar agilidade, praticidade e antecedência na preparação das estações de trabalho dos laboratórios da Unibacen para cursos que exijam a instalação de *softwares* específicos.
	Edital de Suporte ao Desenvolvimento	• Redução de *backlog* pelo atendimento das demandas de suporte das equipes de metodologia e arquiteturas; prospecção, evolução e inovação das metodologias e arquiteturas utilizadas pelo Deinf.
	Gerenciamento de ativos de *software*	• Redução de custos. • Otimização nos investimentos de *softwares* em toda a organização. • Melhoria e aperfeiçoamento dos processos de conformidade e auditoria.

Segurança da informação

Antecipação

Fazer Segurança de forma Proativa, para nos anteciparmos aos Ataques Cibernéticos.

Principais ações:

- Participação no Guardião Cibernético 1, simulação de ataques contra a infraestrutura crítica do SFN.
- Fomento do compartilhamento de informações de segurança cibernética no âmbito do SFN.
- Participação no Grupo de Trabalho de Resiliência Cibernética da Infraestrutura do Mercado Financeiro.
- Participação nas reuniões do Subcomitê de Segurança Cibernética da Febraban.
- Participação no I Seminário de Segurança Cibernética do BIS.

Proteção

Controles para evitar que os ataques tenham sucesso ou tenham seu impacto reduzido e Detecção e Resposta adequadas aos ataques.

Principais ações:

- Aprimoramento dos controles para prevenção do vazamento de informações.
  - » Controle de *pendrives*
  - » Controle de *Webmail*
- Prospecção de soluções de cofre de senhas.
- Migração e aprimoramento da solução *antispam*.
- Adequação da Instalação do BCB ao CSP da Swift.

Engajamento

Busca de comprometimento das pessoas para uma Segurança mais efetiva.

Principais ações:

- Sanção da Resolução CMN , de 26 de abril de 2018 – Política de Segurança Cibernética e Computação em Nuvem.
- Designação do gestor de Segurança e Credenciamento do BCB.
- Designação do gestor de Segurança da Informação do BCB.
- Elaboração da Política de Governança da Segurança Cibernética do BCB.
- Programa de Capacitação em Segurança.

Principais desafios e ações futuras

- Elaboração do planejamento dos direcionamentos da TIC do BCB para o próximo quadriênio (PDTI 2020-2023), no qual devem ser considerados temas emergentes e/ou prioritários como:
- sistema de pagamentos instantâneos e *benchmarking*;
- papel de indutor da segurança cibernética no SFN;
- atribuição de alavancar e gerir a inovação no SFN. Previsão de, por exemplo, realizar novo ciclo do LIFT, que busca contribuição da sociedade para a inovação no SFN;
- soluções de inteligência artificial e de ferramentas de análise de dados para manipular grandes volumes de dados e apoiar a tomada de decisão;
- ampliação da disponibilização de serviços digitais para a sociedade.

Nesse contexto, constitui desafio conciliar a diminuição contínua de recursos humanos a que se submete o BCB no atual cenário de restrição orçamentária, com a manutenção dos serviços de TIC dentro dos níveis de serviço exigidos pelo SFN, e assimilar novas atribuições decorrentes das ações acima listadas, em especial no que tange à segurança cibernética e iniciativas de inovação.

CUSTOS

Conformidade legal

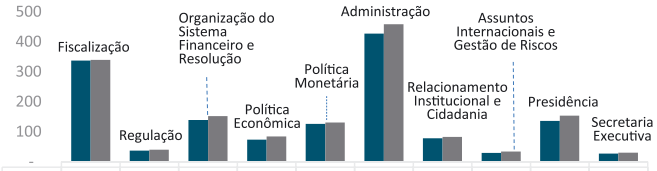
O BCB tem observado e aplicado as normas vigentes para a gestão de custos (Lei de Responsabilidade Fiscal e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – Portaria 157, de 9 de março de 2011), por isso, mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A apuração, o detalhamento e a análise dos custos, em nível de diretorias, unidades, subunidades, atividades, serviços e macroprocessos, é realizada pelo o Sistema de Custos e Informações Gerenciais (SCIG).

O ano de 2018 foi importante para o aprimoramento da gestão de custos no Banco, pois as apurações das atividades passaram a ser feitas por meio dos processos de 4º nível da cadeia de valor.

Ao realizar esse esforço, o BCB busca sempre a sintonia com a tendência crescente de fortalecer, no setor público nacional, os princípios gerenciais da eficácia, eficiência, economicidade e avaliação de resultados, tendo em foco as dimensões do planejamento, orçamento e gestão, fundamentais no processo de fornecimento dos serviços públicos.

Estimativa de custos por área de atuação

***Gráfico 18** – Custo de folha de pagamento de servidores ativos em 2018 e 2017 por área – R$ milhões*



	Fiscalização	Regulação	Organização do Sistema Financeiro e Resolução	Política Econômica	Política Monetária	Administração	Relacionamento Institucional e Cidadania	Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos	Presidência	Secretaria Executiva
2017	337	37	139	74	126	427	79	30	137	27
2018	339	40	152	84	131	459	83	34	154	30

Obs: critério de caixa, servidores ativos e rubrica de "Salários, encargos e benefícios", que compreende: contribuição à previdência, salários e benefícios, auxilio alimentação, contribuição ao PASBCB e 13º salário.

Custos por programa governamental

O Ministério da Fazenda é o responsável pelo Programa Temático ao qual o objetivo de responsabilidade do BCB está vinculado. O BCB contribui para o objetivo sobre **gestão de política econômica e estabilidade do SFN**, e é de sua responsabilidade o cumprimento de duas metas:

IPCA

Meta **4,5%** +/- 1,5p.p.
Realizado **3,75%**

IF Enquadradas nas Exigências de Capitalização

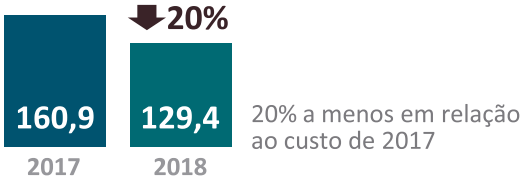
Meta **98,8%**
Realizado **99,88%**

***Figura 32** – Custos por programa governamental*

Há também cinco ações do BCB no PPA sobre:

Educação financeira • Sistemas de TI POMCAC • SFN • Publicidade e propaganda

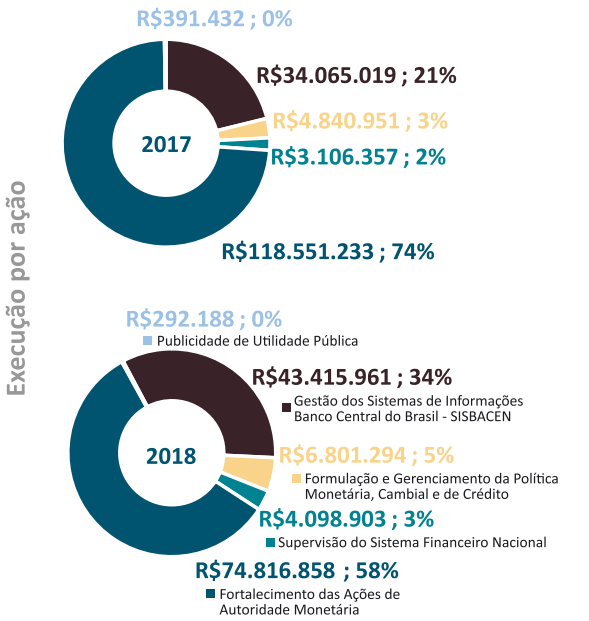
Execução das ações (Em R$ milhões)



A redução dos recursos aplicados nas ações deveu-se principalmente à reforma fiscal, que impactou a execução dos projetos do Banco, como pode ser observado no Gráfico 19, que apresenta a execução financeira por ação.

Os **R$129 milhões** executados em 2018 foram destinados à promoção da educação e da inclusão financeira da população, manutenção dos sistemas computacionais do BCB, formulação e gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito (POMCAC), fortalecimento de ações da autoridade monetária, manutenção da solidez e da eficiência do SFN e campanhas de publicidade e propaganda.

Gráfico 19 – *Execução físico financeira das ações do PPA*



Metas físicas das ações do BC no PPA

Missões de fiscalização do SFN		Ação Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	
Meta	Realizadas	Meta	Realizado
600	773	24	29
		Projetos Concluídos	

Política Monetária, Cambial e de Crédito POMCAC

Meta Realizada
4 Relatórios de Inflação publicados

Promoção da educação e Inclusão Financeira da população

Meta
4 ações



Principais desafios e ações futuras

Para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos, o BCB irá atuar na criação e na aplicação do método de priorização de processos de 3º nível da Cadeia de Valor, baseado nos critérios de exigência legal, riscos, gestão de continuidade de negócio, estratégia e negócio do BCB. A elaboração do orçamento de 2019 será realizada com base na metodologia de Orçamento Base Zero. Ademais, será feito o replanejamento de custos dos projetos e programas, de modo a garantir a distribuição mais estratégica do orçamento, sobretudo em função da extinção dos recursos do fundo da Redi-BC, destinados a suportar a execução de projetos relevantes e essenciais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O BCB lançou o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), com o objetivo de implantar práticas de sustentabilidade na cultura organizacional da Instituição. Em 2018, aderiu à Agenda Ambiental para a Administração Pública (A3P) e integrou o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Como resultados do PGLS, cite-se a **redução de aproximadamente 75% no consumo de papel A4 no período de 2010 a 2018,** em consequência do uso mais racional das impressoras, mediante configuração econômica e cobrança de impressões particulares. Além disso, o BCB tornou obrigatória a utilização de processos eletrônicos e adotou medidas para aumento da eficiência energética e redução do consumo de água, por meio da execução de obras de revitalizações prediais.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Dentre as ações realizadas em 2018 para incentivar a redução do consumo de recursos naturais, destacam-se:

- inclusão do tema da responsabilidade socioambiental no mapeamento taxonômico da UniBC (agenda transversal) – com impactos futuros para a alocação de recursos de treinamento;
- realização de curso sobre responsabilidade socioambiental no SFN (*online*) em parceria com a ABBCB – 50 inscritos;
- reunião sobre *Green Bonds* com o Bundesbank;
- reunião sobre *Green Finance* com professor da Columbia University responsável pelo tema;
- revisão do PLS 2017 e publicação no site do Ministério do Planejamento;

- realização de reuniões do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, inclusive com a participação de convidados externos;
- mapeamento e acompanhamento de novas iniciativas no âmbito do BCB;
- trabalho com o Derin para adesão à *Network for Greening the Financial Systems* (NGFS);
- com relação à energia elétrica, o BCB participou e teve seu projeto aprovado na 3ª Chamada Pública de Projetos – CPP 001/2016 da Light, para Projetos em Eficiência Energética. O projeto foi aprovado e o Programa de Eficiência Energética da Light executou a substituição de cerca de 22.000 lâmpadas fluorescentes convencionais de 16 W, 20 W e 40 W por lâmpadas de LED de 9 W e 18W, incluindo a limpeza de cerca de 5.500 luminárias do prédio, bem como a retirada de cerca de 11.000 reatores eletrônicos.
- além disso, o projeto do novo edifício do BCB no Rio de Janeiro obteve a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) Geral Nível "A", de acordo com os parâmetros do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações (PBE Edifica).

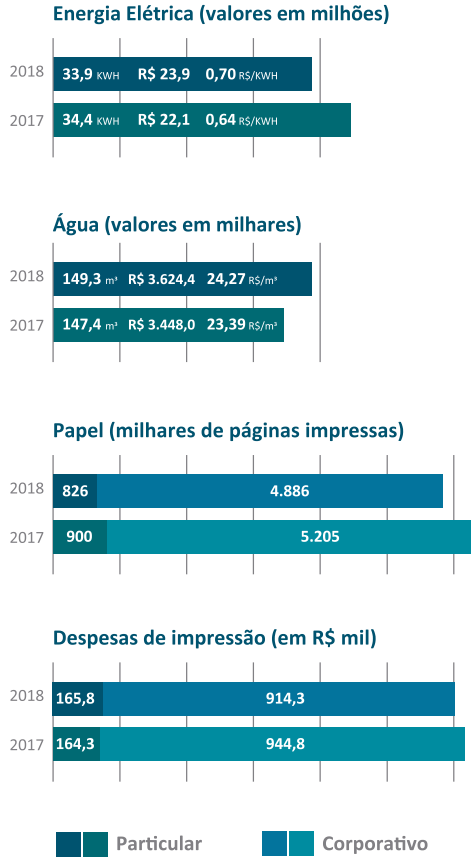
Redução de resíduos poluentes

O Brasil produz mais de 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, dos quais 13,5% – o equivalente a 10,5 milhões de toneladas – são de plástico. O BCB tem trabalhado para identificar e adotar formas mais sustentáveis para destinação dos resíduos de cédulas de real. O Banco está envolvido em diversas iniciativas, que vão desde a compostagem até a utilização dos resíduos de cédulas como combustível de fornos de cimento (coprocessamento) ou insumos na fabricação de revestimento, itens de mobiliário e briquetes, que são tijolinhos de cédulas fragmentadas distribuídos como brinde. Cabe também destacar a formalização de parcerias com instituições de pesquisa, como a cooperação técnica firmada entre a UFMG e o BCB, que busca o desenvolvimento de tecnologias para a utilização de cédulas inservíveis na produção de itens de papelaria e plásticos duros. Nos últimos dez anos, o BCB retirou de circulação, por meio de processo de seleção e fragmentação, mais de 15 mil toneladas de cédulas desgastadas e inadequadas para o uso. Esse número equivale, aproximadamente, ao peso de 550 aeronaves Boeing 737, e essas atividades foram realizadas nas nove representações regionais do BCB espalhadas pelo país. Além disso, o BCB mantém política de descarte de materiais recicláveis junto a cooperativas de catadores. Computadores e outros itens eletrônicos que a Instituição não utiliza mais também estão sendo doados de acordo com a Política de Desfazimento de Bens Eletrônicos, sob responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Em relação à contratação de serviços de transporte de servidores e de materiais, é exigido no edital de licitação que os veículos adquiridos pela contratada do *pool* apresentem selo Conpet de eficiência energética A ou B (para veículos leves) e Euro 5 (para veículos de carga).

Evolução do consumo

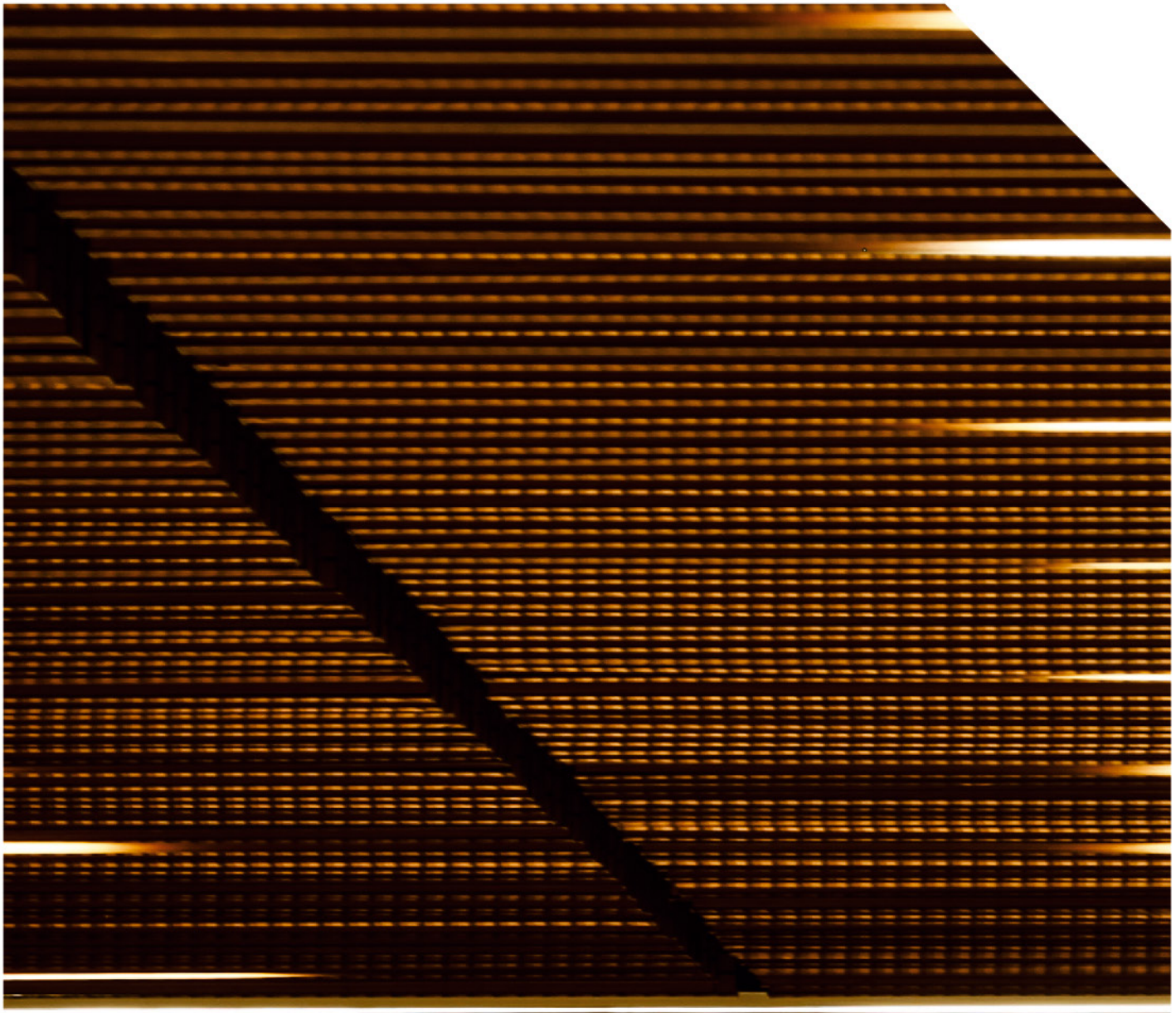
Gráfico 20 *– Evolução do consumo de energia, água e papel*



Principais desafios e ações futuras

O BCB aderiu à Agenda Ambiental para a Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente que busca estimular os órgãos públicos a implementarem práticas de sustentabilidade.

Passou também a integrar o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), associação civil sem fins lucrativos que há mais de vinte anos promove o desenvolvimento sustentável em organizações que atuam no Brasil, promovendo a articulação entre as instituições e o compartilhamento de conceitos e práticas mais atuais sobre o tema. **A associação permitirá a participação do BCB em Câmaras Temáticas**, que são fóruns com representantes de organizações associadas, visando à troca de conhecimento e à implementação de projetos relacionados a grandes temas da sustentabilidade, como Finanças Sustentáveis, Impacto Social, Clima, Água, Biodiversidade, Comunicação e Educação.



Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO **CONTADOR**

O BCB elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em harmonia com a decisão do CMN, contida no Voto 53, de 27 de junho de 2002, em decorrência da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXVII do art. 4º da Lei 4.595/1964. Essas demonstrações, elaboradas de acordo com as IFRS, compreendem:

- o Balanço Patrimonial;
- a Demonstração do Resultado;
- a Demonstração do Resultado Abrangente;
- a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- a Demonstração dos Fluxos de Caixa de Moedas Estrangeiras.

Essas demonstrações contábeis e as notas explicativas correspondentes, bem como o *Relatório dos Auditores Independentes*, encontram-se publicados no *site* do BCB.



*• Visite página em **Acesso à informação /Institucional/ Resultados do BCB/ Balancete e demonstrações financeiras - contábeis***

As demais demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964, encontram-se também no *site* do BCB, na mesma seção do Relatório de Gestão, e compreendem:

- o Balanço Orçamentário;
- o Balanço Financeiro; e
- a Demonstração das Variações Patrimoniais.



*• Veja as declarações no site do BCB em **Publicações/ Mais publicações/Outros relatórios do BCB/ Relatório de Gestão – Contas anuais***

Cabe ressaltar, em relação às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS relativas ao exercício de 2018, a adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com aplicação obrigatória para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2018. Essa norma, bastante abrangente, relacionada à contabilização de instrumentos financeiros,

exigiu não só uma revisão da classificação e da forma de mensuração de todos os ativos e passivos financeiros do BCB, como também a elaboração de um novo modelo de avaliação para ajuste ao valor recuperável desses instrumentos, baseado em perdas esperadas de crédito. Com isso, o BCB se mantém alinhado às melhores práticas internacionais de contabilidade.

Considerando a complexidade e as características particulares das operações da autarquia, entre outras, pelo fato de possuir sistema de contabilidade e plano de contas próprios, o BCB não opera diretamente utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sendo seus saldos contábeis registrados por meio de dois órgãos, conforme a seguir:

- Órgão 25201 – Banco Central do Brasil – Orçamento Fiscal/Seguridade Social: onde são registradas as despesas relativas ao Orçamento Organizacional do BCB no OGU e as receitas que lhe fazem face;
- Órgão 25280 – Banco Central do Brasil: onde são registradas as contas patrimoniais do BCB e as demais despesas e receitas de autoridade monetária.

Em função das particularidades que envolvem o Siafi e os sistemas de contabilidade e orçamento do BCB, existem algumas diferenças entre os valores das demonstrações financeiras publicadas em seu site e aquelas constantes do Siafi, principalmente em decorrência de procedimentos divergentes adotados em cada sistema. Essas diferenças estão sendo discutidas entre o BCB, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Gestão Corporativa, ambas do Ministério da Economia, para os devidos encaminhamentos.

Em vista do exposto, declaro que os demonstrativos contábeis do BCB relativos ao exercício de 2018, elaborados de acordo com as IFRS (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa em Moedas Estrangeiras) e com a Lei 4.320/1964 (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), exceto quanto aos aspectos mencionados no parágrafo anterior, refletem adequada e integralmente a situação financeira e patrimonial da Autarquia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2019

Arthur Campos e Pádua Andrade
Chefe do Departamento de
Contabilidade e Execução Financeira
CRC-DF 24.829/O-7



Outras Informações Relevantes

RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Ao final de 2018, os processos de prestação de contas do BCB relativos aos exercícios de 2013 (TC-002.566/2015-0), de 2014 (TC-030.137/2015-2), de 2015 (TC-001.510/2017-7) e de 2017 (TC-000.998/2019-2) encontravam-se pendentes de julgamento pelo TCU. O processo de prestação de contas do BCB de 2016 (TC-029.227/2017-8) foi julgado pelo Acórdão 979/2018-TCU-2ª Câmara e definido como regular, com quitação plena aos responsáveis, sem determinações ou recomendações.

Em referência aos acórdãos emanados pelo TCU em outros processos e remetidos ao BCB, em relação aos quais ainda há providências em andamento, tem-se a seguinte situação: de 2016, há somente uma recomendação, referente ao Acórdão 2340/2016-TCU-Plenário; e, de 2017, uma determinação, referente ao Acórdão 1518/2017-TCU-Plenário, e, de 2018, há somente uma recomendação, referente ao Acórdão 1084/2018-TCU-Plenário.

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) são relativas a duas auditorias, detalhadas a seguir.

Relatório de Auditoria 201701224 – exercício 2016 – Gestão do Meio Circulante.

O relatório de 2017, apresentou dezesseis recomendações, sendo quatro atendidas em 2017 e sete atendidas em 2018, restando as demais com atendimento previsto até a data de 31/12/2019.

As cinco recomendações pendentes são acompanhadas pela CGU, por meio do Sistema Monitor, daquele órgão.

Relatório de Auditoria 201801037 – exercício 2017 – Operações de Crédito Imobiliário.

O relatório de 2018 apresentou 22 recomendações, com atendimento previsto até a data de 31 de dezembro de 2020.

CENTRUS

Identificação da entidade fechada de Previdência

Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus, inscrita no CNPJ sob o nº 00.580.571/0001-42.

Visão gerencial dos valores envolvidos

I - Plano Básico de Benefícios (PBB)

Plano em extinção, na modalidade de benefício definido e patrocinado pelo BCB, está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1980.0004-92.

1. Quantidade de servidores contemplados no PBB

Tabela 14 *– Centrus - PBB*

População	2017	2018	%
Assistidos	1.331	1.295	-2,7%
Aposentados[1]	562	525	-6,6%
Pensionistas	769	770	0,1%
Dependentes	518	485	-6,4%
Total	**1.849**	**1.780**	**-3,7%**

[1] Ex-funcionários do BCB, aposentados até 1990.

2. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e do patrocinador

Desde fevereiro de 2008, as contribuições dos assistidos e do patrocinador estão reduzidas a zero, motivo pelo qual não houve valores da espécie repassados no exercício de 2018.

3. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Em 2018, o BCB não efetuou nenhum repasse à Fundação.

II - Plano de Benefício Definido Centrus (PBDC)

Na modalidade de benefício definido, é patrocinado pela Centrus e está registrado no CNPB sob o nº 2011.0008-74.

1. Quantidade de servidores contemplados

A população do Plano é de 118 participantes e assistidos, e é composta apenas por empregados e ex-empregados da Fundação, assim como por pensionistas desse grupo.

2. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e de patrocinadora

Não há possibilidade de o BCB realizar contribuição ao PBDC.

3. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

O BCB não possui nenhuma responsabilidade financeira com o Plano.

III - Plano de Contribuição Definida (PCD)

Na modalidade de contribuição definida, trata-se de plano de benefícios com patrocínio não contributivo do BCB para seus servidores e contributivo da Centrus para seus empregados não participantes do PBDC, estando registrado no CNPB sob o nº 2002.0048-38.

1. Quantidade de servidores contemplados no PCD

Tabela 15 *– Centrus – PCD*

População	Patrocinador		
	Centrus	BCB	Total
Participantes ativos	**20**	**451**	**471**
Assistidos	**-**	**184**	**184**
Aposentados	-	180	**180**
Pensionistas	-	4	**4**
Dependentes	**31**	**858**	**889**
Total	**51**	**1.493**	**1.544**

2. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e do patrocinador.

Tabela 16 *– Centrus – Contribuições*

Em R$ mil

Contribuições	Vinculados à Centrus	Vinculados ao BCB	Autopatro-cinados	Total
Patronal	281,7	-	-	281,7
Pessoal – Ativos	281,7	5.309,0	74,4	5.665,1
Voluntária				
Ativos	129,1	1.296,1	-	1.425,3
Assistidos	-	845,9	-	845,9
Portabilidade	44,7	751,8	-	796,5
Total	**737,2**	**8.202,8**	**74,4**	**9.014,5**

Obs: valores apurados com base na data de repasse financeiro.

3. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Pela condição de patrocinador não contribuinte, o BCB não efetua repasse de nenhuma natureza para o Plano.

Conclusões do Relatório de Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2018 dos planos administrados pela Centrus tem por objetivo atender à Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, no que diz respeito à necessidade de reavaliação anual dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Tabela 17 *– Centrus –* Superavit *atuarial*

	PBB	PBDC	PCD
Provisões matemáticas	3.306,60	218,89	174,42
Patrimônio de Cobertura	5.190,71	369,91	174,42
Superavit Técnico Atuarial	**1.884,41**	**151,01**	**(Equilíbrio)**

O custo dos benefícios do PBDC foi mensurado em 10,73%, e o do PCD, em 4,34%. Ambos os custos serão cobertos pelo plano de custeio mensurado nesta Avaliação Atuarial.

Síntese da Manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) não efetuou nenhum tipo de fiscalização na Fundação no exercício de 2018.

Conclusões do relatório de auditoria independente

A empresa contratada pela Centrus para realizar os serviços de auditoria das demonstrações contábeis é a Nexia Teixeira & Associados Auditores Independentes, CNPJ nº 38.726.261/0001-66, que assim se manifestou:

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Banco Central de Previdência Privada ("Centrus" ou "Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Fundação), aqui denominados de Consolidado por definição da Resolução CNPC 29/2018, e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) e individual por Plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019.

Teixeira & Associados
Auditores Independentes
CRC MG 5.194

Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
CRC-MG 77.874-O/6

Auditoria Interna do Banco Central do Brasil

No curso de 2018, foi realizada atividade de monitoramento contínuo na Centrus e uma auditoria, que teve como objetivo a avaliação do ambiente de TIC da Fundação.

Análise Econômico-Financeira

Escopo

a. Análise da evolução das contas de investimento do Plano Básico de Benefícios (PBB) e do Plano de Contribuição Definida (PCD) ao longo do semestre de referência, com identificação dos fatos relevantes.
b. Análise da evolução das contas de resultado do Plano de Plano de Gestão Administrativa (PGA) ao longo do semestre de referência, com identificação dos fatos relevantes.
c. Verificação do cumprimento dos compromissos existentes entre a Centrus e o BCB, ao longo do semestre de referência.

Resultados

Na análise, foram utilizados, principalmente, os balancetes mensais fornecidos pela Centrus referentes aos planos PBB e PCD e o sistema de suporte denominado Analisador. Considerando o objetivo e o escopo do trabalho, não foram identificadas irregularidades ou situações que ensejassem providências da Fundação para saneá-las, não havendo, portanto, recomendações.

Auditoria 2018/008

Escopo

Utilizaram-se as práticas referenciadas no Cobit 5 associadas à governança (Avaliação, Direção e Monitoramento), à gestão das operações, à segurança das informações e comunicações, ao fornecimento de *software*, aos serviços terceirizados, à infraestrutura de TIC, aos projetos e mudanças de TIC, e também à estrutura de Gestão, Planejamento Estratégico e Inovação de TIC.

Resultados

Conclui-se que a estrutura física de TIC apresenta condições satisfatórias (obedecem às normas pertinentes e estão adequadas às melhores práticas) e que a gestão e os procedimentos de controles da área de TIC também estão adequados às melhores práticas.

No entanto, a aplicação do programa de auditoria revelou assuntos merecedores de ajustes, aperfeiçoamentos, avaliações ou retificações que foram objeto de recomendações, todas atendidas, exceto uma, cujo prazo acordado foi remetido para 30 de dezembro de 2019.

COMPANHIA AMÉRICA FABRIL

Identificação da companhia

Nome: COMPANHIA AMÉRICA FABRIL
"Em liquidação ordinária"

Denominação abreviada: CAF

CNPJ: 33.615.956/0001-57

Endereço: Av. Pres. Vargas, 730 – 18º andar- Centro – Rio de Janeiro (RJ) CEP 20071-900

Telefone de contato: (21) 2189-5915

E-mail: americafabril@gmail.com

Liquidante: Paulo Eurico Paz Tatsch – CPF 121.971.490-91

Composição acionária e capital social

Banco Central do Brasil: 87,06%
Pessoas físicas: 12,94%
Não há ações preferenciais, somente ordinárias.

***Quadro 10** – CAF composição acionária e capital social*

Denominação completa			
COMPANHIA AMÉRICA FABRIL "Em liquidação"			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
	ACIONISTAS	31/12/2016	31/12/2015
Governo	Tesouro Nacional		
	Outras Entidades Governamentais (Banco Central do Brasil)	**87,06**	87,06
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	**87,06**	87,06
Free Float	Pessoas Físicas	**12,94**	**12,94**
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float	**12,94**	**12,94**
	Subtotal Ordinárias (%)	**100,00**	100,00

Breve histórico

O governo federal determinou que, a partir de 1972, o BCB assumisse a gestão da Companhia América Fabril. Em vista da proibição da Lei 4.595/1964 de fornecer recursos diretamente, os financiamentos necessários para o reerguimento da sociedade foram concedidos pelo BCB por meio do Banco de Investimentos Copeg S/A (AGO 27 de abril de 1972), sucedido pelo Banrio – Banco de Investimentos S/A (AGO de 28 de abril de 1976), depois incorporado ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – Banerj.

Com a impossibilidade da CAF de liquidar os financiamentos concedidos, o CMN, em sessão de 18 de agosto de 1976, autorizou o BCB a transformar parte dos financiamentos em capital, de modo que os mesmos foram sendo gradualmente convertidos em participação acionária, tendo o BCB assumido o controle acionário da CAF em 1978, sendo atualmente detentor de 87,06% do total das ações.

A alienação do parque fabril ainda em operação foi feita como parte do processo de desestatização, com base no Decreto 86.215, de 15 de julho 1981, tendo ocorrido a sessão de licitação dos ativos em 8 de outubro 1981.

A Companhia encontra-se em liquidação ordinária, na forma prevista na Lei 6.404, de 13 de março de 1976, desde a AGE de 13 de outubro de 1981. A sociedade encontra-se sem atividade econômica comercial ou fabril. Seu patrimônio atualmente é composto quase que exclusivamente por imóveis que, sem exceção, são objeto de litígio com os atuais ocupantes, que buscam a declaração judicial de usucapião, enquanto a CAF pleiteia a retomada e/ou despejo. A única atividade da sociedade é tentar retomar judicialmente o domínio dos imóveis de forma a possibilitar sua alienação.

Medidas adotadas para a liquidação da companhia

Ao final de 1982, a CAF havia reduzido o número de empregados de 1.135 para 316. Ao longo do tempo, casas das vilas operárias foram vendidas aos ex-empregados que as ocupavam, inclusive mediante o uso de suas indenizações trabalhistas. Atualmente, a empresa não possui funcionários nem se tem notícia da existência de passivos trabalhistas.

Seu patrimônio imobiliário resume-se a imóveis que foram alienados mediante contratos de promessa de compra e venda, muitos dos quais são instrumentos particulares, sem que tenha sido firmada a correspondente escritura definitiva. Assim, a CAF permanece como proprietária ou responsável nos cartórios de registros e nos cadastros tributários da Secretaria de Patrimônio da União (foro) e do respectivo Município (IPTU).

A CAF ainda possui imóveis no Estado do Rio de Janeiro, praticamente todos invadidos ou sob litígio, em que são discutidas a posse e/ou a propriedade; o valor de indenizações por desapropriações; e as execuções fiscais movidas pela SPU e pelos respectivos municípios em função da falta de pagamento da taxa de foro e de IPTU, respectivamente.

Embora inicialmente bem sucedida em desfazer-se da maior parte dos imóveis remanescentes e em solucionar milhares de ações trabalhistas, a liquidação ordinária não conseguiu baixar o registro da empresa, cada vez mais difícil com o passar do tempo tendo em conta pendências judiciais.

O custeio da massa era sustentado com recursos provenientes da alienação de imóveis. No entanto, com a inscrição de débitos em dívida ativa, não foi mais possível vender qualquer outro imóvel, tendo em vista o disposto no art. 185 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), bem como o estabelecido no art. 4º, § 1º da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1989.

A liquidanda padece de grave escassez de recursos financeiros limitando-se, atualmente, como únicas fontes, o recebimento parcial do aluguel de um imóvel, da ordem de R$500,00 (quinhentos reais) mensais, considerada a inadimplência das prestações dos imóveis financiados.

Por meio da Portaria 68.538, de 21 de dezembro de 2011, o BCB constituiu novo Grupo de Trabalho para realizar estudos com vistas ao encerramento da liquidação ordinária da companhia.

Em consequência das conclusões desse Grupo de Trabalho, foi constituído, mediante a Portaria Interministerial 2, de 18 de dezembro de 2015, publicada no DOU em 21 de dezembro de 2015, Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado por representantes do BCB, do Ministério da Fazenda, da Advocacia-Geral da União e do Ministério do Planejamento, para dar prosseguimento aos estudos, visando à extinção da empresa, o qual concluiu pela necessidade urgente do encerramento da liquidação, com consequente extinção da empresa e a transferência de seus ativos para União que teria, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), melhor e mais adequado processo de gestão. Para tanto, apresentou proposta de extinção da CAF, tendo sido submetido projeto de lei sobre a matéria.

Remuneração dos administradores

A CAF não possui empregados. As despesas mensais com prestadores de serviços são reconhecidas como passivo da companhia, porém não estão sendo pagas, em face da absoluta falta de recursos financeiros:

Paulo Eurico Paz Tatsch – Liquidante –
Remuneração Mensal: R$3.000,00 (Age de 12/2/2015)

Antonio Alexandre Rachid Novais – Assistente do Liquidante
Remuneração Mensal: R$2.400,00 (80% da Remuneração do Liquidante)

Medeiros e Dantas Advogados e Consultores
Contrato vigente desde 2/5/2018
Remuneração Mensal: R$6.090,00

Smsloop Ltda.
Contrato desde 1º/4/2010
Remuneração Mensal: R$1.463,00



Apêndice

DECLARAÇÃO DE **INTEGRIDADE**

O Relatório de Gestão 2018 do BCB foi elaborado de forma diferente das versões anteriores. Como primeiro passo para a apresentação de um relatório integrado, foi construída uma matriz de materialidade que condensou os temas mais relevantes para a organização no exercício de 2018, que refletiram a estratégia, priorizações e linhas de ação adotadas pela Diretoria Colegiada, assim como aqueles temas obrigatórios para prestação de contas de um ente público. Essa matriz balizou a construção de todo o *Relatório de Gestão*. Também foram revistas e aprimoradas a estrutura e a linguagem utilizadas no Relatório, que procuraram torná-lo mais sintético, objetivo e de fácil leitura, já adotando alguns conceitos da Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

Foi construído com a participação das diversas áreas do BCB, em linha com a diretriz de aplicação do pensamento coletivo, esposada na Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, e com o apoio das instâncias de governança da Autarquia, notadamente da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov), da Auditoria Interna (Audit) e da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC). O Relatório foi elaborado pela Segov com base em informações das diversas áreas do BCB, revisado pela Audit e examinado pela PGBC, sob o prisma jurídico, antes de ser submetido a esta Diretoria Colegiada, cujos membros, responsáveis últimos pela governança da Autarquia e por assegurar a integridade deste Relatório de Gestão, o aprovaram, como parte da prestação de contas do BCB relativa ao exercício de 2018, nos termos do Voto 95/2019, para que seja encaminhado à apreciação do CMN, da CGU e do TCU, conforme o previsto na legislação.

Por fim, deve-se registrar que esta Autarquia tem como objetivo seguir aprimorando o seu Relatório de Gestão em exercícios subsequentes, a fim de o estruturar plenamente como um relatório integrado, para o que já vêm sendo desenvolvidas ações de capacitação e planejamento no âmbito da Segov, em linha com o preconizado na Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.

Diretoria Colegiada

Roberto de Oliveira Campos Neto – Presidente
Bruno Serra Fernandes
Carlos Viana de Carvalho
Carolina de Assis Barros
João Manoel Pinho de Mello
Mauricio Costa de Moura
Otávio Ribeiro Damaso
Paulo Sérgio Neves de Souza
Tiago Couto Berriel

LISTA DE **SIGLAS** E **ABREVIAÇÕES**

ADBEL	Gerência Administrativa em Belém – PA
ADBHO	Gerência Administrativa em Belo Horizonte – MG
ADCUR	Gerência Administrativa em Curitiba – PR
ADFOR	Gerência Administrativa em Fortaleza – CE
ADM	Manual de Administração
ADPAL	Gerência Administrativa em Porto Alegre – RS
ADREC	Gerência Administrativa em Recife – PE
ADRJA	Gerência Administrativa no Rio de Janeiro – RJ
ADSAL	Gerência Administrativa em Salvador – BA
ADSPA	Gerência Administrativa em São Paulo – SP
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Aspar	Departamento de Relacionamento Institucional e Assuntos Parlamentares
Assec	Assessoria Econômica ao Presidente
Audit	Auditoria Interna do Banco Central do Brasil
Auditar	Sistema informatizado
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIS	Bank for International Settlements
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
Centrus	Fundação Banco Central de Previdência Privada
CESF	Comitê de Estabilidade Financeira
CGA	Comitê Estratégico de Gestão Orçamentária de Aquisições do BCB
CGI	Comitê de Governança de Informações
CGM	Comitê de Gestão de Multas
CGP	Comitê Estratégico de Gestão Pessoas
CGPLD/FT	Comitê Estratégico de Gestão da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Coger	Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil
Comef	Comitê de Estabilidade Financeira
Comoc	Comissão Técnica da Moeda e do Crédito
Comun	Departamento de Comunicação
Copom	Comitê de Política Monetária
Coremec	Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
Coseg	Comitê de Segurança
CPC	Comitê de Projetos Corporativos
CPG	Comitê de Pós-Graduação

CRSO	Comitê de Responsabilidade Socioambiental Organizacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DC	Diretoria Colegiada
Deafi	Departamento de Contabilidade e Execução Financeira
Deati	Departamento de Atendimento Institucional
Deban	Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos
Decap	Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Sancionadores
Decon	Departamento de Supervisão de Conduta
Degef	Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização
Deinf	Departamento de Tecnologia da Informação
Demab	Departamento de Operações do Mercado Aberto
Demap	Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial
Denor	Departamento de Regulação do Sistema Financeiro
Deorf	Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Depec	Departamento Econômico
Depef	Departamento de Promoção da Cidadania Financeira
Depep	Departamento de Estudos e Pesquisas
Depes	Departamento de Gestão de Pessoas
Depin	Departamento das Reservas Internacionais
Dereg	Departamento de Regulação Prudencial e Cambial
Deres	Departamento de Regimes de Resolução
Derin	Departamento de Assuntos Internacionais
Deris	Departamento de Riscos Corporativos e Referências Operacionais
Derop	Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro
Deseg	Departamento de Segurança
Desig	Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro
Desuc	Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias
Desup	Departamento de Supervisão Bancária
Difis	Diretor de Fiscalização
Difis	Diretor de Fiscalização
Dinor	Diretor de Regulação
Diorf	Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução
Dipec	Diretor de Política Econômica
Dipom	Diretor de Política Monetária
Dirad	Diretora de Administração
Direc	Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania
Direx	Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos
Dstat	Departamento de Estatística

e-Contas	Sistema de Prestação de Contas
e-Gov	Governo Eletrônico
FDE-1	Função comissionada de Chefe de Unidade
FDJ-1	Função comissionada de Procurador Geral
Febraban	Federação Brasileira dos Bancos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRM	Fundo da Reserva Monetária
FSB	Conselho de Estabilidade Financeira
G20	Group of Twenty
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GRC	Comitê de Governança, Riscos e Controles
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDPort	Indicador de desempenho de portfólio
IF	Instituições Financeiras
IFRSN	Normas Internacionais de Informações Financeiras
IIRC	International Integrated Reporting Council
IIWG	Investment and Infrastructure Working Group
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
LAI	Lei de Acesso à Informação
LAM	Letras de arrendamento mercantil
LBTR	Liquidação bruta em tempo real
LCR	Índice de liquidez de curto prazo
LIG	Letras Imobiliárias Garantidas
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
Mecir	Departamento do Meio Circulante
MGPro	Metodologia de Gerenciamento de Projetos, de Programa e de Portfólio do BCB
MSP	Manual de Serviço de Pessoal
OAM	Operações de Autoridade Monetária
OGU	Orçamento Geral da União
Ouvid	Ouvidoria do Banco Central do Brasil
PAC	Planos Anuais de Capacitação
PAI	Programa de Alinhamento Internacional da Regulamentação Prudencial e da Supervisão
PAS	Plano de Ação da Supervisão
PBB	Plano Básico de Benefícios
PCD	Plano de Contribuição Definida
PDGP	Plano Diretor de Gestão de Pessoas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGA	Plano de Gestão Administrativa
PGBC	Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil

PGLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PIPG	Programa de Incentivo à Primeira Graduação
PLC	Projeto de Lei Complementar
PLD	Prevenção à lavagem de dinheiro
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDI	Melhoria do Desempenho Institucional por Meio da Promoção da Aprendizagem
PPA	Plano Plurianual
PPC	Política Plurianual de Capacitação
PPP	Plano de Providências Permanente
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RAG	Reunião de Acompanhamento Gerencial
RCO	Sistema de Recolhimento Compulsório
RDR	Sistema de registro de demandas do cidadão
REDI-BC	Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central
REF	Relatório de Estabilidade Financeira
RI	Regimento Interno
SAR	Sistema de Administração de Reservas
SCIG	Sistema de Custos e Informações Gerenciais
SCR	Sistema de Informações de Crédito
Secre	Secretaria-Executiva
Selic	Taxa básica de juros
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Siarh	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SIGBC	Sistema de Indicadores Gerenciais do Banco Central
Sigef	Sistema de Gerenciamento Financeiro
Siorc	Sistema Integrado de Orçamento do Banco Central
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPG	Sistema de Planejamento e Gestão
STR	Sistema de Transferência de Reservas
Sucon	Secretaria da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional
S-UP	Modelo de Supervisão
TBF	Taxa Básica Financeira
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TLP	Taxa de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
UniBC	Universidade Banco Central